

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

MARIA AUXILIADORA DE ARRUDA CAMPOS

**SOB O OLHAR DA TEORIA BAKHTINIANA: ESTATUTOS MUNICIPAIS OU
POSTURAS DA CÂMARA DA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1753)**

Cuiabá-MT
2025

MARIA AUXILIADORA DE ARRUDA CAMPOS

**SOB O OLHAR DA TEORIA BAKHTINIANA: ESTATUTOS MUNICIPAIS OU
POSTURAS DA CÂMARA DA VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (1753)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso como obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem na Área de Concentração de Estudos Literários.

Orientador: Renilson Rosa Ribeiro

Coorientadora: Carolina Akie Ochiai Seixas Lima

Cuiabá-MT

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C198s Campos, Maria Auxiliadora de Arruda.

Sob o Olhar da Teoria Bakhtiniana: Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela Da Santíssima Trindade (1753) [recurso eletrônico] / Maria Auxiliadora de Arruda Campos. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 115 f., pdf). -- 2025.

Orientador: Resnilson Rosa Ribeiro.

Coorientadora: Carolina Akie Ochiai Seixas Lima.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Vila Bela. 2. Mato Grosso Colonial. 3. Africanos Escravizados. 4. Fontes Documentais. 5. Mikhail Bakhtin. I. Ribeiro, Resnilson Rosa, *orientador*. II. Lima, Carolina Akie Ochiai Seixas, *coorientador*. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro (UFSCar/UFMT)
Orientador/Presidente

Prof.^a Dr.^a Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT)
Coorientadora

Prof.^a Dr.^a Giseli Gomes Dalla Nora (UFMT)
Examinadora Externa

Prof.^a Dr.^a Mariana Bolfarine (UFR)
Examinadora Interna

Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Examinador Externo

Prof. Dr. Luís César Castrillon Mendes (UFR)
Examinador Externo

Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério (USP)
Suplente

Prof.^a Dr.^a Divanize Carbonieri (UFMT)
Suplente

Prof.^a Dr.^a Alexandra Lima da Silva (UERJ)
Suplente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Sob o olhar da Teoria Bakhtiniana: Estatutos municipais ou posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade (1753)

AUTORA: DOUTORANDA MARIA AUXILIADORA DE ARRUDA CAMPOS

Tese defendida e aprovada em 26 de setembro de 2025.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTOR RENILSON ROSA RIBEIRO (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADOR)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

2. DOUTORA CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA (COORIENTADORA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

3. DOUTORA MARIANA BOLFARINE (MEMBRO INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS – UFR

4. DOUTORA GISELI GOMES DALLA NORA (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

5. DOUTORA LUIS CÉSAR CASTRILLON MENDES (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS – UFR

6. DOUTORA NAUK MARIA DE JESUS (MEMBRO EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

7. DOUTORA ALEXANDRA LIMA DA SILVA (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

8. DOUTORA DIVANIZE CARBONIERI (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

9. DOUTOR MAIRON ESCORSI VALÉRIO (SUPLENTE)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Cuiabá-MT, 26 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Renilson Rosa Ribeiro, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Bolfarine, Usuário Externo**, em 27/09/2025, às 02:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Castrillon Mendes, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nauk Maria de Jesus, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA AKIE OCHIAI SEIXAS LIMA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 06/10/2025, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8332057** e o código CRC **D328277C**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é fruto de um esforço solitário. As palavras aqui reunidas foram tecidas a partir de múltiplos fios que, entrelaçados, compõem a rica e viva trama das relações que me formaram, me moveram e me sustentaram ao longo da vida. Por isso, dedico esta tese a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte do processo de escrita, aprendizagem e amadurecimento – intelectual e humano. A cada conversa generosa, orientação atenta, leitura compartilhada, gesto de apoio ou mesmo silêncio respeitoso, deixo aqui minha mais sincera gratidão.

Concluir esta tese é resultado de encontros significativos, de aprendizados coletivos e de parcerias que deixaram marcas no meu percurso. Por isso, registro minha gratidão ao meu orientador, Prof. Renilson Rosa Ribeiro, a quem expresso profunda admiração e reconhecimento. Sua orientação cuidadosa, sua generosidade intelectual e amizade ao longo de todo o processo foram fundamentais para a realização deste trabalho. À minha coorientadora, Profa. Carolina Akie, sou imensamente grata pelo acolhimento sensível, pelas contribuições e pelo apoio. Aos membros da banca examinadora, agradeço pelo tempo dedicado à leitura atenta desta tese, pelas observações valiosas e pela generosidade com que acolheram este trabalho. Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT, sou grata pela qualidade da formação oferecida, pelo acolhimento institucional e pela oportunidade de realizar esta pesquisa. Estendo, também, meu agradecimento à secretaria, professores e demais colaboradores do programa.

Aos colegas e amigos do trabalho – da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMT e do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP/MCTI) – gratidão por acompanharem cada passo desta jornada e por demonstrarem solidariedade nos momentos mais difíceis, quando conciliar trabalho e estudo pareceu impossível. À minha família, meu amor e gratidão infinitos, por todo o sustento emocional, pela paciência e por estarem comigo mesmo nos momentos de ausência. Sem o apoio incondicional de vocês, nada disso seria possível. A todas as pessoas que cruzaram este caminho comigo – com palavras, gestos, escuta ou presença – meu muito obrigado.

RESUMO

Os Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade (1753) são o foco central deste estudo, que os analisa, não apenas como normas administrativas, mas como expressões das dinâmicas sociais, políticas e simbólicas da vila colonial. Longe de serem documentos homogêneos e autoritários, os estatutos revelam-se, por meio de uma abordagem interdisciplinar – especialmente à luz da teoria bakhtiniana – como textos marcados por múltiplas vozes, inclusive as de sujeitos historicamente silenciados, como homens e mulheres escravizados, foco desta tese. A perspectiva de Bakhtin, com seus conceitos de dialogismo, heterodiscurso e signo ideológico, permitem compreender os estatutos como enunciados permeados por tensões e disputas simbólicas. Mesmo dentro do discurso do poder, emergem rastros de resistência e contranarrativas que desestabilizam a aparência de coerência e controle institucional. Este estudo propõe uma leitura crítica dos documentos oficiais, atentos aos silêncios, ausências e práticas sociais que escapam ao controle normativo. Nesse sentido, os estatutos são analisados como espaços de negociação simbólica, nos quais a linguagem jurídica reflete tanto estratégias de dominação quanto indícios de rupturas. Este estudo mostra que até os discursos oficiais estão atravessados por disputas, onde vozes marginalizadas inscrevem suas marcas.

Palavras-chave: Vila Bela. Mato Grosso Colonial. Africanos Escravizados. Fontes Documentais. Mikhail Bakhtin.

ABSTRACT

The Municipal Statutes of Vila Bela da Santíssima Trindade (1753) are the central focus of this study, which analyzes them not only as administrative norms, but as expressions of the social, political and symbolic dynamics of the colonial town. Far from being homogeneous and authoritarian documents, the statutes reveal themselves, through an interdisciplinary approach – especially in light of Bakhtinian theory – as texts marked by multiple voices, including those of historically silenced subjects, such as enslaved men and women, the focus of this thesis. Bakhtin's perspective, with its concepts of dialogism, heterodiscourse and ideological sign, allows us to understand the statutes as statements permeated by tensions and symbolic disputes. Even within the discourse of power, traces of resistance and counter-narratives emerge that destabilize the appearance of institutional coherence and control. The study proposes a critical reading of official documents, paying attention to silences, absences and social practices that escape normative control. In this sense, statutes are analyzed as spaces of symbolic negotiation, in which legal language reflects both strategies of domination and signs of ruptures. This study shows that even official discourses are permeated by disputes, where marginalized voices leave their mark.

Keywords: Vila Bela. Mato Grosso colonial. Enslaved Africans. Documentary Sources. Mikhail Bakhtin.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produções bibliográfica da UFMT entre 2014 e 2023.

Gráfico 2 – Produções bibliográficas na grande área de Linguística, Letras e Artes, publicadas entre 2014 e 2023.

Gráfico 3 – Número de produções bibliográficas na grande área de produção Ciências Humanas, publicadas entre 2014 e 2023.

Gráfico 4 – Produções bibliográficas da UFMT entre 2014 e 2023, com os temas Bakhtin, Vila Bela e escravidão no período colonial.

Gráfico 5 – Total de Grupos de Pesquisa por grande área na UFMT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade no Mapa do Estado de Mato Grosso.

Figura 2 – Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso, atual Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, 1798.

Figura 3 – Frontispício da igreja Matriz de Vila Bela. Autor desconhecido (1769).

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Produções voltadas para Bakhtin e o Círculo, produzidas entre os anos de 2014 e 2023.

Quadro 2 – Produções voltadas para a “Vila Bela”, “Período Colonial” e “Escravidão no período colonial – Vila Bela”.

Tabela 1 – Evolução da população mato-grossense por cor – séc. XVIII.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O documento e sua estrutura	13
Por que a teoria Bakhtiniana?	21
CAPÍTULO 1	
Teoria bakhtiniana, Vila Bela e escravidão colonial na produção institucional	28
CAPÍTULO 2	
O Urbano Colonial e os corpos escravizados – século XVIII	46
A Vila Bela da Santíssima Trindade	52
Os escravizados	63
CAPÍTULO 3	
Sob o olhar de Bakhtin: escravizados dentro dos Estatutos e Posturas da Vila Bela da Santíssima Trindade	78
Primeiro Trecho	79
Segundo Trecho	86
Terceiro Trecho	93
Quarto Trecho	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se como resultado de uma construção coletiva, sedimentada em um processo dialógico que entrelaça distintas temporalidades e campos do saber. Essa construção iniciou-se ainda na graduação, onde a articulação entre o urbano colonial, a escravidão e os documentos começaram a dar testemunho do contexto histórico para, a partir daí, tomando como objeto um documento ordenador de espaços e corpos, lançar um olhar crítico sobre tais elementos sob a luz da teoria bakhtiniana.

Essa perspectiva teórica, não apenas enriquece a compreensão dos objetos analisados, mas, permite captar as múltiplas vozes e enunciados que atravessam o corpus investigado. Assim, o percurso metodológico empreendido aqui não é solitário: ele é atravessado por interlocuções com orientadores, coorientadores, colegas pesquisadores e pesquisadoras, além das vozes fundadoras do pensamento que dialogam com o trabalho e o atravessam de maneira constante. É justamente essa pluralidade de vozes, saberes e experiências que confere densidade, sentido e potência à pesquisa apresentada.

Os documentos, objetos centrais desta tese, serão os Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, datados de 1753, que transcendem a esfera puramente administrativa. Trata-se de um conjunto normativo que ocupa papel central na constituição de significados sociais e políticos da vila colonial, atuando como instrumento de regulação da vida urbana e expressão das tensões e disputas de poder características do período.

À primeira vista, esse tipo de documento pode parecer exclusivamente normativo, institucional, autoritário. No entanto, uma investigação interdisciplinar, possibilitando um diálogo entre historiográfica e linguística, revela que vai além dessa aparência formal. Os estatutos se constituem como um espaço de inscrição de múltiplas vozes sociais – inclusive aquelas de homens e mulheres escravizados – que, embora não se expressem de maneira direta ou explícita, deixam rastros, sinais e marcas em meio ao discurso dominante.

O documento e sua estrutura

O documento utilizado nesta tese foi transcrito pelos professores Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus, e publicado no livro *A Terra da Conquista: História de Mato Grosso Colonial* (2003), nas páginas 195 a 212. Foram selecionados trechos que se referem especificamente aos homens e mulheres escravizados, foco central deste trabalho. Não buscamos, aqui, um aprofundamento na história da escravidão colonial, mas sim, demonstrar que esses indivíduos estiveram presentes no contexto urbano colonial e que suas vozes podem ser percebidas na documentação analisada.

Ao adotarmos a perspectiva bakhtiniana para análise dessa documentação, conseguimos identificar a presença de interações dialógicas que extrapolam o conteúdo normativo explícito, evidenciando fissuras nas estruturas de poder – especialmente no que tange às vozes silenciadas de homens e mulheres escravizados. Essa compreensão leva a uma das descobertas centrais deste trabalho: mesmo em textos oficiais e reguladores, como os Estatutos, é possível identificar vestígios de resistência, práticas cotidianas subversivas e formas de interação que desestabilizam a aparente homogeneidade do discurso de poder. O documento, portanto, não deve ser lido apenas como instrumento de dominação, mas, também como espaço onde emergem contranarrativas e modos de agir que tensionam as estruturas instituídas.

Para apreender plenamente a relevância histórica e política desse documento, é imprescindível situá-lo no contexto das condições sociais, econômicas e culturais que possibilitaram sua produção. Assim, os Estatutos Municipais de Vila Bela tornam-se, não apenas objeto de estudo, mas, também, ponto de partida para reflexões mais amplas sobre a o poder e as vozes historicamente marginalizados no processo de formação do Brasil.

Nessa perspectiva, compreender a linguagem como forma de interação entre os sujeitos da língua, agindo e interagindo com os mais diferentes objetivos, compreendemos esse documento como um enunciado concreto – ou seja, uma produção textual oriunda de sujeitos históricos reais, endereçada a interlocutores igualmente concretos e, portanto, inevitavelmente marcada por posicionamentos, tensões e contradições. A partir do momento em que foi produzido, o enunciado deixou de ser neutro, pois carrega consigo ecos de outras vozes, intencionalidades múltiplas e disputas simbólicas.

É fundamental destacarmos alguns aspectos que esclarecem, tanto a natureza do objeto em estudo – um instrumento de controle adotado pela Coroa portuguesa – quanto a justificativa para a escolha da teoria utilizada em nossa análise.

Para os autores Nuno Camarinha e Reinaldo Carvalho (2024, p. 1-8), durante a Época Moderna, a administração e a justiça no Império Português eram marcadas por um sistema plural, flexível e negociado, no qual a Coroa buscava manter o controle político-administrativo através de uma protoburocracia nascente e da delegação de poderes a agentes régios (como governadores e capitães-mores). No entanto, esse controle era frequentemente adaptado ou contestado em função dos interesses locais e das realidades coloniais. Para os autores, o conceito de pluralismo administrativo e jurídico é central: havia múltiplas normatividades e jurisdições convivendo e competindo dentro do mesmo território, o que tornava o conflito entre as esferas de poder um “modo de governar”. Esse modelo favorecia a negociação entre centro (metrópole) e periferia (colônia), reconhecendo que as normas e leis precisavam ser reinterpretadas, adaptadas ou mesmo ignoradas, dependendo das circunstâncias locais.

Esse modelo administrativo poderia gerar conflitos constantes, mas também permitia à Coroa atuar como instância moderadora, utilizando a tutela régia para equilibrar os diversos interesses. Ao mesmo tempo, estruturas administrativas e normativas foram sendo territorializadas e formalizadas, mas sempre em diálogo com as práticas e poderes já existentes nas colônias.

Ao introduzirem a adaptação aos contextos coloniais, com o carácter fluido do seu território e das populações que o ocupam, a mudança de paradigma administrativo que se começa a verificar a partir das primeiras décadas do século XVIII e a centralidade do conceito de jurisdição, cremos que demonstram a vitalidade desse objeto e o potencial de pesquisa que conserva para trabalhos futuros. (CAMARINHA; CARVALHO, 2024 p. 6-7).

Em síntese, a legislação e administração da Coroa no Brasil colonial não operavam de forma centralizada ou rígida, mas sim como um sistema dinâmico e multifacetado, onde a governança se dava por meio de concessões, negociações, conflitos e acomodações locais. Representando, tanto os interesses da autoridade local, quanto da Coroa portuguesa, o documento revela-se um artefato de controle social e moral, onde normas, valores e práticas cotidianas são sistematizadas e hierarquizadas.

Produtos sob a égide das Ordenações Filipinas, os Estatutos constituem parte do aparato administrativo da Metrópole e, também, uma forma de memória discursiva institucional, isto é, uma memória ancorada em diretrizes de poder, formalizada por um coletivo de sujeitos cujas vozes, embora não nomeadas individualmente, organizam uma narrativa autorizada da ordem urbana e da vida social.

Não há sujeito transcendental, o indivíduo se transforma em pessoa e transforma a cultura na medida em que interage com o outro, porque a diferença intersubjetiva é um valor que funda a possibilidade do conhecimento da realidade. Se todo homem é criador potencial de texto, a noção de autor se amplia a todos os sujeitos como arquitetos da discursividade social. É a autoria, então, que dá ao enunciado seu caráter de acontecimento histórico decisivo. (ARAN, 2014, p. 22).

As Ordenações Filipinas¹, publicadas em 1603, representam o mais longo corpo normativo da tradição jurídica portuguesa. Foram elaboradas a partir da integração das Ordenações Manuelinas com outras legislações avulsas então em vigor. A promulgação das novas Ordenações tornou-se necessária diante da necessidade de atualização do ordenamento jurídico, uma vez que algumas disposições já estavam obsoletas, enquanto outras demandavam revisão. Sua aplicação integral no Brasil até o início do século XIX contribuiu para que aspectos fundamentais da estruturação da sociedade brasileira fossem profundamente influenciados por esse ordenamento. Conforme aponta Lara (1999, p. 45), responsável pela organização do Livro V das Ordenações, esse compêndio jurídico exerceu papel significativo “para a experiência brasileira, tanto no período colonial como nas primeiras décadas do Império”. Totalmente voltado ao direito penal, esse volume, segundo a autora, “preserva elementos indissociáveis do contexto histórico em que foi elaborado.”

Embora os Estatutos não revelem interações verbais diretas entre os sujeitos históricos, eles regulam os espaços físicos, simbólicos e sociais da vila, operando como instrumentos de modelagem da vida cotidiana e de contenção das transformações inerentes ao processo de urbanização. (REIS FILHO, 2000, p. 66). Nesse sentido, conforme aponta António Manuel Hespanha, no século XVII, as comunidades locais em Portugal, por meio dos concelhos, exerciam considerável autonomia, sobretudo por meio das posturas municipais. Elaboradas pelas câmaras, essas posturas visavam ao bem comum das vilas e previam sanções, inclusive para indivíduos poderosos, refletindo um efetivo exercício de autogoverno. Sua flexibilidade permitia que fossem emendadas ou mantidas de acordo com a utilidade pública.

¹ Ordenações Filipinas. Disponível em: <https://archive.org/search?query=subject%3A%22Ordena%C3%A7%C3%B5es+Filipinas%22> Acesso em: 15 ago. 2025.

Para Nauk Maria de Jesus, as práticas regulatórias documentadas nos Estatutos revelam formas de agência institucional que buscavam antecipar, mediar ou conter os conflitos e tensões emergentes no interior da sociedade colonial.

Na América portuguesa, elas seguiam os padrões metropolitanos, tendo alguns de seus capítulos adaptados de acordo com as especificidades locais. Em Salvador é possível acompanhar os sucessivos “emendos” nas posturas, durante os seiscentos e setecentos. na Vila de Curitiba, parece que as primeiras posturas foram elaboradas entre os anos de 1744 e 1747. Em Macapá também se tem notícia da existência de postura municipal no século XVIII (Pereira & Santos, 2000:39). No Rio de Janeiro inexistia um livro específico para registro das posturas nos séculos XVII e XVIII, mas de acordo com as correções realizadas no início do século XVIII, tal livro teria se extraviado na Almotaçaria, não sendo substituído (Gouvêa, 1998:309). (ROSA; JESUS, 2003, p. 95).

A administração, a governança e a justiça no Brasil colonial, nos séculos XVII e XVIII, refletiam a complexidade do Império Português, estruturando-se em torno de dinâmicas multifacetadas que espelhavam o funcionamento da metrópole. A Coroa portuguesa, ao conduzir seu vasto império ultramarino, atuava, ora de forma centralizadora, ora de modo mais discreto ou negociado, adotando uma postura flexível conforme o contexto. Uma das estratégias fundamentais era a nomeação de oficiais régios, responsáveis por garantir as prerrogativas do rei e assegurar o controle dos espaços político-administrativos – ora pela imposição da autoridade real, ora por acordos e articulações com elites locais.

Na historiografia recente, segundo Nuno Camarinhas e Reinaldo Forte Carvalho (2024), sob influência de autores como António Hespanha, tem se destacado a lógica do “pluralismo administrativo” no interior da monarquia portuguesa. Essa abordagem evidencia a capacidade de adaptação do sistema imperial à gestão de territórios vastos e dispersos, operando a partir de um centro metropolitano relativamente pequeno. A América portuguesa, nesse cenário, ocupava uma posição periférica, marcada por tensões entre os interesses locais e as diretrizes emanadas da metrópole.

Logo após a fundação de Vila Bela e a posse dos vereadores, uma das primeiras medidas foi a elaboração dos Estatutos. Participaram desse processo o juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão – primeiro a ocupar o cargo na capitania de Mato Grosso e formado em Direito pela Universidade de Coimbra –, além dos vereadores Antônio da Silva Fagundes Borges, João Raposo de Afonso Góes e o escrivão Francisco Caetano Borges. (ROSA; JESUS, 2003, p. 97).

Divididos em cinco capítulos, os Estatutos regulamentam aspectos centrais do cotidiano na vila: desde a construção e manutenção das capelas, o cuidado com a Igreja Matriz e a delimitação dos espaços funerários, até a normatização das festividades religiosas e civis, incluindo a organização das categorias sociais e as obrigações da Câmara – inclusive fiscais – antes, durante e após esses eventos. A escolha da Vila de Mariana (MG) como modelo organizacional evidencia o esforço de reprodução de padrões administrativos e urbanísticos metropolitanos no contexto das vilas ultramarinas, conforme se observa no Capítulo 1º, intitulado *Sobre o culto Divino e festividade da Câmara e da Igreja desta Vila*.

O Capítulo 2º versa sobre os Oficiais da Câmara, estabelecendo exigências quanto à apresentação, às responsabilidades funcionais e às sanções previstas em caso de descumprimento.

Como para o respeito de uma Câmara concorre também o traje, cortesã de capa e volta tão próprio nos que têm jurisdição de governar: Acordam que em tempo nenhum os oficiais desta Câmara, almotacés e homens bons da Governança que nela tiverem servido, assistam as funções públicas da Câmara, senão no referido traje de Capa, curta e volta, e cabeleira comprida, cujo vestido em tempo nenhum ainda com o pretexto do mais apertado luto, será de baetas ou crepe, mas sim de lemiste, de droguete castor* ou seda, sob pena de quem aparecer nas referidas funções de outro traje será condenado [...].

*Baeta: tecido felpudo de lã. Lemistre: tecido de lã, preto e fino. Droguete: tecido ordinário de lã, seda e algodão ou somente de lã. (ROSA; JESUS, 2003, p. 200).

Destacam-se, nesse conjunto, os almotacés, encarregados da fiscalização urbana: controle das edificações, aferição de pesos e medidas, taxaçaõ dos gêneros alimentícios e limpeza pública. O Artigo 5º deste capítulo institui o Livro de Anais, instrumento de registro anual dos “sucessos” da vila e das minas – uma espécie de crônica oficial que consagrava os feitos gloriosos e reforçava a narrativa de progresso e civilização. A não observância rigorosa dessa tarefa implicaria na inabilitação do vereador responsável, o que evidencia o papel central da Câmara como curadora da memória oficial e dos discursos legitimadores do poder local.

No Artigo 6º, identifica-se um gesto deliberado de distinção entre as esferas eclesiástica e civil, ao proibir a consulta a religiosos em matérias administrativas. Justifica-se tal medida pela crítica à moralização excessiva do clero e à alegada ausência de rigor técnico em suas interpretações, sinalizando uma tensão entre dois regimes discursivos: o jurídico-burocrático da administração e o ético-moralizante da Igreja. Essa disputa, à luz da teoria bakhtiniana, constitui um exemplo de polifonia discursiva, onde

múltiplas vozes sociais, atravessadas por valores e interesses divergentes, competem pela autoridade de enunciação e interpretação do mundo social.

O Artigo 8º, por sua vez, revela a preocupação com a moralização dos hábitos de consumo e a estética urbana, ao advertir contra os gastos considerados fúteis – especialmente com vestimentas luxuosas – em detrimento dos investimentos em edificações mais sólidas, vistas como patrimônio durável e símbolos de prestígio coletivo. Esse trecho explicita a tentativa da elite municipal de disciplinar os corpos e os desejos, promovendo uma racionalidade econômica e estética que legítima uma determinada ordem simbólica do espaço urbano-colonial:

No que mais devemos cuidar os moradores destas Minas, podendo, deve ser em fabricarem casas suntuosas na Vila, porque estas não só servem de adorno a seu dono, mas de aumento e formosura à República; além de que são bens de raiz que conservando-se; se podem conservar, e não o luxo dos vestidos que o tempo consome: pelo que Acordam que esta Câmara em tempo nenhum desse licença, nem chãos para casas de menor frente que sessenta palmos, seja a pessoa que for e dali para cima toda a mais que quizerem, porque assim se fará mais extensa e formosa esta Vila. (ROSA; JESUS, 2003, p. 200).

No Capítulo 3º, nomeado *Dos subsídios, contratos e rendas da Câmara*, esta impõe taxas por meio de contratos e subsídios bem definidos, para acudir suas próprias despesas:

Acordaram que esta Vila tivesse para as rendas das despesas públicas os mesmos contratos e subsídios que tem quase todas as vilas do Brasil e a sua vizinha a vila do Cuiabá, a saber: o contrato dos subsídios das cabeças, assim de vaca ou boi, como as de porco. O contrato dos subsídios das águas ardentes da terra. O contrato do subsídio das bebidas que vem de fora. O contrato do subsídio das canoas que de fora vêm com negócios. O Contrato das aferições. E o do rendeiro do ver. (ROSA; JESUS, 2003, p. 201).

A preocupação com o acesso aos provimentos transportados pelas canoas provenientes do Grão-Pará revelou-se central para a Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade:

A Companhia era a responsável por abastecer os arraiais, vilas e aldeias de produtos comestíveis, manufaturados, instrumentos de trabalho e, também é claro, de escravos. Porém, não podemos desconsiderar a atuação comercial de “comissários volantes” ou mascates, que eram associados a grandes casas comerciais do litoral. Estes saíam de suas cidades de origem carregados de mercadorias e permaneciam em movimentação até esgotar todo o seu estoque de produtos. (MORAES; CASTRAVECHI, 2014, p. 85).

No Capítulo 4º dos Estatutos, intitulado *Das proibições comuns a todos os súditos desta República*, é possível observar medidas voltadas à contenção do monopólio de abastecimento por parte dos “taverneiros, vendilhões ou traficantes”, proibindo a compra antecipada desses produtos antes que chegassem à população em geral. A penalização para os infratores era severa: multa em ouro e prisão. Tal regulação evidencia uma tentativa de garantir certa justiça distributiva no acesso a bens essenciais, além de reforçar o papel regulador da Câmara. Também, por temores relacionados à saúde pública, essas embarcações eram submetidas a períodos de quarentena fora dos limites da vila, uma clara manifestação do medo da transmissão de doenças e da busca por controle sanitário, também observado no Art. 12º, quando mencionam a construção de chiqueiros malcheirosos e danosos à saúde.

Nesse mesmo capítulo, nota-se ainda, a preocupação da administração colonial com a presença de mulheres cativas, forras e indígenas nas proximidades das lavras, quando não envolvidas em atividades diversas da mineração. Tais presenças, embora comuns em diferentes vilas da colônia, são descritas no texto como “pecaminosas e escandalosas”. A interdição dessas presenças revela, tanto o controle sobre os corpos femininos, quanto o temor em relação a possíveis desvios da ordem sexual, econômica e social estabelecida.

A partir daí, o capítulo apresenta uma série de outras determinações que visam reprimir comportamentos considerados subversivos ou prejudiciais à moral e à ordem pública. Entre elas, destacam-se a proibição do batuque, a criminalização de pessoas que “vivem sobre si”, o excesso de concessão de alforrias e a circulação de indivíduos sem vínculos estáveis de trabalho. Esses interditos evidenciam um esforço da elite dirigente em consolidar seu poder sobre os territórios do termo de Vila Bela, inclusive sobre os arraiais que existiam anteriormente à fundação da vila, demonstrando o caráter autoritário – ou mesmo despótico – da nova organização política e urbana.

Torna-se visível o alcance do controle administrativo exercido pela Câmara, não apenas sobre o espaço urbano, mas também, sobre as atividades agropecuárias e mineradoras fora dos limites do chamado *rossio* (perímetro urbano). Há regulamentações que incidem sobre os investimentos em edificações e sobre o uso da terra por parte dos moradores da repartição do Mato Grosso, confirmando o papel central do poder local na normatização do cotidiano e no disciplinamento do território. (ROSA; JESUS, 2003, p. 209).

O Capítulo 5º estabelece um conjunto de regras voltadas à gestão responsável do Logradouro, priorizando o uso sustentável dos recursos naturais, o respeito ao espaço comum e o interesse coletivo sobre o individual, o “bem comum”.

Há trechos que se referem à vigilância das fontes de água, denominadas “aguadas”. No parágrafo terceiro desse capítulo, atribui-se aos Almotacéis a responsabilidade de fiscalizar essas fontes, a fim de evitar sua contaminação. Embora se reconheça que a vila é abastecida pelo “largo e caudaloso Rio Guaporé”, cuja correnteza impede o acúmulo de impurezas, há registros de reclamações quanto à contaminação de outras fontes hídricas. Segundo consta, escravizados que transitavam pela vila lançavam timbó nas aguadas das Lagoas do Campo e dos Pantanaís do Mato com o objetivo de envenenar e perturbar os peixes, prática considerada danosa, tanto ao meio ambiente, quanto à saúde pública.

Outro parágrafo do mesmo capítulo trata da conservação das “estradas gerais”, evidenciando sua relevância como indicador da qualidade da administração local. De acordo com o parágrafo primeiro do Capítulo 5, a manutenção contínua das vias públicas reflete o “zelo, vigilância e cuidado dos que governam a República”. Estradas bem conservadas contribuem para que visitantes e forasteiros formem uma imagem positiva do governo municipal. Para assegurar essa conservação, os Estatutos preveem que, anualmente, ao final do período chuvoso, o Procurador da Câmara deverá apresentar e requerer, em sessão da mesma, os reparos necessários nas estradas públicas, especialmente aquelas que servem como vias de entrada e saída da vila.

É determinado que, qualquer pessoa que desviar ou conduzir água para o Logradouro sem autorização oficial, perderá o direito a essa água. A multa aplicada é dividida entre o denunciante, os presos e a Câmara Municipal, sendo parte do valor destinada às despesas administrativas.

Este parágrafo também trata da construção de chácaras ou residências de campo no Logradouro. É proibido ocupar extensas áreas do terreno com cercas ou valas sem a devida autorização por escrito da Câmara. Para obter essa permissão, é necessário informar a localização e o tamanho da área pretendida. A Câmara cobrará uma taxa e avaliará se a ocupação trará prejuízo ao uso coletivo do local. Caso o morador ultrapasse os limites permitidos, a terra será retirada e será aplicada uma penalidade em dinheiro.

Quanto aos “Capões do Logradouro”, áreas específicas dentro desse território comum, neles é permitido aos moradores instalar chácaras e fazer uso de materiais como madeira, lenha e cipós. No entanto, quem ocupasse essas áreas não poderia impedir que

outros moradores também utilizassem esses recursos para uso doméstico, pois são considerados essenciais ao bem coletivo. O uso da terra para cultivo ou construção é temporário, limitado ao tempo em que os materiais forem úteis à comunidade. Capões e matas não ocupados permaneciam de livre acesso para todos os moradores. O parágrafo encerra com a assinatura do escrivão da Câmara, Francisco Caetano Borges.

Segundo Nauk Maria de Jesus (2003, p. 96),

Em 1762, após as correções realizadas pelo ouvidor (Senado da Câmara de Vila Bela, doc. 98, rolo n.º 002 – APMT) as posturas passaram por uma revisão com aprovação dos vereadores e presidência do juiz de fora. Segundo o escrivão, a cópia tinha sido lavrada no Livro de Estatutos do Arquivo da Câmara. Em 1769, os vereadores informavam ao governador que tinham lhe enviado os dois livros com cópias dos Estatutos Municipais, Portarias, Acordões e Privilégios (Senado da Câmara de Vila Bela, doc. 11, rolo 002 – APMT), embora eles não tenham sido localizados. Vale lembrar que no início do século XX muitos documentos foram queimados no incêndio ocorrido no arquivo da câmara de Cuiabá e na transferência da capital de Vila Bela para Cuiabá na primeira metade do XIX, muitos livros foram extraviados.

Por que a teoria Bakhtiniana?

Para acessar os significados encobertos nesse documento normativo, foi adotada como base teórico-metodológica a teoria bakhtiniana, cujos principais conceitos foram desenvolvidos por Mikhail Bakhtin e pelo grupo de intelectuais que formaram o chamado Círculo de Bakhtin. Fundamentada na linguagem como prática social, essa teoria privilegia noções como interação verbal, enunciado concreto, signo ideológico e, sobretudo, o dialogismo. (FARACO, 2009, p. 13).

Mikhail Bakhtin (1895–1975), um dos mais importantes pensadores do século XX, atuou entre 1919 e 1929 em um ambiente intelectual fértil nas cidades russas de Nevel, Vitebsk e São Petersburgo. Com colegas como Voloshinov, Medvedev, Kanaev, Yudina e Pumpianski, Bakhtin compôs um grupo interdisciplinar que discutia filosofia, linguística, arte e literatura. Embora nem todas as obras tenham autoria consensual, a força conceitual de Bakhtin garantiu seu reconhecimento como referência central e sua abordagem influenciou profundamente os estudos do discurso, especialmente a partir da década de 1980, no Brasil, quando sua obra começou a ser amplamente debatida nas ciências humanas.

Mais relevante do que as controvérsias em torno da autoria empírica das obras atribuídas ao Círculo, é o potencial epistêmico dos conceitos formulados, capazes de reorientar a forma como compreendemos a linguagem: não como um sistema abstrato e

neutro, mas como uma instância de disputa simbólica, atravessada por relações de poder, historicidade e práticas sociais.

Entre os conceitos centrais, destaca-se o de “fala do outro”, que revela o caráter essencialmente relacional de todo enunciado. Para Bakhtin, a linguagem não é uma estrutura estática, mas um fenômeno social vivo, permeado por vozes múltiplas que dialogam, confrontam-se e se refratam mutuamente. Cada palavra carrega a marca de sua história, de seu contexto e de suas intenções – inclusive nos textos institucionais. Assim, mesmo documentos oficiais, como os Estatutos de Vila Bela, são atravessados por essas tensões discursivas.

Para Bakhtin, toda forma de linguagem tem papel fundamental nas relações entre os sujeitos, em especial a linguagem verbal, escrita ou falada, tem um objetivo e direção, o outro. Esse outro pode ser facilmente identificável ou não.

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, a palavra é um ato bilateral. Ela é terminada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem ela se dirige. Entretanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao outro. (VOLOCHINOV, 2017, p. 205).

Sob essa perspectiva, é possível identificar nas entrelinhas das Posturas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, a emergência de uma pluralidade de vozes sociais, ainda que hierarquizadas. Embora emanem da esfera do poder local legitimado pela Coroa, os Estatutos respondem às práticas sociais diversas, incluindo aquelas de sujeitos marginalizados, como os escravizados. O dialogismo, nesse caso, permite perceber os ecos dessas vozes subalternas, revelando as fissuras na autoridade e os embates silenciosos que permeavam a vida urbana.

Sob a perspectiva historiográfica das vozes subalternas, compreendem-se como aquelas oriundas de grupos historicamente explorados, marginalizados ou destituídos de condições materiais e simbólicas para uma existência digna. Essas vozes, muitas vezes silenciadas pelas narrativas oficiais, revelam as engrenagens político-culturais da hegemonia que ocultam, reprimem ou distorcem a história de sujeitos escravizados e seus descendentes.

Delineada por autores como Antonio Gramsci, cuja noção de subalternidade permite compreender as formas pelas quais o consenso é construído e mantido pelas classes dominantes, por meio de instituições como a Igreja, escola, a mídia e o próprio

discurso histórico oficial, ao mesmo tempo que evidencia a resistência dos grupos subalternos que, mesmo diante da opressão estrutural, produzem contranarrativas e práticas de ruptura. Apesar de Gramsci dissertar dentro de uma sociedade capitalista, o conceito pode ser aplicado ao contexto vivido pelos escravizados durante o período colonial, porque “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como *domínio* e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a *liquidar* ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados.” (GRAMSCI, 2002a, p. 62).

Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, as estruturas de exclusão não foram desmanteladas. A população negra, majoritariamente, permanece à margem do acesso à cidadania plena, enfrentando desigualdades profundas no campo econômico, educacional e simbólico. Assim, o conceito de subalternidade ainda se aplica, com especial pertinência aos grupos racializados, sobretudo à população preta, que continua a ocupar as posições mais precarizadas na hierarquia social brasileira demonstrando a constante disputa de sentido e de poder na contemporaneidade. Desta forma, pensar a história a partir das vozes subalternas não é apenas um exercício de inclusão, mas uma revisão crítica das estruturas de poder que moldaram – e ainda moldam – o fazer historiográfico.

A noção de heterodiscurso ou heteroglossia renova essa análise, ao destacar a coexistência de múltiplas perspectivas dentro do mesmo texto. Os Estatutos, redigidos em linguagem jurídica e formal, não são documentos homogêneos; neles se refratam disputas simbólicas, interesses divergentes e formas de resistência cultural. Expressões como “acordaram que...”, recorrentes no documento, ilustram a tentativa de institucionalizar o consenso, ao mesmo tempo em que sugerem processos de deliberação coletiva e conflitos subjacentes.

Nesse sentido, a linguagem jurídica deixa de ser encarada como meramente técnica ou administrativa e passa a ser lida como um enunciado ideológico, no qual se articulam visões de mundo, valores sociais e estratégias de controle. Ainda que se apresentem como normativos, os Estatutos carregam indícios de rupturas, negociações simbólicas e respostas às práticas cotidianas dos sujeitos comuns.

A leitura dialógica proposta por Bakhtin aproxima-se, de forma produtiva, da micro-história, especialmente de sua atenção às experiências individuais e aos detalhes que revelam estruturas mais amplas. Autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi propõem uma abordagem indiciária, voltada à investigação dos traços deixados por

sujeitos subalternizados nos registros oficiais. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg demonstra como uma fonte singular – os autos inquisitoriais contra um moleiro – pode revelar a circulação de ideias entre diferentes camadas sociais. Essa *circularidade cultural*, conceito afinado com a teoria bakhtiniana, desafia visões lineares da história e revela a complexidade das interações entre elites e povo.

Na mesma linha, este trabalho propõe uma leitura indiciária dos Estatutos da Câmara de Vila Bela, buscando nos silêncios, contradições e ambiguidades do texto, pistas de práticas sociais que escapavam ao controle da norma. A resistência dos escravizados, por exemplo, pode ser vislumbrada nas disposições sobre comportamento, festividades ou uso dos espaços públicos – temas que, embora tratados sob uma perspectiva disciplinar, indicam a persistência de culturas populares e táticas de enfrentamento do poder.

Essa abordagem também dialoga com os alertas de historiadores como Jacques Le Goff (2013, p. 485-499), para ele “nenhum documento é inocente”. Os textos oficiais devem ser desmontados como monumentos ideológicos – ou seja, analisados criticamente em busca das forças que os moldaram e das intenções que pretendem ocultar.

A natureza do documento histórico está longe de ser neutra. Sua seleção por parte do historiador reflete, não apenas sua posição social e ideológica, mas também, sua organização mental e os filtros culturais de seu tempo. O documento, portanto, não deve ser visto como um simples vestígio passivo do passado, mas como uma construção histórica ativa. Ele é fruto de uma montagem – consciente ou inconsciente – realizada pela sociedade e pela época que o produziram, e permanece em constante reconstrução pelas gerações posteriores.

Jacques Le Goff enfatiza que o documento não constitui uma “herança do passado” no sentido puro e objetivo; ele é, sobretudo, uma “construção permanente”, moldada por contextos históricos variados e por relações de poder que o atravessam. Quando analisado como *monumento*, o documento revela sua dupla função: testemunhar e, ao mesmo tempo, participar da criação de formas de poder. Ele é, tanto um produto, quanto um produtor de significados históricos, carregando as marcas das mentalidades, crenças e ideologias de uma sociedade em um tempo específico. Essas marcas nascem de um embate entre distintas visões de mundo, valores e interesses entre as elites dominantes e os grupos subalternos. Embora o século XVIII seja caracterizado, sobretudo na Europa e nas colônias americanas, por regimes de Antigo Regime (monárquicos, aristocráticos e escravistas), também se observa, especialmente a partir do Iluminismo e das resistências

locais (rebeliões, fugas, práticas culturais alternativas), a emergência de tensões em torno da autoridade e da ordem estabelecida.

Assim, ideologia aqui, não se refere apenas ao conjunto de ideias das elites, mas também às formas de resistência e reelaboração simbólica promovidas pelas camadas subalternas, muitas vezes expressas em práticas religiosas, culturais e linguísticas híbridas.

Por isso, o historiador deve aplicar uma crítica rigorosa e profunda ao documento, tratando-o, não como uma fonte transparente, mas como um artefato histórico denso que precisa ser desmontado. É necessário compreender suas condições de produção e seu papel enquanto instrumento de poder simbólico e social. O documento, nesse sentido, é um testemunho ativo do passado – não apenas registra a história, mas a constrói e, é por isso que seu caráter histórico deve ser sempre central na análise.

Complementarmente, André Cellard (2008, p. 295 e 296) observa que os documentos, muitas vezes, são a única evidência que permite reconstituir um passado relativamente distante, pois pode representar quase a totalidade dos vestígios da atividade humana. Porém, embora tagarela, ouve pouco, exigindo do pesquisador um interrogatório rigoroso, capaz de revelar suas ausências e silêncios estruturais. Para o autor, o pesquisador que trabalha com documentos enfrenta diversos obstáculos antes de poder realizar uma análise profunda de seu material. É necessário localizar o documento e avaliar cuidadosamente sua credibilidade e representatividade, identificar se o documento exprime a visão de um grupo específico da sociedade e compreender o sentido da mensagem contida nos documentos.

É nesse contexto, que a teoria de Bakhtin, não apenas ilumina os múltiplos sentidos inscritos no documento, mas também questiona sua pretensa neutralidade. Os *Estatutos de Vila Bela* não são peças estanques da autoridade; são, antes, testemunhos tensionados de uma ordem em constante disputa, produzidos no cruzamento entre o desejo de disciplinar e as práticas resistentes, entre a imposição da norma e a vivência da diferença.

Por isso, a articulação entre a teoria bakhtiniana e a micro-história oferece um caminho metodológico interdisciplinar eficaz para compreender a complexidade da urbanização colonial e das formas de poder no Brasil do século XVIII. Esta tese recusa a visão homogênea da colonização, ao destacar a pluralidade de experiências e as formas sutis de agência dos sujeitos historicamente silenciados.

A teoria do dialogismo nos ensina que todo discurso é atravessado por outros discursos. Mesmo os textos do poder, como os Estatutos de 1753, estão imersos em um campo de disputas simbólicas, onde as vozes marginalizadas – ainda que refratadas, silenciadas ou apagadas – deixam seus rastros. Reconhecer essas marcas é uma tarefa fundamental para a historiografia crítica, que busca compreender o passado, não como imposição de uma única narrativa, mas como uma arena de vozes em constante negociação.

A compreensão, à luz de Mikhail Bakhtin, de que todo enunciado é essencialmente ideológico e situado em um horizonte social específico, possibilita uma leitura crítica dos Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade (1753), concebendo-os como dispositivos discursivos que refletem e modelam dinâmicas de dominação, negociação e resistência no interior do espaço urbano-colonial.

O primeiro capítulo tem como objetivo contextualizar esta tese no âmbito da produção científica institucional. A partir do levantamento das linhas de pesquisa e dos estudos desenvolvidos, especialmente aqueles voltados para a teoria bakhtiniana, a Vila Bela no período colonial e a Escravidão no século XVIII, busca-se definir a relevância das investigações nessa área e sua contribuição para o avanço do conhecimento histórico e linguístico.

O segundo capítulo será dedicado à análise da experiência urbana dos escravizados e escravizadas da Vila Bela da Santíssima Trindade, sujeitos centrais deste estudo. Viver no ambiente urbano podia representar, para os cativos, a perspectiva de uma vida menos dura, mas também os expunha a uma vigilância constante, exercida, tanto pelas autoridades, quanto pelos homens livres. A presença significativa de escravos nas vilas, desempenhando uma ampla gama de funções – como barbeiros, costureiras, sapateiros, ferreiros, entre outros, conforme registrado em testamentos e inventários – evidencia sua importância na dinâmica urbana e seu papel ativo como agentes sociais. Diante disso, o poder público criou mecanismos de controle e repressão, como os Estatutos e Posturas da Vila Bela, com objetivo de manter a ordem e, também, limitar a autonomia dos escravizados. No entanto, observamos que, mesmo sob forte repressão, os cativos encontraram formas de resistência e negociação. Ainda que marcados por violência, exploração e preconceito, o espaço urbano oferece brechas que foram habilmente aproveitadas. Por meio dessas estratégias, os escravizados demonstraram sua capacidade de transformar, ainda que parcialmente, o mundo à sua volta – adaptando-se quando necessário, mas buscando constantemente superar as amarras da escravidão.

No terceiro capítulo, analisamos trechos dos Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade, com foco na presença e atuação dos escravizados no contexto urbano. A partir de uma abordagem interdisciplinar, fundamentada na teoria bakhtiniana, compreendemos o documento como um espaço vivo, atravessado por múltiplas vozes e conflitos sociais. Embora os Estatutos expressem a voz dominante do poder colonial, a análise dialógica permite identificar marcas da presença e das estratégias de resistência de escravizados e libertos. Mesmo sob repressão, esses sujeitos encontraram formas de inserção social e atuação discursiva. O estudo revela que, por trás da aparente homogeneidade da linguagem normativa, emergem vozes dissonantes que questionam, adaptam-se e, por vezes, subvertem a ordem vigente. Esse capítulo busca ampliar a leitura crítica dos documentos históricos, reconhecendo os escravizados como agentes históricos e revelando as tensões e negociações presentes na sociedade colonial.

CAPÍTULO 1

Teoria bakhtiniana, Vila Bela e escravidão colonial na produção institucional

Para contextualizar este trabalho dentro da bibliografia institucional, foi realizada a quantificação e análise das informações geradas entre os anos de 2014 e 2023. A seleção desses dados foi feita por meio de busca utilizando palavras-chave em títulos e dados adicionais das produções, como “Vila Bela”, “Período Colonial”, “XVIII”, “Bakhtin” e “Escravidão no Período Colonial”.

Os dados foram extraídos das plataformas Carlos Chagas/CNPq, Stela Experta e Diretório Geral de Pesquisa do Brasil (DGP)/CNPq. Adotadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), até outubro de 2024, as informações geradas pela Plataforma Carlos Chagas/CNPq têm como objetivo monitorar a produção científica da instituição. A Plataforma Stela Experta, utilizada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMT, no mesmo período, foi empregada para identificar as áreas de conhecimento das produções. Já a Plataforma do Diretório Geral de Pesquisa do Brasil (DGP)/CNPq foi empregada com o objetivo de identificar a origem das produções e as linhas adotadas pelos grupos de pesquisa que as produziram. Importante destacar que as informações duplicadas foram excluídas, o que possibilitou a obtenção de um panorama mais preciso e detalhado das linhas e caminhos da produção científica da universidade.

Vale ressaltar que as informações apresentadas por essas plataformas são extraídas dos Currículos Lattes dos pesquisadores, que atualizam e confirmam sua vinculação durante o seu preenchimento com fluxo contínuo. Portanto, a desatenção no preenchimento pode comprometer, em partes, o conjunto de informações. Salientamos que, mesmo podendo apresentar pequenas inconsistências, a ausência de ferramentas tecnológicas que ofereçam filtros e funcionalidades resultaria em um processo bem mais demorado e impreciso. Por isso, a utilização de um instrumento de coleta respaldado institucionalmente tornou-se necessária.

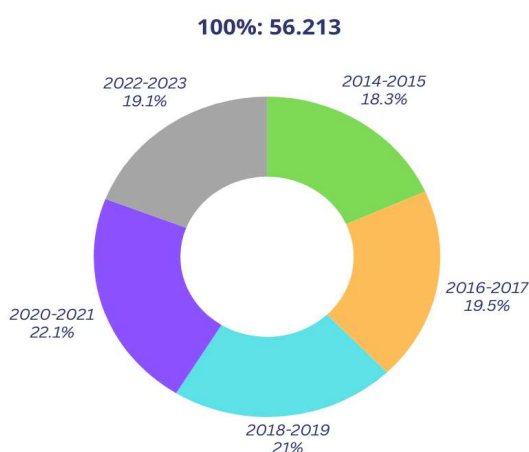
A análise foca exclusivamente na produção bibliográfica, incluindo artigos em periódicos, trabalhos apresentados em eventos, capítulos de livros e livros publicados. O objetivo é avaliar a distribuição temporal da produção e identificar as linhas de pesquisas que podem estar relacionadas com o tema central desta tese: aplicação da teoria bakhtiniana na pesquisa voltada para o período colonial, com ênfase nas experiências dos escravizados e no uso de documento ordenador. Para esta análise, não foram considerados critérios de qualidade como Qualis Capes ou Fator de Impacto.

Antes de iniciar, é relevante informar que, entre as áreas e entre os formatos de produção bibliográfica, a dinâmica que envolve a publicação segue fluxo diferenciado, portanto, haverá diferenças temporais a serem observadas, mas, como não se trata do objetivo deste trabalho, não serão aqui detalhadas.

Muitos são os fatores que impactam na produção científica de uma instituição, dentre eles podemos destacar: o fortalecimento dos programas de pós-graduação, o aumento no número de doutores, o fomento destinado à publicação, o fortalecimento dos grupos de pesquisa, entre outros.

Dentro do contexto geral institucional, a produção científica da instituição vem mantendo números aproximados, com aumento no número de produção entre os anos de 2018 e 2021 e pequena queda entre os anos de 2022 e 2023.

Gráfico 1 – Produções bibliográfica da UFMT entre 2014 e 2023.



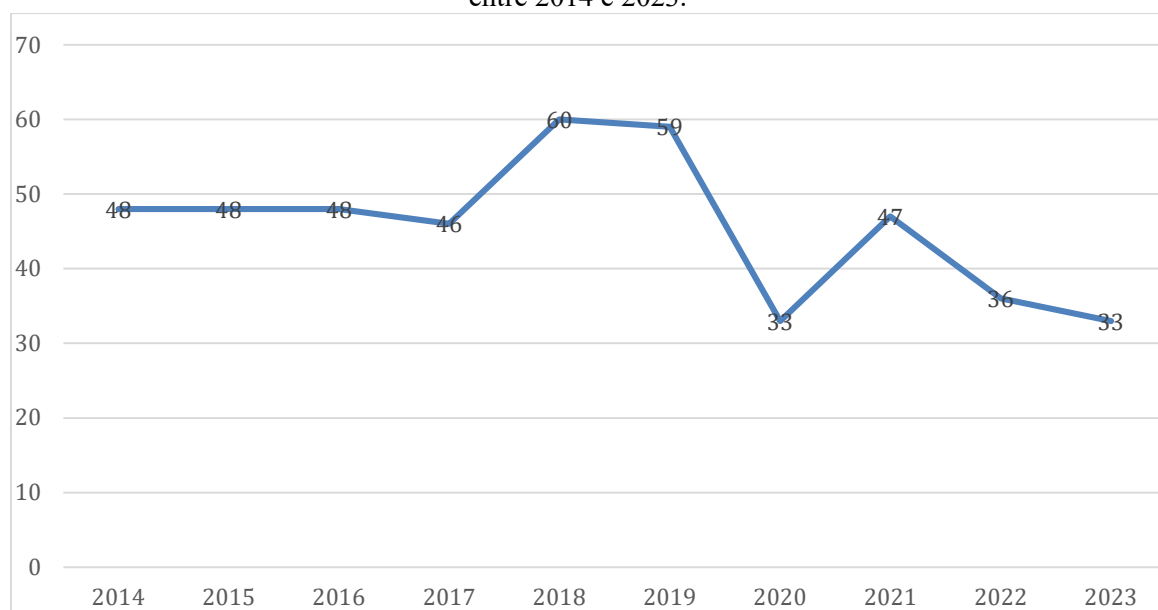
Fonte: Extrator Lattes da Plataforma Carlos Chagas.

A pandemia de Covid-19 e outras questões epidemiológicas, juntamente com os desafios para a saúde coletiva e mental, afetaram as instituições de pesquisa. No entanto, os dados indicam que, mesmo diante de toda a crise enfrentada no Brasil e no mundo, a

produção científica na UFMT continuou ativa. Essa realidade parece ser compartilhada com o todo, pois, em 2023, o Brasil alcançou a décima posição no ranking mundial de produção científica, segundo informações do catálogo OpenAlex, divulgadas pela CAPES durante uma mesa redonda sobre Ciência Aberta no IBICT, em 22 de março.

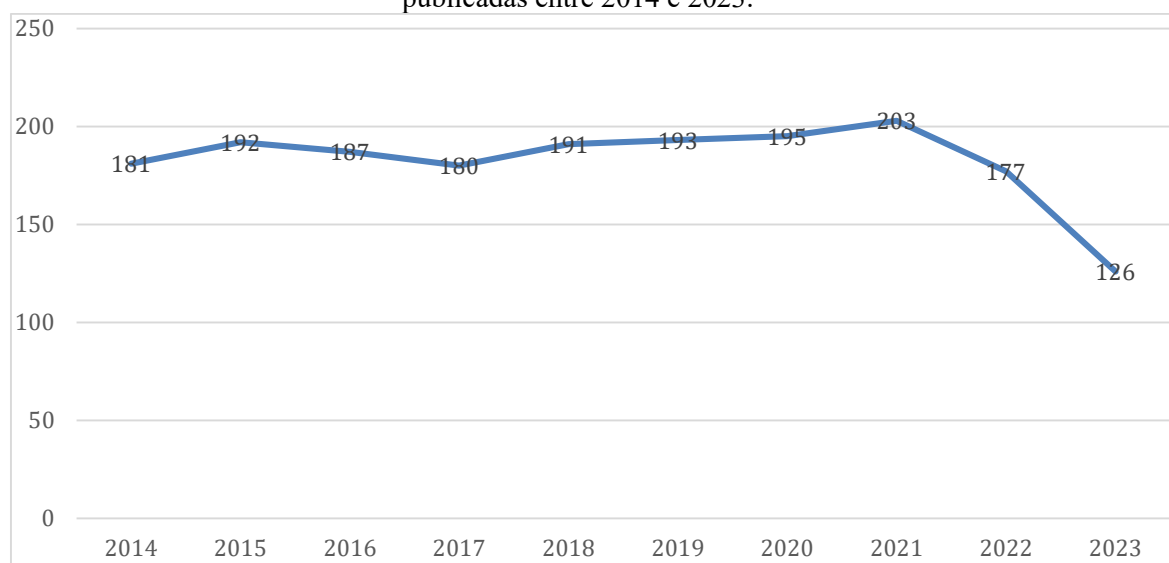
Os gráficos que se seguem mostram o número de publicações nas áreas de Linguística, Letras e Artes, e Ciências Humanas, ocorridas entre 2014 e 2023.

Gráfico 2 – Produções bibliográficas na grande área de Linguística, Letras e Artes, publicadas entre 2014 e 2023.



Fonte: Arquivo gerado pela autora em 10 jul. 2024, pela Plataforma Stela Experta.

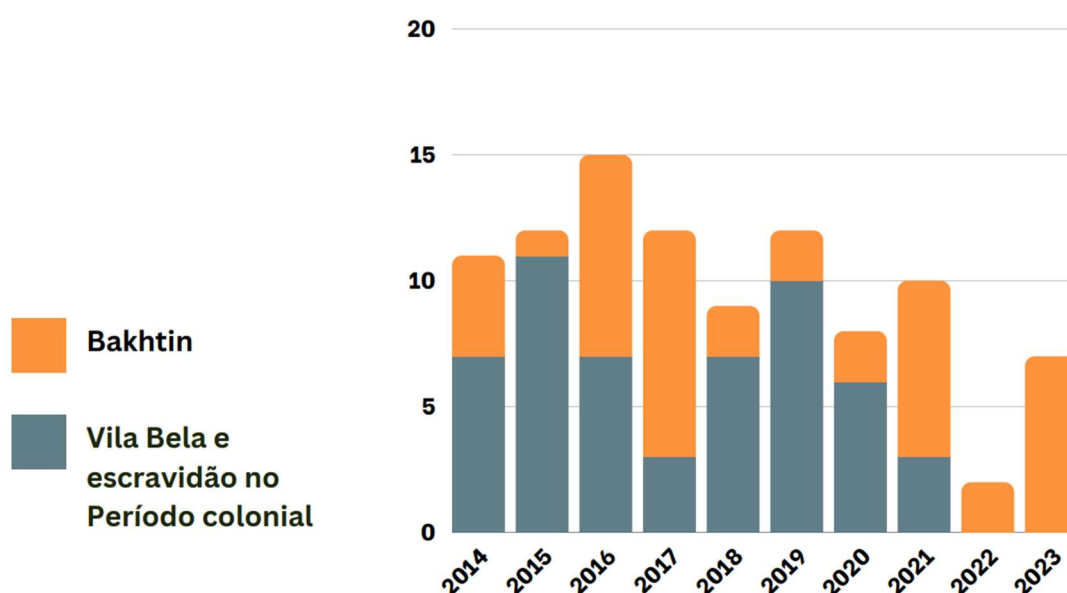
Gráfico 3 – Número de produções bibliográficas na grande área de produção Ciências Humanas, publicadas entre 2014 e 2023.



Fonte: Arquivo gerado pela autora em 10 jul. 2024, pela Plataforma Stela Experta.

Quando nos aprofundamos nas áreas relacionadas à linha de pesquisa que aborda os temas: “Vila Bela e escravidão colonial e teoria bakhtiniana”, observamos um distanciamento bem maior no número de publicações.

Gráfico 4 – Produções bibliográficas da UFMT entre 2014 e 2023, com os temas Bakhtin, Vila Bela e escravidão no período colonial.



Fonte: Extrator lattes da Plataforma Carlos Chagas.

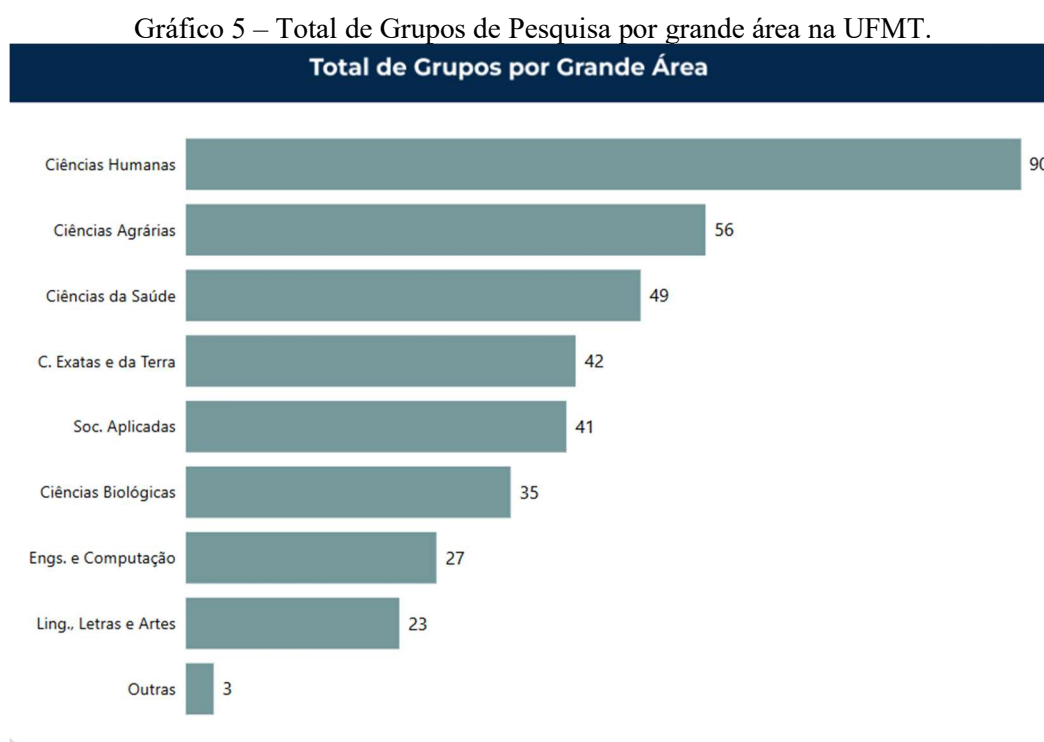
É possível perceber que, entre 2014 e 2023, houve uma certa flutuação na quantidade de produções bibliográficas relacionadas indiretamente ao tema desta pesquisa (Figura 3).

Identificamos um aprofundamento nos estudos bakhtinianos nos períodos de 2016, 2017-2021 e 2023, com destaque também para o ano de 2014. Nas produções relacionadas à Vila Bela durante o período colonial, a produção se concentra nos anos de 2014, 2015, 2018 e 2019. Ao analisarmos o panorama geral da produção gerada pelas grandes áreas de humanas e linguística, nota-se que a mesma é baixa se compararmos com o total da produção institucional, demonstrando que as áreas que envolvem este trabalho podem ter sofrido maior impacto com a Pandemia e suas possíveis consequências. Esses dados podem colaborar para futuros estudo sobre o tema.

No sentido de buscar mais informações, fizemos um levantamento, no contexto institucional, dos Grupos de Pesquisa registrados e vinculado à UFMT. Para isso, foi utilizada a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP).

O DGP, mantido pelo CNPq, compila dados sobre recursos humanos em grupos de pesquisa, incluindo pesquisadores, estudantes e técnicos. A base abrange linhas de pesquisa, especialidades do conhecimento, setores de aplicação, além da produção científica, tecnológica e artística, e das parcerias com instituições e empresas.

No gráfico abaixo podemos visualizar melhor o número de grupos de pesquisa atuantes na UFMT, considerando o censo 2023:



Fonte: Arquivo gerado pela autora em 10 jul. 2024, pela Plataforma do DGP – série Censo 2023.

Se considerarmos o número total de produção científica da instituição e o número de grupos de pesquisa em atividade, especialmente nas áreas de humanas, observamos um distanciamento muito grande entre o número de produção e o número de grupos de pesquisa ativos. Frente a esses dados, vários questionamentos podem ser realizados: esses grupos estão realmente ativos? A diferença no fluxo, objetivo e instrumentos de divulgação da ciência são tão diferentes das outras áreas a ponto de justificar os baixos números? E tantas outras questões que, neste momento, não são alvo deste estudo, mas podem abrir novos horizontes de pesquisa.

Abaixo, algumas obras que ilustram o percurso metodológico e temático seguido pelas produções institucionais vinculadas à nossa base teórica bakhtiniana.

Quadro 1 – Produções voltadas para Bakhtin e o Círculo, produzidas entre os anos de 2014 e 2023.

Ano de Publicação	Título	Tipo de Produção	Fonte Bibliográfica
2014	Música e linguagem: da teoria dos afetos aos novos olhares através das ‘lentes conceituais bakhtinianas’	Artigo publicado em periódicos	Revista Diálogos (REVDIA), v. 1
	Arte-educação e infância: uma análise de discurso à luz da teoria bakhtiniana	Trabalho publicado em anais de evento	Seminário de Educação – Semiedu 2014
	A criação musical guiada pelas ações axiológicas do criador: um olhar através das lentes conceituais bakhtinianas	Trabalho publicado em anais de evento	Musicien - Ciclo de palestras Música e Ciência
	Reflexões sobre comunicação e interação: (re)leituras bakhtinianas	Artigo publicado em periódicos	Revista Diálogos, v. 3
2015	O gerativismo e a teoria da linguagem bakhtiniana	Artigo publicado em periódicos	Revista Diálogos (REVDIA), v. 4
2016	O gerativismo e a teoria da linguagem bakhtiniana: o sentido em perspectiva	Artigo publicado em periódicos	Revista Diálogos (REVDIA) v. 4
	Didatização tupiniquim para o conto machadiano no ensino fundamental: encadeamento para percepção de lutas ideológicas nos espaços públicos na perspectiva bakhtiniana	Capítulo de livro publicado	VI SIELP - Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa
	Da música o musicar e a musicagem: concepções estéticas e éticas na mobilização de novos conceitos	Capítulo de livro	Literatura Cidade e Cultura Popular, Pedro e João Editores
	Didatização tupiniquim para o conto machadiano no ensino fundamental: encadeamento para formação de leitor literário na perspectiva bakhtiniana	Capítulo de livro	Políticas educacionais e formação de professores experiências e práticas pedagógicas, Appris
	A maçã, o corpo, a tentação: encontros de Bakhtin e Maingueneau no interdiscurso	Trabalho publicado em anais de evento	IV Colóquio da ALED Brasil
	Explorando textos no sentido bakhtiniano em tarefas de formulação e resolução de problemas matemáticos	Trabalho publicado em anais de evento	Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências
	Bakhtin e Tardif-Lessard: um diálogo possível	Trabalho publicado em anais de evento	Seminário de Educação – Semiedu 2016
	O conto machadiano no ensino fundamental: uma didatização tupiniquim para formação de leitor literário na perspectiva bakhtiniana	Trabalho publicado em anais de evento	Seminário de Educação – Semiedu 2016
	Language and deafness: teaching a foreign language to the deaf from a bakhtinian perspective	Artigo publicado em periódicos	Humanising Language Teaching, v. 6
2017	O signo em Bakhtin e o círculo	Artigo publicado em periódicos	Revista Diálogos (REVDIA), v. 5
	O trabalho do profissional tradutor/intérprete de língua de sinais sob as lentes da teoria bakhtiniana	Artigo publicado em periódicos	Revista Falange Miúda, v. 11
	Bakhtin e a ecolinguística: diálogos possíveis	Artigo publicado em periódicos	Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 3
	Texto musical dialógico: contribuições para a criação musical ampliadas pelas lentes conceituais bakhtinianas	Livro publicado	https://www.amazon.ie/Texto-musical-dial%C3%B3gico-Contribui%C3%A7%C3

			%B5es-bakhtinianas/dp/333019846X
	Análise linguística alla bakhtiniana e o uso da visografia para o registro da poética de Duarte	Trabalho publicado em anais de evento	Seminário de Educação – Semiedu 2017
	A metodologia da sala de recursos multifuncionais para o ensino da língua portuguesa (l2) para alunos surdos: um estudo bakhtiniano	Trabalho publicado em anais de evento	VI Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa
	Análise linguística bakhtiniana e o uso da visografia para o registro da poética de Duarte	Trabalho publicado em anais de evento	Seminário de Educação – Semiedu 2017
	Leitura do conto machadiano para o ensino fundamental: uma proposta de sequência didática tupiniquim para formação de leitor literário na perspectiva bakhtiniana	Trabalho publicado em anais de evento	VI Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa
	O ato tradutório e interpretativo analisado a partir da perspectiva bakhtiniana	Artigo publicado em periódicos	Revista de Ciências Humanas UFV, v. 18
2018	O uso da visografia para o registro da poética de Duarte: breve análise à la Bakhtin	Artigo publicado em periódicos	Revista de Letras Norte@mentos, v. 12
	Bakhtin e a ecolinguística como bases teóricas para um estudo sobre empréstimos linguísticos à libras	Trabalho publicado em anais de evento	SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa
2019	A perspectiva bakhtiniana das enunciações emergentes na ditadura militar brasileira: revisão de literatura	Artigo publicado em periódicos	Entremeios, v. 22
	O gênero discursivo de Bakhtin e o Círculo como contribuinte para o ensino de libras como l2 para ouvintes	Trabalho publicado em anais de evento	I Congresso Nacional em Estudos Interdisciplinares da Linguagem
2020	Privacidade hackeada: leitura crítica e reverberações bakhtiniana e vigotskiana	Artigo publicado em periódicos	Cadernos de Pós Graduação em Letras (Online), v. 21
	A dialogia bakhtiniana entre as enunciações jornalísticas brasileiras de 2020 e as enunciações artísticas de Chico Buarque da década de 70	Artigo publicado em periódicos	Desafios: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 8
2021	A heterocientificidade dialético-dialógica do círculo bakhtiniano	Artigo publicado em periódicos	Letrônica, v. 13
	Subjetiva indireta livre e discurso indireto livre: plano-sequência e escritura literária em Pasolini e Bakhtin	Artigo publicado em periódicos	Não localizado
	Pesquisas sobre estudos de línguas de sinais na UFMT: algumas contribuições bakhtinianas	Capítulo de livro	Revista Diálogos
	Gêneros discursivos bakhtinianos na multidisciplinaridade: os desafios da comunicação na internacionalização da educação superior	Trabalho publicado em anais de evento	XX Colóquio Internacional em Gestão Universitária
	A dialogia da necropolítica na mídia: perspectiva bakhtinianas enunciações brasileiras de resistência na pandemia e da ditadura militar de 1964	Artigo publicado em periódicos	Caminhos em Linguística Aplicada, v. 27

	Um olhar bakhtiniano sobre o discurso interseccional refratado em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo	Trabalho publicado em anais de evento	V Congresso Internacional de Letras
2022	A narrativa diaspórica de Orlanda Amarílis sob a perspectiva bakhtiniana	Artigo publicado em periódicos	Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades (Eletrônico), v. 11
	Estética polifônica: um paralelo entre o feminismo e a polifonia a partir do ensaio bakhtiniano na obra São Bernardo de Graciliano Ramos	Artigo publicado em periódicos	Revista Interfaces do Conhecimento, v. 5
2023	A intersubjetividade e a verdade histórica como ato criativo para a aprendizagem histórica dos jovens a partir das histórias em quadrinhos	Capítulo de livro publicado	Educação Histórica: contribuições ao debate, WAS Edições
	Rebak – relendo Bakhtin: linguagens em movimento	Livro publicado	https://www.edufmt.com.br/product-page/rebak-relendo-bakhtin-linguagens-em-movimento
	Um brinde a Saussure e Bakhtin com licor de piqui (volume I e II)	Livro publicado	http://dx.doi.org/10.2932/7/5314594 - http://dx.doi.org/10.2932/7/563375
	Filosofia hermética e linguagem: aproximações conceituais	Capítulo de livro	http://dx.doi.org/10.2932/7/563375
	Método para o registro de dados linguísticos da língua de sinais	Capítulo de livro	http://dx.doi.org/10.2932/7/563375

Fonte: Plataforma Carlos Chagas (CNPq) / Plataforma Stela Experta, dados extraídos no mês de julho de 2024.

No Brasil, as discussões sobre o pensamento do Círculo de Bakhtin começaram na década de 1980 e se intensificaram na década de 1990. Entre 1919 e 1929, Mikhail Bakhtin fez parte de um grupo multidisciplinar de intelectuais, incluindo figuras como Matvei Kagan, Ivan Kanaev, Maria Yudina, Lev Pumpianski, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev, reunidos em Nevel, Vitebsk e São Petersburgo. Esse grupo ficou conhecido como Círculo de Bakhtin, devido à sua liderança intelectual. (FARACO, 2009, p. 13).

Na produção institucional que envolve a teoria bakhtiniana, a maior parte das discussões e produções geradas nos grupos de pesquisa estão ligadas diretamente à análise e aprofundamento de um ou mais conceitos específicos da teoria, utilizando-os como suporte para a construção dos contextos históricos e culturais, ligando seus temas aos ambientes, aos pensamentos e ao percurso em que foram elaborados. Dessa forma, construíram uma estrutura, mais ou menos sistemática, para a análise dos temas específicos. Os artigos exploram as perspectivas bakhtinianas sobre linguagem e surdez; o ensino de línguas estrangeiras para surdos; metodologias para educação em língua de

sinais; interações dialógicas na aprendizagem de línguas; e enfatizam a importância do discurso na educação.

As linhas de pesquisa variam. Algumas são voltadas para o realismo crítico e a análise crítica do discurso e do ensino, com o propósito de desconstruir práticas discursivas marginalizadas, especialmente aquelas relacionadas a populações em situação de exclusão social; e outras sobre línguas faladas no Brasil, examinando-as sob uma perspectiva histórica e estrutural. Este campo inclui estudos das variedades dialetais do português brasileiro, investigações históricas, linguísticas e socioculturais do português e das línguas indígenas brasileiras, além da documentação e estudos filológicos das línguas faladas no país. Ainda, envolvendo a teoria de Bakhtin, algumas linhas de pesquisa abordam os objetos estéticos, analisando as dimensões semiótica e política da arte. Estas pesquisas exploram como a arte trata identidades, culturas e sociedades, considerando, também, as relações éticas e políticas envolvidas.

A linha de pesquisa sobre mudanças no ensino-aprendizagem de línguas investiga recentes mudanças paradigmáticas, diferenciando entre ortodoxia gramatical e relativismo linguístico, e promovendo a reorientação do ensino de línguas para o modelo uso-forma-uso, com ênfase em práticas baseadas na noção de gênero discursivo.

Outra importante área de pesquisa que tem utilizado a teoria bakhtiniana nas suas publicações, são os estudos que analisam e avaliam o curso de letras da UFMT, incluindo o trabalho em sala de aula, concepções sobre professores e alunos, estágio supervisionado e outros fatores que revelem forças e fraquezas. Nessa linha, observamos estudos sobre processos de formação e educação focando na formação docente inicial e continuada, analisando estruturas curriculares, práticas avaliativas e técnicas didático-pedagógicas. Também investigam a educação a distância, inclusão digital e aprendizagem em rede, com um foco particular na comunicação, interação e mediação.

Os Grupos de Pesquisa vinculados à UFMT, que se destacaram neste levantamento foram: Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem; Grupo de Estudos em Filosofia da Linguagem Licor de Pequi (GEFIL); FOLIUM – Grupo de Estudos de Filologia e História; SEMIC – Semióticas Contemporâneas, Arte, Discurso e Prática Pedagógica; Relendo Bakhtin – REBAK e Grupo de Pesquisas Curriculares e Discurso – GPCED.

Já os estudos sobre a História Local durante o período Colonial, entre os anos de 2014 e 2023, foram conduzidos por nove Grupos de Pesquisa, quase o mesmo número daqueles que se dedicam ao estudo bakhtiniano, mesmo a área de Humanas possuindo

aproximadamente 74% a mais de grupos, o número de produção pode ser considerado pequeno, apesar de informarem em seus dados no DGP que possuem atuação na linha de pesquisa voltada para discussões de temas ligados à história local e regional.

É importante, segundo José D'Assunção Barros (2022, p. 45, 46 e 48), destacarmos as diferenças entre as modalidades historiográficas da História Regional e da História Local, estabelecendo uma distinção clara entre ambas. Embora os termos possam, por vezes, se sobrepor no uso historiográfico, o autor argumenta que cada um carrega motivações distintas e exige abordagens metodológicas específicas. As principais diferenças apontadas pelo autor são: a Escala e Foco, a Abordagem Metodológica e a Construção do Espaço. Enquanto a primeira insere o espaço em um sistema mais amplo, como o mercado nacional, a segunda foca nas dinâmicas internas de localidades específicas, ainda que conectadas a contextos mais amplos. A escolha entre essas abordagens implica estratégias metodológicas distintas, ajustadas à complexidade e ao dinamismo do objeto de estudo. Além disso, conceitos como “região” ou “localidade” não são dados prévios, mas construções analíticas definidas ao longo da pesquisa, podendo corresponder a diferentes recortes geográficos ou político-administrativos, conforme os objetivos do historiador.

Em síntese, embora haja sobreposições no uso comum dos termos – especialmente no contexto brasileiro, onde “história local” pode até designar unidades mais amplas, como estados –, o autor propõe que, do ponto de vista conceitual, ambos se referem a escalas e enfoques distintos de análise. Com base nessa definição, adotaremos o termo história local.

No entanto, não podemos deixar de considerar a análise feita por Durval Muniz Albuquerque Junior (2008, p. 55-67), que propõe uma abordagem crítica e desconstrutiva, tanto da história regional quanto da local. Ele questiona a naturalização da ideia de “região” na historiografia brasileira, argumentando que, essa noção, frequentemente reforça discursos regionalistas que funcionam como mecanismos de dominação e exclusão, legitimando narrativas conservadoras e celebrações identitárias acríticas.

Para Albuquerque Junior, a região deve ser compreendida como uma construção histórica, política, discursiva e simbólica – e não como um espaço fixo, objetivo e homogêneo, reduzido a uma identidade estável ou a um simples recorte político-administrativo. Ele defende que é preciso historicizar o espaço, identificar os discursos e práticas que o constituem e desestabilizar suas identidades cristalizadas. O espaço é, assim, concebido como um “objeto em fuga”: dinâmico, poroso, híbrido e sempre em

processo de construção. Trata-se de um espaço vivido e subjetivado, atravessado por afetos, desejos, saberes e relações de poder.

No âmbito da história local as linhas de pesquisa são bem mais variadas totalizando 292 (Linguística, Letras e Artes: 64 linhas), correspondendo à diversidade maior de subáreas pertencentes à área de Ciências Humanas. Foram indicados por líderes dos grupos de estudos discussões pertencentes às áreas de Geografia, Sociologia, Psicologia, História, Antropologia, Linguística, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Economia e Planejamento Urbano e Local. Abaixo, segue quadro de produções geradas entre os anos de 2014 e 2023.

Quadro 2 – Produções voltadas para a “Vila Bela”, “Período Colonial” e “Escravidão no período colonial – Vila Bela”.

Ano de Publicação	Título	Tipo de Produção	Fonte Bibliográfica
2014	A riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita'. Capitania de Mato Grosso, século XVIII	Capítulo de livros publicados	Ed. Unemat, v. 1
	Considerações sobre a cartografia colonial do Brasil: categorias tipológicas.	Artigo publicado em periódico	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, v. 74
	Fronteira oeste do Brasil: uma análise econômica dos séculos XVIII e XIX	Artigo publicado em periódico	Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 5
	A invenção de um Brasil didático: capítulos de História Colonial	Trabalhos publicados em eventos	Humanidades em Contexto: saberes e interpretações, v. 1
	Representações da paisagem da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na escrita do governador e capitão-general Antônio Rolim De Moura Tavares (século XVIII)	Trabalhos publicados em eventos	IV Encontro Internacional de História Colonial. Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa, v. 1
	Cotidiano de propriedades rurais mineiras do século XVIII	Trabalhos publicados em eventos	IV Seminário Internacional de Patrimonio Agroindustrial, v. 1
	Quilombolas do Vale do Guaporé: modos de conhecimento e territorialidade – texto impresso	Livro publicado	EdUFMT; Editora Sustentável
2015	Vila Bela: a pérola negra de Vila Bela	Livros publicados	Ed. Entrelinhas
	Fortalezas imperiais: arquitetura e cotidiano (fronteira oeste da américa portuguesa, século XVIII)	Capítulo de livros publicados	Universidad Nacional de La Plata, v. 1

	A historiografia da escravidão em Mato Grosso e o escravo na lida com o gado: enfoque para a localidade de Sant'Ana de Paranaíba (1857-1874)	Artigo publicado em periódico	Não localizado
	A contribuição puritana na literatura colonial americana: diários, sermões, poesia	Artigo publicado em periódico	Scripta Uniandrade, v. 13
	O ensino régio na capitania de Mato Grosso (XVIII-XIX)	Artigo publicado em periódico	Não localizado
	Festanção de Vila Bela: para além do ritual	Trabalhos publicados em eventos	XV Jornada do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da UFRJ
	Culinária de Vila Bela da Santíssima Trindade: entre a modernidade e a tradição	Trabalhos publicados em eventos	XII CONLAB - Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa
	Festanção de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) – Brasil	Trabalhos publicados em eventos	XV Encuentro de Geógrafos de América Latina – Por una América Latina Unida y sustentable
	Impactos socioambientais na festa de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso – Brasil.	Trabalhos publicados em eventos	XV Encuentro de Geógrafos de América Latina
	Espaços de práticas de leitura em Mato Grosso nos séculos XVIII, XIX e XX	Trabalhos publicados em eventos	Seminário de Educação – Semiedu 2015
	O trânsito de cativos do oeste da América portuguesa para espanhola: fugas, sequestros e a busca por liberdade (século XVIII).	Artigo publicado em periódico	Fronteiras: Revista de História, v. 18
2016	'Homens de ferro, mulheres de pedra': fugas e formação de quilombos na fronteira entre as coroas portuguesa e espanhola (século XVIII-1809)	Artigo publicado em periódico	Revista História e Diversidade, v. 8
	O retorno é a morte: a volta de cativos fugidos à escravidão no mato grosso. Entre o esquecimento e o castigo (século XVIII-1808)	Artigo publicado em periódico	Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 17
	Ocorrências de orações gerundivas em contexto administrativo da capitania de Mato Grosso do século XVIII	Artigo publicado em periódico	Revista Philologus, v. 23
	Um posicionamento feminino na sociedade mato-grossense do século XVIII: um estudo filológico	Artigo publicado em periódico	Revista da ABRALIN, v. 16
	Manuais didáticos de história e o conceito de escravidão: estudo comparativo entre Brasil e Portugal	Capítulo de livros publicados	Associação de Professores de História (APA), v. 1

	Contribuição para uma história da alimentação na fronteira oeste da colônia. Capitania de Mato Grosso - século XVIII	Capítulo de livros publicados	Prismas, v. 1
	As representações teatrais enquanto práticas educativas e culturais no cotidiano da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (XVIII e XIX).	Capítulo de livros publicados	Carlini & Caniato
2017	Festa de Vila Bela da Santíssima Trindade: “eu posso com mais alguém”	Artigo publicado em periódico	Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 6
	Sobre a escravidão negra na escolástica ibérica e latino-americana: apontamentos metodológico-normativos	Artigo publicado em periódico	Revista da Faculdade de Letras. Série Filosofia, v. 35
	A representação do negro escravo na narrativa Úrsula, de Maria Firmina Dos Reis	Artigo publicado em periódico	Humanidades & Inovação, v. 5
2018	Paixão da alma: o suicídio de cativos em Cuiabá (1854-1888)	Livro publicado	EdUFMT; Carlini & Caniato
	Cultura e representação: diferentes imagens e linguagens na festa de Vila Bela da Santíssima Trindade	Organização de obra publicada	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Gráfica Print
	Paisagens culturais na festa de Vila Bela Da Santíssima Trindade	Capítulo de livros publicados	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso; Gráfica Print, v. 1
	Lutas e resistências contra o racismo: do colonialismo aos tempos atuais	Capítulo de livros publicados	Nova Práxis Editorial, v. 1
	Escravidão urbana da Vila Real do senhor Bom Jesus de Cuiabá (1778-1822): senhores, escravos e agentes institucionais na vivência urbana	Artigo publicado em periódico	Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 26
	Transcrição e edição de uma carta oficial manuscrita do século XVIII	Artigo publicado em periódico	Revista Philologus, v. 25
	Análise filológica e paleográfica de manuscrito do século XVIII	Artigo publicado em periódico	Revista Philologus, v. 1
2019	Além dos grihões: a Cuiabá escravista e a fuga de cativos	Capítulo de livro publicado	300 anos de Cuiabá: múltiplos olhares Cuiabá, Carlini & Caniato
	Homens de ferro, mulheres de pedra: o itinerário de resistências de africanos escravizados entre a África centro-ocidental e América espanhola. Fugas, formação de quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)	Livro publicado	Appris
	A literatura afro-brasileira: silenciamento, colonialismo, pós-colonialismo e resistência	Capítulo de livros publicados	Ed. Bordô-Grená

	Desordens no Mato Grosso colonial: transcrição comentada de um manuscrito de 1798	Artigo publicado em periódico	Outras Fronteiras: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História/UFMT, v. 6
	O contrapelo da história: os negros e indígenas nos caminhos fluviais até o Mato Grosso nas narrativas elaboradas por viajantes (séculos XVIII e XIX)	Artigo publicado em periódico	História Revista (Online), v. 25
	Transcrição e edição de uma carta manuscrita do século XVIII	Artigo publicado em periódico	Revista Philologus, v. 26
	Estudos filológicos de documentos dos séculos XVIII E XX	Organização de obra publicada	Ed. Pantanal, v. 1
	Educação em Mato Grosso colonial: práticas educativas, civilidade, escolarização	Livros publicados	Paruna Editora, v. 1
	Estudo filológico do auto de fundação da Fortaleza do Real Forte Príncipe da Beira - MT, século XVIII	Capítulo de livros publicados	Ed. Pantanal
	Edição semidiplomática e estudo codicológico e paleográfico de um manuscrito do século XVIII da capitania de Mato Grosso	Capítulo de livros publicados	Ed. Pantanal
2020	Práticas educativas culturais e as relações étnico-raciais na vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (XVIII-XIX): reflexões para o ensino de História	Capítulo de livros publicados	Paruna Editora, v. 1
	Cuiabá no século XVIII: um estudo sobre a morfologia urbana luso-brasileira em território bororo	Trabalhos publicados em eventos	PNUM 2022- Desafios para as formas urbanas do século XXI, v. 1
	Paisagem urbana de Cuiabá no século XVIII: sobre o desígnio e o desenho	Trabalhos publicados em eventos	16º ENEPEA Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo
	A constituição da Fronteira Oeste do Império Português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII	Livros publicados	Paco Editora
	A escravidão pelo olhar do viajante: negros livres e escravizados no diário de Hércules Florence	Capítulo de livros publicados	Ed. Caravana, v. 1
	Sob os olhos de Bakhtin: estatutos municipais ou posturas da câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade (1753)	Capítulo de livros publicados	Paruna Editora, v. 1
2021	Edição e estudo de um manuscrito mato-grossense do século XVIII	Artigo publicado em periódico	Não localizado
	Edição fac-similar e semidiplomática do testamento deixado pelo forro Vicente Francisco de Fontes (1781)	Artigo publicado em periódicos	Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 35

	Considerações sobre as fugas internacionais de escravizados nas fronteiras oeste e sul no Império do Brasil	Capítulo de livro publicado	Histórias Afro-indígenas nas fronteiras, v. 2, Appris
--	---	-----------------------------	---

Fonte: Plataforma Carlos Chagas (CNPq) / Plataforma Stela Experta, dados extraídos no mês de julho de 2024.

Observa-se que, apesar das variadas linhas de pesquisa apresentadas pelos grupos de pesquisadores ligados à instituição, ainda são poucos os estudos que abordam diretamente a História Regional de Mato Grosso. É muito benéfico expandir os estudos para outros locais e contextos, enriquecendo a produção científica acadêmica e promovendo novas redes.

No entanto, ao direcionarmos nossa atenção, de maneira dialogada, para o ambiente em que estamos, conseguimos aprofundar nossa compreensão das transformações sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo, para além das limitações do espaço físico. Como Certeau (1982, p. 66) destaca, “toda pesquisa historiográfica se relaciona com um contexto de produção socioeconômico, político e cultural”, que irá determinar os parâmetros da pesquisa: “é a partir desse contexto que se definem os métodos, se traça uma topografia de interesses, e se organizam os documentos e as questões a serem abordadas.” Outro ponto que chama atenção é a pouca inter-relação entre as áreas e temas que envolvem diretamente esta pesquisa: História e Linguagem, ficando mais restrita às atividades do grupo de pesquisa, FOLIUM – Grupo de Estudos de Filologia e História. O grupo ETRÚRIA – Laboratório de Estudos de Memória, História e Literatura, vinculado à UFMT até o ano de 2023, também atuou reunindo estudantes, professores e pesquisadores focados na História do Brasil, abordando temas que envolvem memória, narrativas e literatura.

Dito isto, reconhecer o Estado de Mato Grosso como um “contexto de produção” é, tanto acadêmica quanto socialmente significativo e pertinente. Neste sentido, adotando uma abordagem multidisciplinar, este trabalho busca contribuir para ampliar e fortalecer o corpo de estudos históricos e linguísticos sobre o período colonial de Mato Grosso, reintroduzindo o século XVIII como um campo fecundo para análise e discussão.

As fontes apresentadas oferecem um panorama multifacetado de Mato Grosso no século XVIII, com a escravidão se destacando como um elemento transversal que moldou a economia, a sociedade, a cultura e as relações de poder na região. A análise de documentos históricos, a exploração das formas de resistência e a valorização das manifestações culturais afro-brasileiras são aspectos centrais das pesquisas apresentadas.

Nas produções apresentadas no Quadro 2, observa-se que, ao abordar o tema Vila Bela da Santíssima Trindade, algumas obras se fundamentam em fontes como: documentos coloniais, registros de expedições e textos administrativos para a construção de suas narrativas. Essas narrativas abordam temas como a urbanização, as perspectivas administrativas coloniais, as interpretações culturais do território, as discussões sobre o estabelecimento de fronteiras, os discursos políticos, o desenvolvimento do comércio, entre outros aspectos.

Na área da antropologia, a linha de pesquisa apresenta, como foco, analisar as interações entre diversas formas de expressão artística (cinema, literatura, teatro, música e artes plásticas) em relação à vida cotidiana e investigar a produção e a circulação de bens culturais, assim como as influências mútuas entre arte, cotidiano e cultura popular. As pesquisas buscam amplificar as vozes das camadas populares e suas relações com outros segmentos da sociedade, investigando a construção das identidades e propondo uma abordagem comparativa entre fenômenos da cultura brasileira e outras realidades sociais.

Os grupos de pesquisa voltados para Arquitetura e Planejamento Urbano concentraram-se em estudar a teoria e a história da arquitetura e do urbanismo, além de abordar a conservação, preservação e transformação do patrimônio cultural em suas várias formas, integrando estudos sobre habitações, *design* de peças e utensílios que fazem parte do cotidiano dos povos indígenas em Mato Grosso. A intenção é proporcionar um espaço de reflexão multidisciplinar que una as áreas de antropologia e arquitetura da universidade, contribuindo para um aprofundamento do conhecimento e o fortalecimento do perfil institucional dessas áreas em interação.

Na linha da educação, as pesquisas exploram a história das instituições de ensino primário, como escolas isoladas, rurais, grupos escolares e escolas integradas, além do ensino secundário, incluindo escolas de formação de professores, ginásios e escolas técnicas. O enfoque pode ser, tanto na cultura escolar, quanto na infância, contribuindo para a História da Infância no Brasil.

Na área da Geografia, as pesquisas têm como objetivo estudar questões sociais e ambientais em contextos urbanos, rurais e naturais. Isso inclui as atividades sociais que ocorrem nesses ambientes, com a finalidade de repensar o planejamento e a gestão ambiental, considerando as relações entre sociedade e natureza, bem como o ordenamento territorial. Outro objetivo é debater as representações cartográficas do espaço geográfico, utilizando técnicas e ferramentas para subsidiar estudos interdisciplinares.

A linha de pesquisa em História concentra-se em atividades que visam o estudo da História do Brasil e de Mato Grosso, com ênfase na história urbana e nas regiões de fronteira. Os temas abordados incluem memória, identidade, cultura e patrimônio. Outros objetivos são: compreender a formação econômica, social e política do Estado de Mato Grosso, levando em conta aspectos culturais; investigar viagens e viajantes, explorando as interações entre ensino de História; história da educação e historiografia; tipologias documentais; métodos de governança e as estruturas administrativas durante a expansão das monarquias ibéricas nas Américas entre os séculos XV e XVIII; criação dos vice-reinados e governos gerais, as audiências e câmaras, além da administração civil e eclesiástica, a cultura política e jurídica do Antigo Regime ibérico e as teorias do bom governo e da razão de estado; análises de materiais didáticos impressos e digitais; uso político de identidades e territorialidades.

Outros grupos de pesquisa exploram a relação entre História e Arte, abordando a ideia de um “mundo contemporâneo em constituição” e os processos de subjetivação por meio de experiências estéticas. Em suma, a linha busca estabelecer um diálogo crítico sobre a cidade contemporânea e os processos de mestiçagem cultural na América Latina, propondo novas perspectivas de pensamento e produção estética que desafiem as formas hegemônicas ocidentais.

Na área de Linguagem, as pesquisas concentram-se nas línguas faladas no Brasil, abordando aspectos históricos e estruturais. As investigações destacam: (1) as diversas variedades dialetais do português brasileiro; (2) estudos históricos, linguísticos e socioculturais do português e das línguas indígenas; (3) a documentação das línguas faladas no país; e (4) pesquisas filológicas. Buscam investigar, analisar e refletir sobre as diversas tipologias documentais utilizadas nos estudos históricos ibero-americanos, abrangendo sociedades europeias, coloniais, nacionais e indígenas. Além disso, pretende examinar as características e perspectivas teórico-metodológicas da historiografia dedicada a esses temas. Outra meta dessa linha é promover a reflexão sobre as diferentes dimensões da categoria “fronteira”, enfatizando as abordagens políticas e culturais. O objetivo é debater concepções clássicas sobre essa categoria, problematizando sua aplicação nas distintas regiões do continente americano.

Para este trabalho, cujo objetivo é, a partir da teoria bakhtiniana, demonstrar que, mesmo em um registro histórico do século XVIII que estabelece normas para um espaço físico setecentista e seus habitantes, é possível identificar interações dialógicas que geram significado e, salvo melhor juízo, mantêm seu caráter inovador. O foco bibliográfico

principal será direcionado, em grande parte, para os estudos considerados clássicos. Isso ocorre após constatarmos a escassez de pesquisas nos últimos dez anos que possam colaborar efetivamente com o desenvolvimento desta análise.

No Brasil, diversos pesquisadores dedicados aos estudos bakhtinianos têm contribuído significativamente para essa análise, como Beth Brait, Carlos Alberto Faraco, Paulo Bezerra e Simone Padilha, que se debruçam sobre o pensamento de Bakhtin e dos membros do Círculo, como Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev. Além disso, os trabalhos de estudiosos reconhecidos na área de estudos regionais, como Carlos Alberto Rosa, Nauk Maria de Jesus, Gilian Evaristo França Silva, Jovam Vilela, Otávio Canavarros e Leny Caseli Anzai, entre outros, constituem referências fundamentais para a construção desta tese.

Nesse cenário, é importante destacar que o deslocamento de diversos pesquisadores para instituições de ensino e pesquisa fora do estado, bem como a aposentadoria de muitos que se dedicaram por anos à história local setecentista, contribuíram para o enfraquecimento dos estudos regionais no interior da Universidade Federal de Mato Grosso. Assim, esta pesquisa também se propõe a dialogar com esse contexto, buscando, não apenas dar continuidade a esses esforços, mas também lançar novas luzes sobre um campo que carece de renovação e aprofundamento.

CAPÍTULO 2

O Urbano Colonial e os corpos escravizados – século XVIII

Na historiografia sobre o espaço urbano colonial, algumas imagens são desconstruídas ao longo do tempo e precisam ser constantemente rememoradas. Esta necessidade se deve ao fato de que, durante muito tempo, a historiografia negou a existência viva de um espaço urbano colonial, conferindo tal fato à falta de interesse e planejamento metropolitano. Afirmções como as de Maria Aparecida de Menezes Borrego em seu livro *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*, de não existir uma legislação específica para regularizar as cidades e que o “componente mental do colonizador, dominado pela rotina, tradição e pobreza imaginativa” (BORREGO, 2004, p. 3), gerou uma forte relação entre as cidades coloniais portuguesas e a Idade Média.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda elabora comparação entre as cidades coloniais portuguesas e espanholas na América. Para esse autor, faltou à administração portuguesa as normas e racionalização do espaço aplicadas pelos espanhóis.

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. [...]. Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante criação de grandes núcleos de povoação estáveis e ordenados. (HOLANDA, 2008, p. 95-96).

Reis Filho (2000, p. 4) esclarece que a tendência de contar a história da urbanização brasileira como uma história linear e precária sempre existiu na historiografia brasileira:

Durante muito tempo, acreditou-se que o urbanismo português na América fosse quase carente de padrões técnicos [...]. Hoje, há consenso entre os pesquisadores portugueses e brasileiros de que a documentação disponível permite comprovar a existência de uma atividade planejadora regular do mundo luso-brasileiro.

Na historiografia mais recente, Ana Cristina Nogueira da Silva e Antônio Manuel Hespanha (1993, p. 39-48) demonstraram claramente um espaço urbano português ordenado, com diferentes níveis de construção coexistindo em uma mesma sociedade. Os estudos desenvolvidos nos programas de pós-graduação no Brasil, também atentam para uma percepção profunda de como se deu a construção dos ambientes urbanos na América portuguesa, reafirmando, ainda mais, a ideia de um espaço apropriado pelos poderes que o projeta, constrói, organiza e reorganiza.

Como exemplo de produção voltada para a construção de uma nova imagem do ambiente urbano, especialmente da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus trouxeram à cena uma vida urbana dinâmica com manifestações de urbanidade. A respeito do espaço urbano da capitania de Mato Grosso, negando a ideia de miséria e estagnação, afirma Carlos Alberto Rosa (2003, p. 43):

A diversificação (de atividades econômicas) vinha da primeira metade do século XVIII no termo da Vila Real, bem antes da implantação da capitania. Além disso, indicadores demográficos mostram crescimento na capitania (como um todo e em ambas as repartições).

Os estudos privilegiam a formação do urbano colonial português, não apenas como espaço traçado seguindo os planos políticos urbanizadores de Portugal, mas, também, como espaço vivo, palco social, político e constitutivo nas relações e práticas sociais de seus habitantes, em especial dos escravizados e libertos. Richard Sennett (2020, p. 9-10), ao discutir as diferenças entre o construir e o habitar, afirma que o ambiente construído é mais que reflexo da economia ou da política, é “um lugar físico e uma mentalidade formada de percepções, comportamentos e crenças.”

Um ponto fundamental para compreender o espaço social em questão é considerar a construção histórica atribuída aos sujeitos deste trabalho, os escravizados e as escravizadas. Nesse sentido, é fundamental analisar o contexto dos estudos sobre a escravidão que, ao longo do tempo, se diversificaram e evoluíram, refletindo novas abordagens e perspectivas.

A historiografia sobre a escravidão tem se desenvolvido, ao longo do tempo, com foco nas relações sociais. Gilberto Freyre, em sua análise, destacou o papel da família

patriarcal nas grandes plantações de açúcar, vendo a escravidão de maneira ambígua: revolucionária ao valorizar as raízes africanas na formação cultural brasileira, mas conservadora ao idealizar um passado de harmonia entre senhores e escravizados. Freyre sugeriu que o português foi o senhor mais ameno, influenciado pela natureza tropical e pela cultura indígena e africana. Para ele, a miscigenação no Brasil corrigiria as desigualdades sociais, criando uma suposta democracia racial. Contudo, a teoria marxista, entre as décadas de 1950 e 1960, criticou suas ideias, destacando a escravidão como um sistema de acumulação de capital baseado na exploração e repressão, especialmente no mercado e no lucro.

Durante esse período, também se intensificou a luta pela independência de Angola, com intelectuais brasileiros como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes participando ativamente. As novas perspectivas revisaram a ideia de que a escravidão no Brasil seria mais branda que em outras regiões, apontando o uso de violência física como forma central de controle. Nos anos 1970, o conceito de “modo de produção escravista colonial” foi consolidado, com Jacob Gorender e Ciro Flammarion Santana Cardoso, afirmando que trabalho e castigo eram inseparáveis nesse sistema, reforçando a ideia de que a escravidão era essencial para a economia colonial.

Nos anos 1980, a historiografia mudou, focando mais nas estratégias de resistência dos escravizados e suas redes de solidariedade. Leila Mezan Algranti (1987), em sua pesquisa sobre a escravidão urbana, revelou a persistente dominação, embora menos visível, também nesse contexto. A violência presente não era a única forma de controle, mas uma das várias estratégias de poder utilizadas por senhores de escravizados. A partir dessa nova visão, a escravidão começou a ser analisada, também, em termos das capacidades humanas dos escravizados, suas resistências e ações.

Na década de 1990, a pesquisa sobre escravidão ganhou novas abordagens, com maior ênfase nas fontes judiciais e em outros documentos, como testamentos e cartas. Essa nova postura historiográfica recuperou o escravizado como sujeito histórico, reconhecendo suas ações no processo histórico, buscando uma história complexa e plural, que considerasse as experiências cotidianas e as lutas de resistência. Os estudos regionais, por sua vez, enriqueceram essa produção, oferecendo visão detalhada e diversificada sobre a escravidão no Brasil e suas múltiplas dimensões.

Os estudos sobre escravidão nas duas últimas décadas do século XX apresentaram mudanças significativas, com diferentes propostas de orientação teórica metodológica e de interpretação. Utilizando diferentes metodologias, novas fontes foram

privilegiadas, como as judiciais. Na atualidade, há uma gama de estudos acadêmicos abordando diversos temas, com análises detalhadas e pesquisas baseadas em fontes primárias. Esse avanço, resultado das mudanças historiográficas, colocaram os escravizados no cerne da história da escravidão, movimento que ocorreu quase simultaneamente no Brasil e nos Estados Unidos, os principais centros de estudos sobre o assunto. (LARA, 2018, p. 518).

As produções desse período recuperaram a figura do escravizado enquanto sujeito histórico, construindo uma nova leitura das relações sociais escravistas, conforme Jacques Revel (1998, p. 12),

[...] não para ceder novamente à vertigem do individual, quando não do excepcional, mas com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da ‘grande’ história da qual eles dão uma versão diferente, distinta, complexa.

Essa nova postura do pesquisador frente ao seu trabalho levou à reavaliação nos parâmetros explicativos da escravidão. Para Michel de Certeau (2002, p. 87), o historiador contemporâneo não se assemelha ao conquistador de um império em busca de uma história global idealizada, mas se move nas margens das racionalizações estabelecidas, buscando entender as nuances das diferenças e explorando as partes silenciosas da história. Deste ponto de vista se transforma em “um erradio”, fazendo desvios em direção às zonas silenciosas da história, buscando dar sentido às diferenças.

Frank Rudolf Ankersmit (2013) complementa essa afirmação de Certeau propondo uma abordagem da História que vai além da simples reunião de informações nos arquivos. Ele argumenta que as fontes históricas são mediadas por interpretações e que o papel do historiador não é buscar uma verdade objetiva, mas oferecer novas perspectivas sobre o passado. Para o autor, o conhecimento histórico é construído por meio de narrativas que, não apenas relatam os fatos, mas também refletem sobre eles, criando conceitos que revelam novas conexões entre eventos históricos. A História é uma construção linguística dinâmica que evolui com o tempo e com novas interpretações, destacando a importância da linguagem na organização do conhecimento histórico e na ampliação da compreensão do mundo.

Assim como Jacob Gorender fez outrora, acadêmicos como Rafael Bivar Marquese e Dale Tomich lideram uma crítica contundente à maior parte da historiografia que adota abordagem de micro-história, especialmente, no que se refere às questões

relacionadas à escravidão. Na visão apresentada por Rafael Bivar Marquese (2013), houve um descaso com as forças estruturais do capitalismo histórico. A escravidão, enquanto instituição global, só pode ser compreendida por meio das interconexões com outros espaços, evitando relativizar coisas que acreditamos serem específicas e como processo histórico de longa duração. Para Tomich (2011, p. 17), “é preciso revelar a arraigada assimetria, desigualdade e tensão entre histórias locais particulares e as diferenças, porém unificadas extensões espaciais e ritmos dos processos econômicos mundiais.”

Os estudos sobre o espaço urbano e a escravidão colonial buscam responder a uma questão constante e intrigante: como e, em que grau, as características próprias do espaço urbano – como a porosidade² – contribuíram para o surgimento de um espaço negro? Desde o início do processo de ocupação, o espaço urbano da Vila Bela da Santíssima Trindade se configurou como um produto da apropriação e transformação realizadas pelos seus agentes sociais. Nesse cenário, os escravizados e os libertos, alicerçados em fatores como proximidade, organização espacial, mobilidade, trocas culturais, além de suas estratégias e práticas cotidianas, se mostraram como agentes efetivos na transformação do espaço urbano colonial. Ao subverterem a ordem projetada e imposta ao espaço físico, interferiram diretamente na vida pública da cidade, reconfigurando a paisagem urbana.

Nesse contexto, a mobilidade se torna um ponto importante para compreendermos a relação entre segregação e inclusão. Como afirma a reflexão sobre esse tema, “mobilidade e segregação podem coexistir. Mistura sociocultural e inclusão cultural podem favorecer outras formas de exclusão, assim como a estratificação não impede a fluidez dos limites”. Isso significa que, ao mesmo tempo em que certas práticas de mobilidade podem promover uma integração cultural, elas não eliminam as dinâmicas de segregação e exclusão social. A estratificação urbana, portanto, não impede a fluidez dos limites entre os diferentes grupos sociais, permitindo a construção de um espaço que, embora segregado, também é dinâmico e transformador. (CARVALHO, 2019, p. 19).

É precisamente nesse processo de materialização do ambiente urbano que os espaços negros foram se constituindo. Mesmo com o passar do tempo e com as transformações que esses espaços sofreram, o passado permanece presente nas cidades,

² Termo utilizado por Bruno Carvalho (2019, p. 11-12), em seu livro *Cidade Porosa*, para abordar o “trânsito, circulação e fronteiras fluidas” de uma cidade.

como se fosse um manuscrito reutilizado. Embora, muitas vezes, escondido sob as camadas da história oficial e das mudanças urbanísticas, esse passado se faz presente de maneiras sutis. Ele é absorvido pelas transformações do espaço e pela memória involuntária que permeia as práticas cotidianas. (CARVALHO, 2019, p. 23). Assim, mesmo quando os elementos do passado são descartados da superfície aparente da cidade, continuam a existir nas práticas, nas linguagens e nas lembranças coletivas, desafiando a ordem imposta e reafirmando a presença do legado negro na construção do espaço urbano colonial.

Considerando os diferentes discursos, os principais pontos em comum sobre a História Oficial são a sua ligação com o Poder, Intencionalidade e Subjetividade e História como Construção. A História Oficial é produzida a serviço de grupos dominantes, sejam eles políticos, religiosos ou institucionais, funcionando como instrumento de defesa de seus interesses. Essa forma de historiografia não é neutra. Ela reflete escolhas ideológicas, com o objetivo de promover determinadas narrativas e silenciar outras, sendo moldada pela subjetividade de quem a escreve. Há consenso de que a história não é um simples reflexo dos fatos, mas uma construção influenciada por interesses, intenções e contextos específicos. Nesse contexto o historiador ou intelectual é visto como um agente ativo nesse processo, podendo tanto reforçar, quanto questionar a hegemonia. Em contextos oficiais, como o dos cronistas, a escrita histórica era deliberadamente ajustada aos interesses do poder. (SILVEIRA, 2011, p. 338-344; PRESTES, 2010, p. 91-96).

Para Anita Prestes, a hegemonia das classes dominantes no capitalismo nunca é total, pois os conflitos sociais geram resistência e possibilitam o surgimento de intelectuais orgânicos comprometidos com os interesses dos explorados e oprimidos. Citando E. P. Thompson, ela rejeita a ideia de que os dominados estejam completamente submetidos à hegemonia, argumentando que a experiência vivida pode gerar consciência e resistência. Nesse sentido, a autora propõe a construção de uma História contra-hegemônica, comprometida com a verdade e com a emancipação social. O historiador – assim como o professor de História – deve assumir uma postura militante, colocando-se a serviço dos interesses populares e enfrentando criticamente a História Oficial, que expressa os interesses da burguesia. (PRESTES, 2010, p. 95).

A Vila Bela da Santíssima Trindade

A Capitania de Mato Grosso – que então englobava os territórios que hoje correspondem a Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – estava, inicialmente, subordinada à jurisdição da capitania de São Paulo. No entanto, em 1748, sua extensão foi redimensionada com a criação das capitanias de Mato Grosso e de Goiás, estabelecidas em razão da expansão da atividade mineradora, que redefiniu a organização administrativa da região. A Capitania fazia fronteira com as capitanias do Grão-Pará, São Paulo e Goiás, além dos governos de Chiquitos e Moxos, abrangendo uma vastíssima extensão de terra. Estava dividida em dois distritos: o de Cuiabá, com a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (fundada em 1727) como seu núcleo, e o de Mato Grosso, cuja principal vila era Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752. (JESUS, 2011, p. 18).

Os Anais de Vila Bela nos oferecem informações sobre “o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734”:

Com aquele empenho com que os naturais de serra acima, chamados os paulistas, por ter a sua capital cidade de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores desde Brasil, e daí se seguiam os descobrimentos das minas. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 39).

A criação de Vila Bela, além de efetivar um espaço inicialmente aurífero, refletia a tentativa de consolidar a presença portuguesa na região, não apenas territorialmente, mas também em termos de estrutura administrativa e controle social. Segundo a pesquisadora Monique Cristina de Souza Lordelo,

Na decisão final para a criação da capitania, em 29 de janeiro de 1748, o Conselho Ultramarino reconhecia a necessidade de vigilância da fronteira luso-espanhola, ou seja, de um governador “distinto e inteligente” no distrito do Cuiabá “pela circunstância de confinar este Matto Grosso com o Governo Espanhol de Santa Cruz de la Sierra, e com as Aldeias dos Jesuítas Castelhanos dos Moxos e Chiquitos.” (LORDELO, 2019, p. 51).

Para Renata Malcher de Araujo (2012, p. 42-43), as instruções para criação da nova vila apresentavam prioridades que deveriam ser seguidas:

Os sete primeiros itens diziam respeito à fundação de uma nova vila, já antes prevista, que seria a cabeça do governo da capitania e onde deveria residir o governador. Para tal, recomendava-se que esta se situasse no distrito do Mato

Grosso, ainda que o de Cuiabá fosse mais populoso, e que se fizesse “em lugar defensável e quanto for possível vizinho ao rio Guaporé”. Para incentivar a vinda de povoadores, a Coroa concedia isenções e privilégios aos habitantes da nova vila, na qual o governador deveria ter o “cuidado de mandar traçar as ruas direitas e largas, o mais que vos parecer conveniente, para que a mesma vila desde o princípio se estabeleça com boa direcção”. Havia que mandar fazer casa para morada dos governadores “com aquella decência e comodidade que vos parecer necessária e bastante”, assim como quartéis para acomodar a guarda de dragões.

Embora Vila Bela só tenha sido oficialmente fundada em 1752, a região do Mato Grosso já possuía diversos arraiais auríferos desde a década de 1730. Entre os primeiros núcleos de mineração estavam São Francisco Xavier, Pilar, Sant’Ana, São Vicente e Lavrinhas. A partir de 1752 e até 1808, novos povoados foram sendo incorporados, como Jauru, Boa Vista, Ouro Fino, Palmelas (ou Sítio das Pedras), Lamego, Leomil, Conceição (ou Bragança), Balsemão, Príncipe da Beira, Cubatão, Guarajus, Nossa Senhora da Boa Viagem do Pará, Santa Bárbara e Casalvasco. (ROSA; JESUS, 2003, p. 5).

A descoberta de ricos filões auríferos e ouro de aluvião na região do Mato Grosso, especialmente a partir de 1734, marcou o ponto de partida para a ocupação efetiva da capitania. Esses achados impulsionaram a fundação de arraiais mineradores e atraíram a atenção da Coroa portuguesa, que buscava fortalecer sua presença na região fronteiriça com a Espanha. Como resposta estratégica, foi fundada em 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade, com o objetivo de servir como capital da capitania de Mato Grosso. Sua fundação, além de organizar a administração local, visava afirmar a ocupação portuguesa em uma área de constantes disputas na fronteira luso-espanhola.

Ao redor da nova capital, desenvolveram-se diversos arraiais de mineração, entre os quais se destacavam São Francisco Xavier, Pilar, Sant’Ana, São Vicente e Lavrinhas. Após 1752, novas localidades foram se formando, como Jauru, Boa Vista, Ouro Fino, Palmelas (ou Sítio das Pedras), Lamego, Leomil, Conceição (ou Bragança), Balsemão, Príncipe da Beira, Cubatão, Guarajus, Nossa Senhora da Boa Viagem do Pará, Santa Bárbara e Casalvasco. (LORDELO, 2019, p. 53). Esses núcleos dinamizaram a economia e ampliaram a presença colonial na região.

A expansão da mineração exigiu grande quantidade de mão de obra, sendo o tráfico de escravizados negros o principal meio de suprimento. Muitos foram adquiridos especificamente para atuar nas minas e nos serviços associados aos arraiais e vilas. No documento *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* é mencionado que os africanos da região de Angola e Benguela, apesar de considerados menos resistentes ao

trabalho nas minas e mais propensos à fuga, eram preferidos por seu custo mais baixo em comparação com os que vinham por Belém. Também é citado que o preço de um escravizado em Mato Grosso podia ultrapassar 170 mil réis, e o custo de transporte da Bahia para Cuiabá, somado às despesas, podia elevar esse valor para cerca de 220 mil réis, evidenciando o alto investimento envolvido. (LORDELO, 2019, p. 94).

Com base em estudos como os de Nauk Maria de Jesus, Janaína Amado, Leny Caselli Anzai e Monique Cristina de Souza Lordelo, podemos traçar um perfil vívido das atividades mineradoras na região de Vila Bela da Santíssima Trindade, além das práticas de contrabando e das tentativas de regulá-las.

Apesar dos esforços, a produção de ouro em Mato Grosso nunca atingiu os volumes observados em Minas Gerais ou Goiás. Por volta dos anos 1730, a soma da produção de ouro em Cuiabá e Vila Bela era de aproximadamente 1.500 kg. (LORDELO, 2019, p. 104). Com o tempo e o declínio da mineração aurífera, muitos mineiros se adaptaram e transformaram suas lavras em engenhos de açúcar e aguardente, ou transferiram seus escravizados para atividades como a fiação e tecelagem de algodão, mostrando a resiliência e a capacidade de reinvenção da economia local.

Em paralelo, surgiram registros fascinantes de quilombolas que também extraíam ouro e até diamantes. Um documento de 1795 descreve a destruição de um quilombo próximo ao rio Paraguai, onde foram encontrados ouro em pó e duas pequenas pedras de diamante. (LORDELO, 2019, p. 160).

A extração de diamantes, inicialmente monopolizada pela Coroa e proibida a particulares, foi liberada a partir de 1805, passando a ser realizada com mão de obra escravizada. Para regulamentar essa prática, o regimento de 1809, em Cuiabá, criou a Junta de Gratificação dos Diamantes³, que previa punições para senhores que castigassem escravizados por entregarem diamantes ou que os privassem da remuneração devida – uma remuneração que, inclusive, poderia ser usada para a tão desejada alforria. Mesmo após o auge da mineração, a Câmara Municipal de Vila Bela, em 1835, ainda via potencial na atividade e chegou a solicitar a criação de uma Companhia de Mineração para aproveitar as minas remanescentes, evidenciando a persistente crença na riqueza mineral da região.

³ Carta Régia, de 13 de novembro de 1809, disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/59358b18-5883-4720-941f-876c75628f92> - parte 1. Acesso em: 15 ago. 2025.

Contudo, a economia da capitania de Mato Grosso ia muito além da mineração. Desde seus primórdios, segundo Lordelo (2019 p 100) houve um significativo desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A criação de gado vacum e cavalos, porcos e galinhas, o cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca, abóbora, algodão e cana-de-açúcar, não só abasteciam o mercado interno, mas também sustentavam a própria mineração, garantindo alimentos e insumos básicos. O comércio também desempenhou um papel essencial, com rotas fluviais e terrestres que conectavam Vila Bela a outras capitanias e ao norte via Belém. O vínculo comercial com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão conferiu à repartição do Mato Grosso um caráter fortemente estatizante e maior conexão com aquele Estado. Já Cuiabá, sem se atrelar a companhias de comércio, manteve relações comerciais mais livres e diversificadas com a Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. (ROSA, 2000, p. 46-47).

A vila se tornou um ponto de intensas trocas mercantis, inclusive com os espanhóis da fronteira. Nesse contexto, os escravizados negros exerciam funções diversas, para além das minas: atuavam na agricultura, pecuária, construção, ofícios urbanos, serviços públicos e até no comércio ambulante como escravizados de ganho, que podiam obter certa autonomia econômica.

A fronteira luso-espanhola era também um espaço de intensas trocas ilícitas. O contrabando estava profundamente entrelaçado ao comércio legal e se manifestava em diferentes escalas: desde práticas populares de subsistência, até o envolvimento de altos funcionários portugueses e espanhóis e grandes grupos econômicos. Segundo Nauk Maria de Jesus (2017, p 76), Vila Bela chegou a ser considerada um dos principais centros de transações clandestinas de ouro e prata, revelando a complexidade e a porosidade das fronteiras da época.

Havia, também, um comércio ilegal de escravizados para o lado espanhol, frequentemente trocados por mulas, indicando a carência espanhola por mão de obra. No entanto, não se constatou evidência de um comércio sistemático de escravizados entre os dois impérios. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 204). Ainda assim, a fronteira era um espaço flexível, onde grupos diversos – indígenas, negros escravizados e livres, desertores e comerciantes – buscavam melhores condições de vida por meio de práticas econômicas e sociais alternativas.

Os indígenas, por exemplo, participavam ativamente do comércio, suprindo colonos com produtos locais. Já os quilombolas, além de resistirem à escravidão,

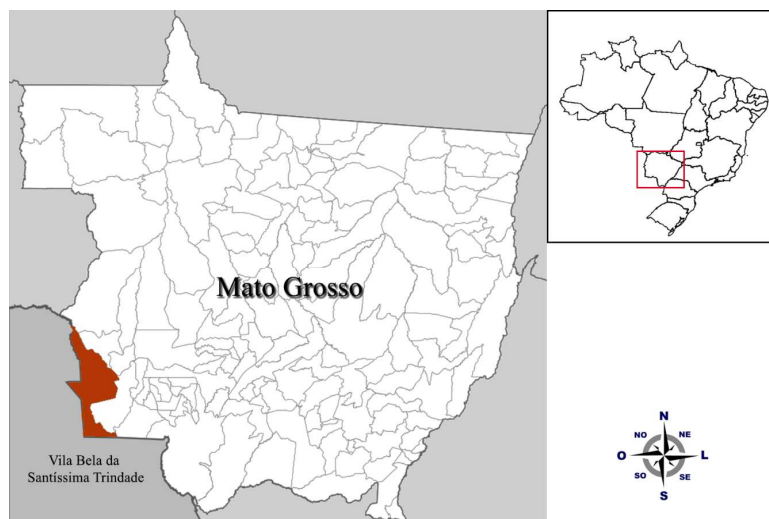
mantinham relações comerciais com vilarejos vizinhos, trocando bens e informações, o que demonstra uma rede de interações complexa e multifacetada.

Por fim, conforme afirma Monique Lordelo (2019, p. 106 a 108) a economia na fronteira Brasil-Bolívia se consolidou na criação de gado *vacum* e cavalar, com comércio ativo entre Mato Grosso e as missões jesuíticas de Chiquitos e Moxos, mesmo em meio a disputas por terras e recursos, como o sal. Do mesmo modo, o comércio na fronteira com o Paraguai era movimentado, incluindo produtos como gado, cavalos, erva-mate, tabaco, charque, feijão, sal e couro, evidenciando a diversidade de trocas regionais.

Embora a mineração tenha sido o motor inicial da ocupação e da escravização de negros em Mato Grosso, ela se inseriu em uma estrutura econômica fronteiriça complexa, que integrava agricultura, pecuária, comércio legal e contrabando. A mão de obra escravizada foi essencial em todos esses setores. A dinâmica da fronteira moldou as relações entre portugueses, espanhóis, indígenas, escravizados e libertos, revelando a complexidade e fluidez de uma sociedade que se construía entre a economia formal e as práticas informais de resistência, adaptação e sobrevivência.

Para impulsionar a ocupação e assegurar as fronteiras de suas possessões, a Coroa Portuguesa seguiu o princípio romano de *uti possidetis*, que garantia à coroa o controle das terras habitadas por seus colonos. Nesse contexto, em 1749, Dom Antônio Rolim de Moura, primeiro governador da capitania de Mato Grosso, recebeu as *Instruções Régias* que ordenavam a mudança da sede de governo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá para um novo centro administrativo no distrito de Mato Grosso. Em 1752, fundou-se a Vila Bela da Santíssima Trindade, com o objetivo de se tornar a capital da capitania, localizada à margem do Rio Guaporé. Abaixo, destaque da localização da Vila Bela da Santíssima Trindade, dentro do mapa do Brasil.

Figura 1 – Localização de Vila Bela da Santíssima Trindade no Mapa do Estado de Mato Grosso.



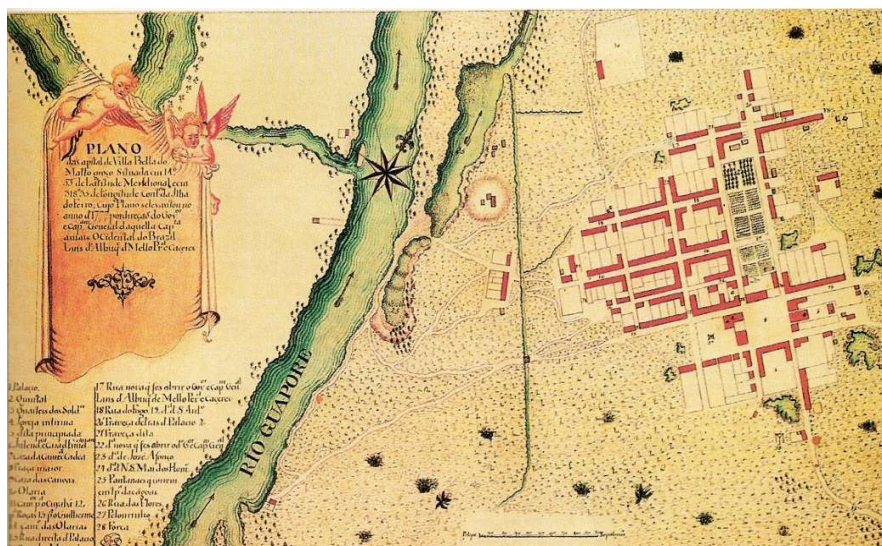
Fonte: João Pedro Volante, 2025.

Situada no extremo oeste das terras portuguesas na América do Sul, Vila Bela possuía características, tanto de uma região mineradora, como Minas Gerais, quanto de uma área de fronteira geopolítica, similar ao Rio Grande. No entanto, como destaca Jesus (2011, p. 19), Mato Grosso se distinguiu ao combinar essas duas características, o que lhe conferia uma especificidade única no Império Português, sendo, assim, uma “capitania fronteira-mineira”. Esse perfil dual estava refletido, tanto nas atividades econômicas da região, quanto nas políticas de defesa e ocupação territorial, marcando a capitania como uma área estratégica.

A fundação de Vila Bela e seu traçado urbano não eram apenas questões de conveniência administrativa, mas também de planejamento político e territorial. O desenho das vilas coloniais, como a de Vila Bela, seguia normas rígidas de proporção e geometria, com praças quadradas, ruas largas, alinhadas e edifícios uniformemente dispostos. Essas características do projeto urbanístico refletiam uma tentativa de consolidar o poder da Coroa e estabelecer uma ordem social e política visível desde a fundação da cidade.

No que mais devemos cuidar os moradores destas Minas, podendo, deve ser em fabricarem casas suntuosas na Vila, porque estas não só servem de adorno a seu dono, mas de aumento e formosura à República; além de que são bens de raiz que conservando-se; se podem conservar, e não o luxo dos vestidos que o tempo consome: pelo que Acordam que esta Câmara em tempo nenhum desse licença, nem chãos para casas de menor frente que sessenta palmos, seja a pessoa que for e dali para cima toda a mais que quiserem, porque assim se fará mais extensa e formosa esta Vila. (ROSA; JESUS, p. 200).

Figura 2 – Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso, atual Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, 1798.



Fonte: *Collection of Casa da Índia, Portugal.*

Na Figura 2, observamos que o urbano de Vila Bela foi planejado, não apenas para refletir as necessidades administrativas, mas, também, para reforçar a presença do poder central português. A criação de uma praça central com instituições como a Igreja, a Câmara Municipal e a cadeia, além de residências dispostas de maneira ordenada, visavam estabelecer um controle eficaz sobre a população.

A preocupação com a segurança da região, especialmente em relação à proximidade com os territórios espanhóis, também foi um fator determinante na escolha do local para a fundação da vila. O espaço urbano deveria ser salubre e defensável, preferencialmente localizado nas margens de rios navegáveis como o Guaporé.

Dentro do projeto de ocupação e defesa, a presença militar também teve papel significativo. A ordem para alistar os moradores da região em milícias e a vigilância constante sobre as atividades espanholas, visava garantir o controle territorial e evitar conflitos. Contudo, como destaca Suelme Evangelista (2003), não se pode concluir que houve “militarização” generalizada de toda a capitania, uma vez que as relações com os espanhóis eram, em grande parte, pacíficas e orientadas para evitar confrontos. A preocupação principal era com o contrabando e a manutenção da ordem interna.

Além das instruções relacionadas à segurança, as cartas régias também enfatizavam a importância de um planejamento urbano ordenado. O cuidado com o traçado das ruas e o alinhamento das construções refletia o desejo de estabelecer uma cidade organizada, que representasse a autoridade régia e o poder colonial desde o seu nascimento.

Como observa Roberta Marx Delson (1997, p. 5), o ato de reconhecer uma vila por meio das cartas régias não estava apenas relacionado ao crescimento físico de um arraial, mas à atribuição de responsabilidades e funções administrativas essenciais para o controle e a manutenção da ordem na região. A fundação de Vila Bela, portanto, representava uma ação estratégica da Coroa para consolidar a ordem colonial e fortalecer sua vigilância sobre os territórios fronteiriços.

A instalação das Câmaras Municipais em Vila Bela da Santíssima Trindade, embora sob a ordem real, também representou um meio de reconhecimento e afirmação do poder local. Como destacam Rosa e Jesus (2003, p. 16), a criação de uma vila com Câmara significava a validação de poderes locais por meio da eleição de vereadores e da normatização de aspectos fundamentais da vida urbana, como higiene, saúde e, até mesmo, festas. Como afirma Foucault (citado por DELEUZE, 2006), “quem governa não instaura o poder, que surge como um efeito coletivo, resultante da multiplicidade de engrenagens e focos que constituem a microfísica do poder”. Essa ideia reflete o pensamento de Michel Foucault que, na leitura do autor, o poder não é centralizado, nem algo que alguém simplesmente possui. Ele é relacional, disseminado em redes sociais, práticas cotidianas, instituições e discursos. Essa concepção é expressa por ele no conceito de “microfísica do poder”, que descreve o modo como o poder circula por meio de múltiplos pontos e mecanismos, atuando em todos os níveis da sociedade.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1972, p. 183).

Nesse processo, os agentes institucionais preservam o poder utilizando diversas estratégias, entre as quais, a criação de normas e o uso da repressão evidenciando a interação entre o poder central e os interesses locais, com as Câmaras atuando como mediadoras entre a metrópole e a colônia.

Além do juiz de fora, a composição da Câmara incluía vereadores e um procurador, todos eleitos trienalmente, com o direito de voto e responsabilidade pela administração da cidade. Havia um cuidado na escolha dos “homens bons da governança”, que ia das exigências de conduta e posses até os trajes utilizados, como representação de poder, posição social e fartura.

Como para o respeito de uma Câmara concorre também o traje, cortesã de capa e volta tão próprio nos que têm jurisdição de governar: Acordam que em tempo nenhum os oficiais desta Câmara, almotacés e homens bons da Governança que nela tiverem servido, assistam as funções públicas da Câmara, senão no referido traje de Capa, curta e volta, e cabeleira comprida, cujo vestido em tempo nenhum ainda com o pretexto do mais apertado luto, será de baetas ou crepe, mas sim de lemiste, de droguete castor* ou seda, sob pena de quem aparecer nas referidas funções de outro traje será condenado [...].

*Baeta: tecido felpudo de lã. Lemistre: tecido de lã, preto e fino. Droguete: tecido ordinário de lã, seda e algodão ou somente de lã. (ROSA; JESUS, 2003, p. 200).

As Câmaras, não apenas fiscalizavam as rendas municipais, mas também se tornavam canais de comunicação entre a população local e a Coroa, por meio de petições e queixas enviadas ao Rei. (BICALHO, 1999, p. 473). Essa interação entre os poderes local e central reflete a complexidade das relações políticas no contexto colonial português.

Em Portugal, a partir do século XVI, houve uma burocratização precoce da administração da Coroa, especialmente no campo da justiça. Formou-se um corpo de funcionários que, com base em critérios internos como o “mérito”, em uma perspectiva corporativa, criaram laços profissionais e pessoais. Isso resultou em uma rede de comunicação forte e eficiente, abrangendo as esferas jurídica, política e administrativa, que se estendeu até as suas colônias. No entanto, essas relações não se limitavam aos embates, mas, também se davam aproximações e fusões entre os agentes régios e as redes de conexões clientelistas com as quais estavam envolvidos. As redes de clientela permitiam a pessoas de diversas posições sociais obter algum grau de segurança. Elas pressupunham um acesso desigual a algum tipo de bem e a institucionalização dessa desigualdade.

Mas, na medida em que não podem ser pensadas dissociadas dos lugares que ocupam, dos valores pelos quais pautam suas ações e dos recursos que são capazes de mobilizar, os processos de diferenciação social e institucional multiplicam suas configurações, hierarquizando os espaços e os agentes que dela participam. (BARROS, 2001, p. 128).

Em resumo, segundo o autor, as redes de clientela não eram um fenômeno marginal, mas o próprio arcabouço das interações sociais e políticas no Império Português. Elas traduziam, na prática, a lógica que regia o raciocínio jurídico e a política, permitindo a apropriação de rendas e moldando as decisões através de negociações, conflitos e a complexa interdependência entre Coroa, nobreza, letrados, comerciantes e

funcionários régios, tanto em Lisboa, quanto nos territórios ultramarinos como a colônia brasileira.

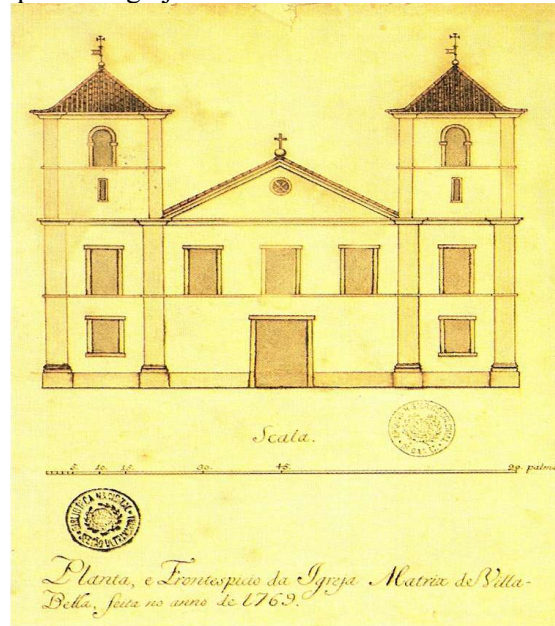
Assim, entender as práticas político-administrativas desses representantes, no contexto do Império português, envolve analisar os espaços de negociação, conflitos e embates nas diversas formas como esses indivíduos exerciam suas funções e buscavam o “bom governo.” (CAMARINHAS; CARVALHO, 2024).

Outro ponto que não podemos deixar de mencionar é a rivalidade que existiu entre as duas câmaras, Bom Jesus do Cuiabá e a de Vila Bela, no processo de implantação da ordem administrativa na fronteira Oeste. De acordo com Nauk Maria de Jesus, a implantação da ordem administrativa na fronteira Oeste foi marcada pela criação de Vila Bela, que recebeu diversos privilégios e honras. Esses benefícios foram uma forma de reconhecimento pelas ações de Vila Real que, no início dos povoamentos, havia prestado importantes serviços ao rei, como o combate aos indígenas e espanhóis. Como resultado, Vila Bela obteve isenções e o título de “vila-capital”, tornando-se a sede administrativa e fiscal da capitania e abrigando instituições como a Ouvidoria, a Intendência do Ouro e a Provedoria da Real Fazenda. Importante salientar que essas “rivalidades entre câmaras não foram específicas do Mato Grosso. Uma série de outras do mesmo gênero aconteceram e podem ter sido um dos últimos esforços de reordenamento administrativo do Império português em seu período tardio (1790-1820).” (JESUS, 2011, p. 329).

A Igreja Cristã, com sua forte influência, também foi determinante na configuração do espaço urbano colonial. A presença religiosa não se restringia apenas à edificação de igrejas e capelas, mas permeava a organização social da vila. Como aponta Richard Sennett (2018), a noção de “cidade” no início do cristianismo envolvia uma divisão simbólica entre a “Cidade de Deus” e a “Cidade do Homem”, refletindo o poder espiritual e secular que coexistiam nas estruturas urbanas coloniais. A arquitetura das vilas, com suas igrejas e edifícios públicos, representava a coerção do poder colonial por meio da Cruz e da Espada, símbolos do controle da Igreja e do Estado sobre os habitantes.

Em muitas representações cartográficas da época, as principais edificações públicas e religiosas eram destacadas, reforçando a visibilidade do poder central e da Igreja na formação do espaço urbano. Abaixo imagem a Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade – 1769.

Figura 3 – Frontispício da igreja Matriz de Vila Bela. Autor desconhecido (1769).



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal.

A arquitetura colonial, portanto, não apenas servia a uma função utilitária, mas também simbolizava a imposição de uma ordem social e religiosa, uma ferramenta de controle, tanto físico, quanto simbólico.

A dinâmica do espaço urbano colonial não era homogênea. A convivência entre diferentes categorias sociais – entre homens livres, escravizados e libertos – criava uma série de tensões e resistências cotidianas. Michel de Certeau (1996) observou que, mesmo em um contexto de controle social rígido, havia formas de resistência em pequena escala, em que os habitantes comuns, especialmente os mais marginalizados, encontravam maneiras de subverter ou contornar as normas estabelecidas.

O espaço urbano colonial, com suas edificações contíguas e ruas estreitas, tornava essas interações forçadas e complexas. A proximidade física, muitas vezes, não se traduzia em proximidade social, pois as distinções de classe e de raça eram evidentes e definidas por aspectos como a cor da pele e a posição social. No entanto, como aponta Rosa (2003, p. 19), essa proximidade física não eliminava as distâncias sociais, mas tornava as relações cotidianas visíveis, evidenciando a complexa dinâmica de poder no ambiente urbano.

É fato que, o espaço físico se tornava palco para as interações entre o poder central e os interesses locais, entre as classes sociais e as diferentes formas de autoridade. No entanto, mesmo diante de toda a organização e controle, as resistências cotidianas e

as relações de poder informais permeavam a vida urbana, tornando-a um espaço dinâmico e multifacetado.

Os mapas populacionais de 1768 a 1797 trazem a população mestiça dividida em Caboré⁴, Bastardos⁵ e Mulatos livres e escravizados:

Tabela 1 – Evolução da população mato-grossense por cor – séc. XVIII.

Habitantes Designação Social	Total População		Porcentagem	
	Ano 1769	Ano 1797	Ano 1769	Ano 1797
Branços	333	401	8.72	5.96
Bastardos	129	119	3.38	1.77
Caborés	122	516	3.19	7.67
Mulatos Livres	282	656	7.38	9.76
Mulatos Escravos	72	77	1.89	1.45
Pretos Escravos	2271	3706	59.47	55.14
Pretos Livres	437	1125	11.45	16.73
Totais⁶	3646	6600	95.48	98.48

Fonte: SILVA, 1995, p. 212.

Os escravizados

As fontes históricas confirmam a presença de uma significativa população escravizada em Vila Bela da Santíssima Trindade. Em 1800, o número de pessoas escravizadas na vila chegava a 3.980, segundo a tabela abaixo (LORDELO, 2019. p. 89), o que revela o papel central da escravidão na organização social, econômica e até administrativa da cidade.

⁴ Originados do cruzamento de negros e índios.

⁵ Originados do cruzamento de brancos e índios.

⁶ O que falta para fechar em 100% as totalizações refere-se aos índios administrados.

Tabela 2 – Habitantes em Vila Bela da Santíssima Trindade, 1800.

Categorias	Nº Habitantes	%
<i>1. Habitantes livres</i>	<i>7.105</i>	<i>100,0</i>
Branços	504	7,1
Índios	131	1,8
Pretos	5.163	72,7
Mulatos	1.307	18,4
<i>2. Escravizados</i>	<i>3.980</i>	<i>100,0</i>
Pretos	3.848	96,7
Mulatos	132	3,3
<i>3. Total de Vila Bela</i>	<i>11.085</i>	<i>100,0</i>
Habitantes livres	7.105	64,1
Escravizados	3.980	35,9

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

No contexto da vida urbana dos escravizados em Vila Bela, há registros que evidenciam sua participação em diversas atividades, inclusive na esfera pública. Em 1835, por exemplo, entre os bens listados pela Câmara Municipal da cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela), constava “um escravizado velho”. Embora seja apenas um indivíduo mencionado, sua presença no inventário municipal revela que pessoas escravizadas podiam ser incorporadas diretamente ao funcionamento da administração urbana.

Outro exemplo mais dinâmico é o registro de um escravizado de ganho, alugado pela própria câmara para atuar como passador no rio Sararé – um ponto estratégico de ligação entre a cidade e um arraial próximo. Essa função, essencial para a circulação e infraestrutura local, mostra, não apenas o papel central do trabalho escravizado na manutenção do cotidiano urbano e semiurbano, mas, também, a existência de certa autonomia e mobilidade associada à condição dos escravizados de ganho, característica comum na escravidão urbana.

Além disso, documentos que se referem ao “Distrito de Mato Grosso” – ainda que não mencionem diretamente Vila Bela – descrevem atividades desempenhadas por escravizados que remetem a contextos urbanos: pajens, barbeiros, alfaiates, sapateiros,

cozinheiros, moços de gado e cuidadoras de cavalaria e serviços domésticos. Profissões como barbeiro, alfaiate e sapateiro são tradicionalmente associadas ao espaço urbano, o que reforça a ideia de que, também em Vila Bela, escravizados com habilidades específicas desempenhavam ofícios urbanos e semiurbanos.

Declaro que possuo um escravo por nome de Antonio, crioulo, barbeiro, casado com uma minha escrava por nome Ana, de nação Nagô, com quatro filhos a saber já libertos por terem dado seus valores dos quintilianos e (sic) foram incluídos no quartamento dos seus pais: Gabriel em 50 oitavas, do pai por nome Antonio em duzentas oitavas, a mulher do dito em preços de cento e cinquenta oitavas, cujas parcelas fazem a conta de quatrocentas oitavas, pelos quatro por tempo de quatro anos e por que proferiu livres e desembargados de minha espontânea bondade.⁷

Com o declínio da mineração, muitos proprietários da região redirecionaram o trabalho de seus cativos para outras atividades produtivas, como o cultivo de cana-de-açúcar, a produção de açúcar e aguardente, bem como a fiação e tecelagem de algodão. Embora de base rural, essas práticas estavam frequentemente conectadas ao comércio local e às dinâmicas da vida urbana, mantendo os escravizados integrados à economia mais ampla da vila e de seus arredores.

Portanto, ainda que a documentação sobre Vila Bela seja menos abundante do que a existente para Cuiabá, as fontes disponíveis confirmam, não apenas o número elevado de escravizados, mas também o seu envolvimento em uma variedade de funções, desde os serviços públicos diretos até atividades ligadas à infraestrutura, comércio e ofícios especializados. Isso reflete a natureza multifacetada do trabalho escravizado na economia da fronteira, onde a escravidão urbana e rural se entrelaçava, sustentando o funcionamento da sociedade local e adaptando-se às transformações econômicas ao longo do tempo.

Para Silvia Hunold Lara (2007, p. 279), a presença excessiva de escravizados e libertos apresentava um potencial político eminentemente disruptivo colocando em risco as teias da hierarquia social (pelo aumento de bastardos) e evidenciava as dificuldades do domínio senhorial (pela falta de controle sobre os negros de ganho e pelas alforrias).

Reis e Gomes observa que, a formação de quilombos próximos a centros urbanos, como Vila Rica, no século XVIII, não foi um fenômeno acidental, mas resultado direto da dinâmica social e econômica das cidades coloniais. Esses espaços urbanos concentravam grandes populações escravizadas, sujeitas a condições de trabalho intensas

⁷ Fundo: Avulsos, 1789, caixa 1808B, APMT.

e vigilância constante, o que também gerava tensões, fugas e resistência. Ao mesmo tempo, o ambiente urbano oferecia oportunidades de circulação, acesso a informações, redes de sociabilidade e até brechas no controle colonial que facilitavam a fuga e a organização de comunidades quilombolas nas redondezas.

A existência de quilombos próximos a Vila Rica – um dos principais centros da mineração – revela que tais comunidades não surgiam apenas em áreas remotas, mas também em locais estrategicamente situados nas margens da vida urbana, onde poderiam, tanto se abastecer, quanto interferir nas estruturas coloniais. Assim, o crescimento urbano e minerador, longe de conter a resistência escrava, acabou por criar condições que tornaram viável a existência de quilombos em regiões próximas aos centros de poder e à atividade econômica.

Portanto, a presença de grande contingente de homens e mulheres na situação de escravizados circulando pelas ruas (cerca de 50%), característica do urbano colonial, poderia gerar na população o sentimento de medo, o que significa a necessidade de medidas repressivas e sua constante presença nos documentos que regulavam aspectos da vida cotidiana como, por exemplo, o Estatutos e Posturas da Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1753.

O urbano colonial explora a formação e o uso do ambiente, um cenário moldado por diversas classes sociais, destacando-se as pessoas escravizadas, que são o foco central deste estudo. Compreender esse ambiente, desde seu planejamento até suas características peculiares, é fundamental, já que essas estruturas carregam significativas intenções que moldaram as práticas sociais dos seus habitantes. Nesse ambiente, as interações sociais se tornaram tangíveis. A variedade econômica, cultural e social, juntamente com a presença de diferentes etnias, normas e sua quebra, transformam o espaço urbano em um reflexo do mental, um espaço dinâmico em que se entrelaçam diferentes dinâmicas de poder.

Homi Bhabha (1998, p. 20) destaca a importância de ultrapassar as narrativas centradas em subjetividades originárias ou essências culturais estáticas, propondo, em seu lugar, um foco nos momentos de articulação das diferenças culturais. Essa mudança de perspectiva permite observar os processos dinâmicos por meio dos quais as identidades são construídas, negociadas e frequentemente tensionadas. Nesta perspectiva, ao olhar para os registros documentais do período colonial, torna-se possível perceber como o sentimento de superioridade em relação aos colonizados e, simultaneamente, de

inferioridade diante dos colonizadores, não constituía uma estrutura fixa, mas, antes, um modelo instável, atravessado por conflitos, acomodações e deslocamentos.

Esses dois sistemas de valores e verdades – um que se pretende “dominante”, outro que se vê “dominado” – não existiam isoladamente, mas se configuravam através da experiência vivida e do contato constante entre culturas distintas. A subjetividade, nesse contexto, não emerge como uma essência anterior ao contato colonial, mas como um produto da tensão entre imposição e resistência, dominação e negociação. A duplicidade e a ambiguidade passam, assim, a ser marcas constitutivas das identidades coloniais, que se formam nas margens da cultura dominante, nos interstícios das práticas cotidianas e nos gestos de tradução cultural.

Ao se afastar de concepções homogêneas e lineares de nação, Bhabha propõe enxergá-la como um espaço de disputas e contradições, moldado por múltiplos processos de identificação que emergem a partir das margens. São essas vozes minoritárias, muitas vezes silenciadas, que revelam a complexidade do tecido social e cultural de uma nação. Nesse sentido, a nação deixa de ser vista como uma entidade fixa e essencializada e passa a ser compreendida como um campo de forças, continuamente redefinido pela articulação das diferenças culturais que o constituem.

É nesse contexto que o embate entre colonizador e colonizado dá origem ao que Bhabha denomina de “terceiro espaço” – uma zona de fronteira – ou a “terceira margem do rio”, onde novas possibilidades de identidade emergem. Esse espaço liminar não deve ser entendido como ruptura ou separação, mas como lugar de encontro, hibridismo e transformação. Nas fontes documentais coloniais, esse processo de entrelaçamento cultural se manifesta de forma clara, revelando não apenas a presença do outro, mas as estratégias de reinvenção e sobrevivência empregadas por sujeitos marginalizados ou silenciados pelas estruturas coloniais. As memórias, registros e narrativas desses sujeitos mostram uma sociedade profundamente marcada pela instabilidade e pela constante reconfiguração de sentidos.

Assim, compreender a cultura e a identidade a partir da perspectiva do hibridismo permite reconhecer que nenhuma cultura permanece pura ou intacta. Toda identidade se forma no cruzamento, na negociação, na tradução. O espaço colonial, portanto, não deve ser visto apenas como palco de opressão, mas também como território de criação e reinvenção – onde as vozes silenciadas encontram formas de resistência e os significados são sempre provisórios e contestáveis.

Apesar de parecerem submissos ao poder dominante, os “mais fracos” encontram maneiras rápidas de reinterpretar as normas vigentes, aplicando suas próprias regras e representações em um contexto diferente (RAMINELLI, 1997), e os discursos deixam transparecer, não só as estratégias políticas de posse e domínio de regiões fronteiriças, mas, também, as adaptações criadas pelas “artes de fazer” das pessoas que a habitavam. Essas adaptações reforçam a ideia do vínculo entre linguagem e mundo.

Para Michel de Certeau, as “artes de fazer”⁸ são as maneiras criativas, táticas criadas por pessoas comuns que as usam para transformam, no dia a dia, aquilo que foi criado pelas regras e sistemas dominantes. Em vez de apenas aceitarem o que lhes é dado, elas usam jeitos próprios e estratégias para lidar com essas imposições, agindo nos espaços entre o que é esperado e o que é possível.

Essas táticas mostram como as pessoas comuns – o “homem comum” – conseguem, mesmo que de forma sutil e quase invisível, mudar o sentido das coisas e dar novos usos ao que já existe. É a inteligência prática de quem tem pouco poder, mas encontra formas de resistir e criar no cotidiano. Certeau (1996, p. 38) observa que

A relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente e muitas vezes contraditória de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo a questão tratada se refere a modos de operações esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor ou seu veículo.

No cenário urbano da Vila, os escravizados, os libertos e seus descendentes ocupavam espaços específicos. Em 1727, Antonia, uma mulher negra liberta que vivia em união com um religioso, possuía casas na vila. Joana Correa, também liberta e filha de pais não convertidos ao cristianismo, juntamente com seu marido Francisco de Fontes, ambos da região da Costa da Mina, tinham residência na área conhecida como Prainha e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Maria Eugênia de Jesus, uma mulher crioula liberta, era proprietária de uma venda e terrenos na rua Bela do Juiz. Na área do forno de cal do caminho do Porto, residia “Pai André”, um idoso negro que era conhecido por suas habilidades de adivinhação. (ROSA; JESUS, 2003, p. 23-24).

⁸ Na obra *A invenção do cotidiano: I – Artes de fazer*, Michel de Certeau analisa como sujeitos comuns, por meio de táticas e estratégias cotidianas, constroem formas próprias de agir no mundo social. Suas práticas revelam tanto a individualidade quanto a diversidade das relações sociais. Nesse movimento entre o individual e o coletivo, surge uma cultura do cotidiano, que mostra como os indivíduos são formados por suas interações sociais, destacando o papel ativo dessas práticas na formação da sociedade.

Senhores e escravizados, libertos e pobres livres viviam em proximidade física devido à compactação das construções, sem espaço para pátios ou corredores laterais. No entanto, apesar dessa proximidade, as diferenças entre esses grupos eram evidentes nas vestimentas, comportamentos e, principalmente, na cor da pele. O espaço urbano era intrigante, pois misturava proximidade e distância entre as diferentes classes sociais.

A posse de escravizados era comum entre os habitantes urbanos, pois era vista como um sinal de prestígio e garantia de sustento. A análise de testamentos e inventários do século XVIII revela que a média de escravizados por proprietário era de seis a sete, sendo a maioria do sexo masculino. A descrição das casas nos inventários era sucinta, sem menção a áreas específicas para escravizados, sugerindo que eles compartilhavam os espaços residenciais com seus senhores. (CAMPOS, 2009, p. 53).

Ao longo do tempo, as habitações na vila evoluíram de construções simples para casas de madeira, barro, taipa de pilão e até alvenaria, refletindo a influência europeia na arquitetura local. Algumas casas grandes incluíam estábulos e quartos separados para escravizados. Apesar da média de poucos escravizados por propriedade, alguns moradores urbanos mais abastados possuíam uma quantidade significativa.

O ambiente urbano criou uma dinâmica de trabalho e uma nova forma de exercício do poder onde os escravizados desempenhavam uma variedade de serviços urbanos, desde construção até comércio ambulante.

Nos ambientes urbanos, os escravizados passavam grande parte de seu tempo distantes de seus senhores, trabalhando nas ruas e desfrutando de uma certa liberdade de movimento. No entanto, isso não deve obscurecer a realidade de sua condição, pois, assim como no campo, a liberdade total só era alcançável através de brechas no sistema. Uma dessas brechas era proporcionada pela vida na cidade, que permitia um contato mais próximo com outros estratos sociais, facilitando o acesso a informações atualizadas.

No ambiente urbano, os menos favorecidos criaram microterritórios que transcenderam o espaço físico, tornando-se locais de práticas sociais e culturais únicas. Esses espaços funcionavam como pontos de encontro, troca e, por vezes, conflito, assumindo um caráter comunitário e resistindo às adversidades. Nesse mesmo espaço, os escravizados podiam se esconder temporariamente de seus senhores, no entanto, o período de anonimato para escravizados e quilombolas era menor devido ao tamanho reduzido desses espaços. Quilombolas poderiam recrutar outros para fugir para os quilombos, além de comprar armas e mantimentos.

De acordo com Eduardo França Paiva (2006, p. 118), durante as primeiras décadas de ocupação em áreas mineradoras, era bastante comum que os escravizados possuíssem armas e muitos proprietários formavam milícias particulares com eles. Essa prática era tão difundida que até o próprio Estado adotou-a, organizando tropas de escravizados armados e convocando-os, juntamente com os proprietários leais ao governo.

Nos registros dos Anais de Vila Bela, datados do ano de 1763, fica evidente a utilização dos negros pelas autoridades como soldados.

Na noite de 5 para 6 de maio, expediu Sua Excelência, para rio acima, uma canoa guarnecida com dez soldados, alguns pedestres e negros que, ao todo, faziam vinte e tantas pessoas, comandadas pelo tenente-de-dragões Francisco Xavier Dorta Tejo, ao que deu suas ordens particularmente. Havendo de passar precisamente a dita canoa, por baixo da artilharia do inimigo, fez, felizmente, o dito trânsito sem ser pressentido. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 91).

Na sociedade colonial brasileira, os homens brancos constituíam uma minoria, sustentando-se através da exploração da população escrava e liberta. Isso gerava um desequilíbrio social e demandava um esforço constante para manter o sistema de exploração. As populações urbanas, por sua vez, temiam os escravizados, não apenas como potenciais rebeldes contra o sistema escravista, mas também como elementos que interagiam com outros estratos sociais, circulando pela cidade, trabalhando nela e, em alguns casos, recorrendo à violência ou cometendo crimes. Os negros, tanto escravizados quanto libertos, eram frequentemente vistos como suspeitos em potencial, levando a uma série de medidas para controlar e intimidar esses grupos urbanos. (ALGRANTI, 1998).

Diversas formas de resistência ao trabalho escravo surgiram, incluindo a apropriação de bens, o suicídio, a destruição de ferramentas de trabalho, ataques aos proprietários e suas famílias, e a fuga. Os agentes institucionais tinham interesse em estabelecer limites à liberdade proporcionada pelo ambiente urbano.

O escravizado poderia ser vendido, pois tinha, além do valor de uso, também o valor de troca. Ser vendido ou trocado era algo como um presente na vida do escravizado. Sua condição de vida poderia, a qualquer momento, ser alterada. Alianças poderiam ser desfeitas ou criadas e, diante de tal realidade, os escravizados não se portavam de forma pacífica, como meros espectadores ou mercadorias.

Muitos deles, segundo Silvia Hunold Lara (2014), chegavam a interferir na transação feita entre senhores, procurando padrinhos que os protegessem ou os

comprassem, fugindo diante da iminência da venda, ou através de ações mais violentas, que os levavam às malhas da justiça e tornavam o negócio impraticável.

Os escravizados eram utilizados em diferentes transações econômicas, poderiam ser penhorados, leiloados ou serem recebidos como pagamento de dívidas. O Tenente Manoel Nunes de Brito, em seu testamento, confirma e assume uma dívida de 22 mil oitavas de ouro e 205 mil-réis. Como abatimento, oferece negros mina no valor de 155 mil-réis, três angolas no valor de 100 mil-réis, e dois mulatos, estes bem mais valorizados, Felício valendo 100 mil-réis e Luis valendo 115 mil-réis. (CAMPOS, 2009, p. 65-66). No inventário de Joaquim Collaço Leme e Maria da Costa consta o leilão do escravizado:

Francisco Cabra, filho da escrava Rosa Benguela avaliado pelo preço de 48 mil reis foi arrematado em praça pública por Matheus Machado de Toledo na execução feita por Machado de Toledo por dívida contraída pela viúva cabeça de casal Maria da Costa depois do falecimento de seu marido Joaquim Collaço. (CAMPOS, 2009, p. 65).

Como faziam parte dos bens de seus senhores eram deixados como herança e dotes:

Joaquim, mulato, de idade de dois anos deixo ao meu Neto Manoel [...] uma crioulinha chamada pelo nome de Ignes que tem idade de [...] deixo a minha neta Anna. (CAMPOS, 2009, p. 65).

Declaro que quando [...] meu filho José Rodrigues Miranda [...] deixo um escravo crioulo de nome Eusébio; ao meu filho Manoel Joaquim lhe deixo um crioulo de nome Januário; ao meu filho Felix lhe deixo [...] um preto de nome [...] mina; a minha filha Maria Francisca lhe deixo como dote um escravo de nome José Benguela e uma crioula de nome Lourença; a minha filha Ignácia lhe deixo um escravo de nome Joaquim congo e uma escrava de nome Maria Benguela; a minha filha Rosa lhe dou uma crioulinha de nome Eva para ser sua pajem. (CAMPOS, 2009, p. 65).

Estes trechos, sob o olhar da teoria bakhtiniana, revela que o discurso jurídico e econômico dos testamentos e inventários reflete claramente a voz do sistema escravista colonial, onde os escravizados são reduzidos à condição de objetos de valor econômico, trocados, vendidos e, no caso, doados, como bens móveis com valor econômico, apagando qualquer dimensão humana desses sujeitos.

A menina chamada “Eva”, assim como o escravizado “Francisco Cabra”, sujeito reduzido a uma função de quitação de dívidas, neste contexto, não tem história própria: a existência de ambos ficou reduzida a um signo do poder colonial, o qual fala por ela e sobre ela. Portanto, a linguagem, neste curto texto, não permite que ouçamos claramente

a voz dos escravizados, ela apenas reflete o ponto de vista e desejos do senhor de escravos. Não podemos deixar de notar que a ausência de discurso também é um signo ideológico, resultado do apagamento operado pelas estruturas. Apesar da linguagem jurídica e econômica ser instrumento pelo qual corpos negros são desumanizados e silenciados, a linguagem, de forma explícita ou não, está carregada de ideologia, como Bakhtin nos lembra: nenhum signo é neutro.

Os escravizados também poderiam ser alugados para terceiros, e neste caso, o contrato era feito entre o proprietário e o solicitador do trabalho, e o escravizado nada recebia. Sua função seria render o máximo para seu dono recuperar o capital gasto e ainda obter lucro. Porém, foi no espaço urbano que se desenvolveu uma forma específica de trabalho escravizado, a modalidade de ganho, onde os escravizados dispunham provisoriamente de sua força de trabalho e poderiam desenvolver qualquer tipo de tarefa que fosse necessária. De seu ganho, deveriam pagar uma diária a seus senhores.

Muitas vezes a soma exigida pelo senhor era alta, mas, com muito esforço, conseguiam atingi-las. Este pode ser considerado como um fenômeno marginal ao sistema, onde os escravizados não tinham posses e não eram pagos pelo seu trabalho.

Um escravizado poderia comprar sua alforria, o que, pela visão da teoria de Bakhtin, podemos afirmar que esse ato rompe parcialmente o monologismo da voz colonial ao dar lugar a práticas de resistência, ainda que sutis, por parte dos escravizados. Há um movimento de reapropriação da linguagem e da ação, revelando que a história da escravidão também foi marcada por vozes silenciadas que, mesmo dentro dos limites do sistema, buscaram formas de se fazer ouvir. É preciso salientar que, dificilmente um deles conseguia juntar dinheiro suficiente: “maiores eram as possibilidades de conquistar liberdade para os que tinham um ofício: marceneiros, sapateiros, alfaiates, barqueiros ou carregadores.” (COSTA, 1998, p. 280).

Segundo Stuart Schwartz (2001, p. 93-94),

A compra de manumissões próprias era relativamente comum na Bahia, e embora tivesse a tendência de ser mais característica da escravidão urbana, também acontecia em áreas rurais. Os estudos da manumissão baiana demonstram que cerca da metade das manumissões da Bahia no período entre 1680 e 1750 foram compradas, em geral, pelos próprios escravos, ou por algum membro da família do escravo. A Bahia não esteve sozinha nesse aspecto, e foram observados padrões semelhantes em outras partes do Brasil.

É grande o número de estudos a respeito de alforrias, na América portuguesa. Neste cenário, segundo Kátia Lorena Novais Almeida (2014), a alforria aparece como um

dos “projetos de vida” sonhados pelos escravos, além da formação de famílias. A carta de alforria era vista como um documento comprobatório essencial da condição jurídica de liberto, sem o qual o perigo da reescravização era maior. Em Rio de Contas, registrar a alforria em cartório era considerado muito importante, talvez mais do que em outras localidades como Porto Feliz e Campinas, onde o reconhecimento social bastava. A iniciativa para o registro geralmente partia dos próprios libertos (em 64% dos casos projetados).

Para a autora, alforrias são classificadas em onerosas (pagas) ou gratuitas, considerando se havia ou não imposição de condição. (ALMEIDA, 2014, p. 21). Havia, também, as condicionais (pagas ou não), que impunham alguma obrigação ao liberto por um tempo determinado. A coartação é mencionada como um tipo de alforria paga condicional, onde o escravo pagava um valor acordado em prazo determinado, muitas vezes, recebendo autorização para se afastar e ganhar recursos para isso. A alta incidência de alforrias pagas sugere uma dinâmica econômica na região que favorecia o acúmulo de *pecúlio* (economias) pelos escravos. Os escravos podiam acumular pecúlio de diversas formas, como acordando um jornal com o senhor e guardando o excedente, adquirindo bens com consentimento do senhor, recebendo doações ou legados, ou recebendo indenizações. O estudo sugere que a liberdade paga era menos frágil do que a liberdade gratuita ou condicional. Libertos que pagaram por sua alforria, como Francisco Martins Guerra, podiam sentir-se menos obrigados a manter deferência a seus ex-senhores, inclusive apelando à justiça. As alforrias condicionais, por outro lado, eram instáveis e podiam prolongar a escravidão ou ser questionadas por herdeiros. As alforrias gratuitas, muitas vezes concedidas a crianças ou por laços de afetividade (como filhos de senhores com suas escravas), podiam implicar dependência contínua.

No contexto legal, a prerrogativa de alforriar no Brasil, até 1871, era exclusiva do senhor, diferentemente da América do Norte, onde o Estado passou a controlá-la, mas, houve tentativas na América Portuguesa de interferir nessa prerrogativa (como em Mariana, Minas Gerais), mas a Coroa defendeu o direito de alforriar, inclusive mediante pagamento, com base no direito natural. As Ordenações Filipinas mencionavam a alforria e a possibilidade de revogação por ingratidão, mas não legislavam sobre as condições para o fim do cativo. Debates entre juristas existiam sobre a extensão do direito do patrono (ex-senhor) sobre o liberto, especialmente em relação à herança, sendo argumentado que, em alforrias pagas, o direito de padroado não se aplicava.

Analiseemos o caso de Florência que, no ano de 1828, entrou com um pedido de liberdade para si e para seu filho, Manuel. Ela alegava ter sido criada por Anna Leite de Moraes e que sua mãe, Esteva, havia fornecido a essa senhora alguns gêneros como forma de pagamento por sua libertação. No entanto, Anna Leite a entregou a Manuel Francisco Gomes, com o objetivo de que aprendesse a “cozer, bordar e tudo mais próprio considerado adequado a uma mulher”.

Com a morte de Manuel Francisco Gomes, Florência permaneceu na casa de Margarida Nobre Pereira, com quem ele mantinha relações ilícitas. Ela destaca que Gomes era um homem abastado, possuidor de bens, e que havia concedido alforria a todos os seus escravizados – inclusive por meio de testamento, feito antes de Florência ir para sua companhia. Apesar disso, Florência afirma viver como cativa e sofrer tormentos, juntamente com seu filho. Por esse motivo, sentiu-se compelida a ingressar com uma ação judicial. Ao tomar conhecimento da situação de seu filho, encontrado acorrentado, o doutor Manoel Antônio Galvão, desembargador honorário, determinou que ele fosse encaminhado aos cuidados de uma pessoa considerada idônea, atuando como fiel depositário.

Florência, por sua vez, solicitou que também fosse entregue à guarda de outra pessoa até a conclusão do processo, a fim de “livre da sujeição que padece, poder tratar da causa por meio da qual pretende reivindicar sua liberdade oprimida”. Florência teve a assistência de curador e advogado, consta nos autos:

Sendo ela mulher livre que não deve servidão a pessoa alguma, foi da sua liberdade a muitos anos a ser devidamente privada de tal sorte que se acha reduzida a escravidão de Margarida Nobre Pereira que a conserva e trata como sua escrava [...] espera ser declarada mulher livre da escravidão sem sujeição a pessoa alguma. (Tribunal da relação-1828, cx. 04, doc. 753 e 755. APMT).

Florência afirmou que Ana Leite de Moraes recebeu de sua mãe, em 1783, a quantia de 34 oitavos de ouro. Porém, a mesma, querendo ocultar de seus credores que possuía a quantia, passou a suplicante para o poder de Manoel Francisco. Alega que, naquele momento, com pouca idade, não tinha “razão para conhecer e defender seus direitos”. Na justiça, requer que a ré pague “pelos serviços que injustamente utilizou prestados pela autora desde o falecimento de Manoel Gomes”. Foi apresentado um documento no qual Manoel Gomes reconhece ter recebido uma criança de Anna Leite de Moraes:

Uma mulatinha por nome Florência de idade de 1 ano e 4 meses, e por ela já ter comido o ouro dela, me deu a guardar por dívidas sem ela poder passar a carta porque os credores haviam de querer saber do ouro, por isso ela fez como coisa que pagou por dívida a mim. (Tribunal da relação-1828, cx. 04, doc. 753 e 755. APMT).

A autenticidade do documento foi contestada pela parte ré, que solicitou a realização de exames periciais. Esses exames foram conduzidos pelo Tabelião do Cartório de Cuiabá e por todos os escrivães da banca, com exceção do escrivão dos órfãos. Este foi afastado a pedido da suplicante, sob a justificativa de que havia “tomado este negócio por sua conta a favor da suplicada [...] e a lei não dá valor ao ato que é feito por pessoa suspeitosa”. Durante a análise de documentos, nos quais constavam a assinatura e a caligrafia de Manoel Francisco, os peritos concluíram que não havia semelhança entre esses registros e o documento apresentado nos autos. Infelizmente, o referido documento encontra-se muito deteriorado, o que impossibilitou a obtenção de uma conclusão definitiva sobre o caso.

Sob a ótica da teoria de Mikhail Bakhtin, o caso de Florência revela um intenso embate discursivo dentro do sistema escravista. O processo judicial em que ela reivindica sua liberdade se torna um espaço de polifonia, no qual diferentes vozes sociais – a dela, a dos senhores, a das autoridades – disputam sentidos sobre sua condição. Florência rompe com o discurso monológico da escravidão, apropriando-se do vocabulário jurídico para se afirmar como sujeito de direitos.

Ao declarar-se livre e injustamente mantida como cativa, Florência se inscreve no campo discursivo como voz ativa, questionando uma ordem que a tratava como coisa. O uso estratégico da linguagem legal – com advogado, curador, testemunhos e impugnação de autoridades – mostra sua habilidade de manipular discursos dominantes para resistir à opressão. Ela ressignifica o discurso alheio com sua intenção libertadora. O tribunal aparece como espaço da tensão entre liberdade e escravidão, entre memória e justiça. A análise dos documentos, as contestações e o impasse sobre a autenticidade da prova revelam o conflito entre verdade e poder. Assim, a luta de Florência é, segundo Bakhtin, uma disputa pela voz e pela autoridade no campo social, em que o discurso não apenas reflete a realidade, mas a constitui.

Para a capitania de Mato Grosso esses estudos ainda precisam ser realizados. Mas é inegável, para o século XVIII (e mesmo para inícios do século XIX), a reiteração dos resultados: predomínio de obtenção de alforrias por mulheres, seguidas por mulatos e crioulos, ficando os africanos em último lugar. Embora Manolo Florentino (2005)

aponte o aumento de alforrias a africanos em alguns momentos do século XIX, o padrão acima não desaparece ao todo.

Estar no estado de compra da alforria, isto é, acordado seu valor com o senhor, era chamado de “quartamento”. Tratava-se de uma autocompra, uma prática comum, embora não prevista pela lei, que se tornou uma alternativa na conquista da liberdade. Esta autocompra poderia ser regida por um acordo verbal estabelecido entre o escravizado e o seu senhor ou, em alguns casos, poderia ser documentado. Nestes acordos, eram especificados o tempo e o valor a serem pagos pela liberdade. (PAIVA, 1995). Este foi o caso de Antonio, escravizado que conseguiu comprar a liberdade dos filhos e de seus pais.

Declaro que possuo um escravo por nome de Antonio, crioulo, barbeiro, casado com uma minha escrava por nome Ana, de nação Nagô, com quatro filhos a saber já libertos por terem dado seus valores dos quintilianos e (sic) foram incluídos no quartamento dos seus pais: Gabriel em 50 oitavas, do pai por nome Antonio em duzentas oitavas, a mulher do dito em preços de cento e cinquenta oitavas, cujas parcelas fazem a conta de quatrocentas oitavas, pelos quatro por tempo de quatro anos e por que proferiu livres e desembargados de minha espontânea bondade. (CAMPOS, 2009, p. 67).

Embora o trecho não conceda fala direta aos escravizados, a menção ao pagamento pela liberdade dos filhos indica uma negociação. Mesmo dentro de um discurso dominado pelo senhor, há sinais de resistência encoberta. Para Bakhtin, o discurso é um campo de disputa ideológica e, aqui, apesar da narrativa unilateral do senhor, é possível identificar traços das vozes oprimidas que resistem, ainda que silenciadas, em busca da sonhada liberdade.

Apesar das várias brechas encontradas e criadas pelos escravizados no interior da estrutura escravocrata, os mesmos, como afirma Stuart Schwartz, “não eram agentes históricos independentes, capazes de construir o próprio destino”; contudo, suas ações e reações impuseram, em diversos momentos, limitações aos seus senhores. “A equação do poder e das oportunidades era, é claro, desigual, mas tanto senhores quanto escravos tentaram constantemente redefinir tal fórmula.” (SCHWARTZ, 2001, p. 13).

Bakhtin, nos apresenta a tensão entre a voz da autoridade e a voz senhorial, que define os termos da alforria, e da outra a voz do escravizado que, ainda em posição subalterna, age, negocia, intervém no discurso do poder e busca transformar sua realidade. Um espaço emergente, de negociação entre senhor e escravizado – ou seja, um campo dialógico em que o poder não é absoluto, mas constantemente reajustado pela ação do outro. Os escravizados participam do processo de construção do sentido, dialogam com

o poder, negociam e resistem, ainda que dentro dos limites impostos. Suas vozes emergem, mesmo que parcialmente, nos registros e práticas do passado.

CAPÍTULO 3

Sob o olhar de Bakhtin: escravizados dentro dos Estatutos e Posturas da Vila Bela da Santíssima Trindade

Examinaremos as práticas urbanas dos escravizados a partir do conceito de “*artes de fazer*”, formulado por Michel de Certeau. Reforçamos que, essas artes, correspondem a práticas cotidianas criativas e táticas empregadas por sujeitos comuns para resistir, adaptar ou subverter normas impostas, mesmo sem deter poder institucional. Trata-se de formas sutis de atuação que se manifestam nos interstícios do controle social, como no caso de escravizados e marginalizados que, mesmo diante de rígidos sistemas normativos, encontravam modos próprios de agir e produzir sentidos no cotidiano. Podemos, a partir desta concepção, visualizar um espaço vivo e vivido a partir das experiências cotidianas e da reprodução social.

Neste capítulo, serão apresentados trechos selecionados dos Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade, escolhidos com base em suas referências a homens e mulheres escravizados. Esses fragmentos serão analisados à luz da teoria bakhtiniana, que concebe o enunciado como produto da interação entre diferentes vozes sociais, marcando a linguagem como prática historicamente situada e ideologicamente carregada.

A partir dessa abordagem, buscamos demonstrar que, mesmo em um documento oficial do século XVIII – cuja função aparente é normatizar o espaço e seus habitantes –, é possível identificar interações dialógicas que revelam tensões, rupturas e disputas simbólicas no interior da estrutura de poder. Tais interações dão visibilidade às múltiplas vozes que compunham o cenário político e social da Vila Bela da Santíssima Trindade, com especial atenção àquelas dos sujeitos escravizados, frequentemente silenciadas nos registros da história oficial.

Primeiro Trecho

I – Sobre culto Divino e Festividades da Câmara e da Igreja desta Vila

Parágrafo 1º. Como tenha [danificado] particularmente da Igreja Matriz que [danificado] [danificado], é nua e despida sem adorno, o que [danificado] se distraírem a fazer diversas Capelas, do que se seguem [danificado] que são perfeitas e ornadas do necessário, esfriando a devoção com que [danificado] que nelas fazem vem a faltar ao ornato da Igreja Matriz. Acordaram que nunca esta Câmara desse licença e chãos para se formar outra alguma Igreja, ou Capela, e principalmente aos pretos livres e mulatos que regularmente são os que andam com Nossa Senhora do Rosário fora da Paróquia, e que havendo devotos desse ou daquele Santo a quem quisessem formar capelas ou Igreja, reduzissem essa despesa em que lhe fazer altar na Matriz, com o que viria esta a compor-se e adornar-se, e que desta proibição era isenta a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens que presentemente se fabrica com esmolas do Povo, por ser devoção intentada ainda antes da criação desta Vila; e assim no caso que pelos ano futuros se queira reedificar, ou acrescentar a dita capela, não haja dúvida alguma em o consentir a Câmara.

Parágrafo 2º. Por evitar o abuso de muitas Terras do Brasil, que estando regularmente a Igreja Matriz na Praça Principal, do Adro dela e grande parte da Praça fazem cemitério com disformidade nos altos e baixos com que ficam as covas, que é a mesma entrada da Igreja, serve de insuportável defeito. Acordaram que a Câmara não consentisse em tempo algum, este erro no formosa praça desta Vila, aonde está determinado o lugar para a Matriz, e que para o cemitério dos Índios, pretos e mais defuntos que não vão ao interior da Igreja e se sepultam no Adro, se fariam claustros ou pátios no corpo de toda a obra, aos lados ou por detrás, e eu havendo algum Reverendo vigário que imprudentemente desprezador e oposto ao bom regime, como regularmente sucede, fosse contra este Estatuto, esperavam que sua Majestade na confirmação destes capítulos declarasse o procedimento que com ele se devia ter, e que o negro, Branco, ou carijó que abrisse sepultura no Adro que ocupa parte da praça, fosse logo preso com trinta dias de cadeia e seis oitavas de ouro de condenação para as despesas da Câmara; e enquanto se não edificava a Igreja Matriz, e servia a capela que no lugar dela se acha, se continuasse o cemitério pelo lado desta como ao presente se faz.*

** Cada oitava equivalia a 03,58 gramas de ouro.*

A teoria Bakhtiniana nos oferece uma perspectiva profunda sobre o papel da Igreja no Império Colonial Português, destacando as interações existentes entre diversas vozes sociais, políticas e religiosas, que formam um campo dinâmico de disputas e negociações. Essas interações, não apenas contribuem para a formação e manutenção do domínio colonial, mas, também, revelam as tensões entre o poder central e as expressões populares de fé. Bakhtin propõe que as relações de enunciação são sempre plurais e mutáveis, compostas por uma multiplicidade de vozes e significados que se entrelaçam e se confrontam. No contexto colonial, a Igreja Católica emerge como uma instituição de dupla função: além de seu papel religioso, é uma força ideológica e política essencial para a legitimação do poder colonial português.

Ao investigar a relação entre a Igreja e o Estado português, estratégia de legitimação da autoridade imperial, vemos que a Coroa portuguesa utilizou a fé católica como moeda de troca, promovendo sua expansão religiosa em troca do controle sobre as terras e da supervisão das autoridades eclesiásticas e recursos como os dízimos. A relação entre a Igreja e o Estado, mediada pelo direito de padroado, revela um diálogo entre duas vozes de poder: a do papado, que concede autoridade à Coroa; e a da Coroa, que instrumentaliza a religião para consolidar sua dominação política e territorial. A Igreja, assim, não apenas cumpre um papel de controle espiritual, mas também de integração social e política nas novas terras conquistadas, assegurando que a uniformidade religiosa facilitaria o controle do território e a coesão entre as populações colonizadas.

Bakhtin enfatiza a importância da coexistência de diferentes vozes sociais que se comunicam, se distorcem ou se confrontam, dentro de um mesmo espaço discursivo. Essa dinâmica é evidente no contexto das ações relacionadas à religiosidade, a exemplo das festas cristãs, onde diversas camadas sociais e culturais buscavam afirmar suas vozes em um quadro centralizado pela Igreja Católica e pelo poder local. A tentarem impor sua autoridade sobre as práticas devocionais, se deparam com a resistência de grupos como as irmandades e suas “incivilidades”. A menção às “incivilidades” cometidas pelas irmandades formadas por “pretos livres e mulatos”, demonstram relativa autonomia das irmandades diante do esforço de padronização feito pelo Estado e pela Igreja. Essas práticas não se limitam a uma simples contestação da autoridade religiosa, mas representam uma reinvenção cultural que desafia a uniformização pregada pela Igreja e pelo Estado.

As palavras, não apenas nos ajudam a compreender o que é dito, mas, também, a interpretar o que está além delas, no campo do não dito. Nesse sentido, observamos que

os “pretos livres e mulatos”, identificados como aqueles que “andam com Nossa Senhora do Rosário fora da Paróquia”, assumiram papel de protagonistas. Eles afirmam sua identidade e influenciam o cotidiano religioso e social, provocando uma interação dinâmica entre todos os sujeitos envolvidos. Essa interação entre diferentes vozes e práticas demonstram como as formas de ver, agir e se expressar de uns impactam as de outros, gerando um processo contínuo de resistência. Os escravizados e libertos, ao se unirem e estruturarem suas ações em torno das irmandades, revelam um movimento de afirmação de sua condição social.

Originárias das antigas corporações medievais e espalhadas por todo o Império Português, as irmandades religiosas desempenharam um papel crucial como espaços sociais para os diversos grupos da população. Em Portugal, as funções religiosas e assistenciais das irmandades se combinaram às demandas sociais e civis da sociedade, à medida que a expansão ultramarina e a política de colonização lusitana impulsionavam as correntes migratórias e o tráfico de escravizados. (SANTOS, 2012, p. 303).

As irmandades incluíam, tanto as elites locais e militares, quanto africanos e seus descendentes, sejam livres, cativos ou libertos. Tornaram-se essenciais para que cativos e libertos compartilhassem momentos de convivência, nos quais, a proximidade gerava reflexões sobre a vida em sociedade. Nesse papel, as irmandades ajudaram a representar socialmente esse grupo e a facilitar seu ajuste à realidade imposta. Assim, embora a comunicação entre essas vozes distintas possa atingir seu objetivo, a recepção desejada nem sempre é garantida. O que se evidencia, de forma indiscutível, é o contínuo cruzamento de vozes, que redefine as relações de poder e expressão dentro do espaço religioso e social.

Tanto em Portugal, quanto na América Lusa, as irmandades do Rosário, formadas por escravizados e libertos, se multiplicaram e se destacaram em número, superando as confrarias dedicadas a outros santos negros. Nossa Senhora do Rosário, terceira invocação frequente no conjunto das irmandades portuguesas do século XVIII, compôs, ao lado das Almas do Purgatório e do Santíssimo Sacramento, a tríade devocional mais popular em Portugal no período moderno. (SANTOS, 2012, p. 303-304).

Ao estudar as Irmandades do Rosário em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e na Vila Bela da Santíssima Trindade, Cristiane Silva (2021, p. 13 e 171), ressalta o papel significativo dessa irmandade na criação de microespacialidades nos ambientes urbanos. A presença da irmandade, não apenas sublinha a força social da população negra, mas, também, reflete a sua crescente integração nas dinâmicas da sociedade mato-

grossense. Atuando como espaços de proteção e amparo, desempenhavam um papel crucial, especialmente para as camadas menos favorecidas da população. Para muitos negros escravizados, ingressar em uma irmandade representava uma oportunidade de conquistar a alforria, desde que seus senhores autorizassem sua adesão à confraria. O processo de adesão e regulamentação das irmandades também revela a luta por reconhecimento oficial. A Irmandade do Rosário de Cuiabá foi a primeira a ser reconhecida oficialmente, em 1751, enquanto, a de Vila Bela, só obteve sua aprovação em 1779. Esse reconhecimento não se deu de forma isolada, mas refletiu a organização interna e a relevância dessas instituições, particularmente a predominância de famílias da nação Mina, que exerceram grande influência dentro da Irmandade do Rosário.

Segunda a autora, o Livro de Registros dos Termos de Entrada de Irmãos, datado de 1767 a 1819, é um importante indício dessa dinâmica. Nele, encontram-se registros sobre os senhores que permitiam a seus escravizados ingressar nas irmandades e, ao longo do tempo, muitos desses cativos conseguiam comprar sua alforria. Esses registros demonstram como as irmandades funcionavam como mecanismos de mobilidade social e como a condição de muitos cativos era gradualmente modificada por meio de sua adesão à confraria. Os compromissos das irmandades funcionavam como documentos fundadores e orientadores das práticas cotidianas, eram votados, aprovados pelos membros da confraria e sancionados pelo Presidente da Província. Em 1779, o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Bela foi aprovado pela rainha D. Maria I e, quando da sua constituição, contava com 22 capítulos. Embora o processo de regulamentação da irmandade de Vila Bela fosse similar ao de Cuiabá, o compromisso de 1751, da capital mato-grossense, detalhava, de maneira mais aprofundada, a preocupação com a aquisição de ornamentos para a confraria, além de permitir que, tanto brancos quanto negros ocupassem cargos dentro da irmandade, conforme sua importância e necessidade. Essa flexibilidade também estava alinhada com a ideia de que o culto divino deveria atender, tanto ao bem espiritual dos vivos, quanto dos mortos, um aspecto tratado no termo de compromisso.

Com o passar dos anos e o crescimento do número de negros alforriados e livres, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi desmembrada, resultando na formação de duas irmandades distintas: uma composta por pretos forros e outra por pretos cativos, ambas estabelecidas em igrejas diferentes. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros permaneceu na igreja matriz, enquanto a irmandade formada por pretos

cativos passou a ocupar a igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo. (SILVA, 2019, p. 21 e 22).

Seus irmãos deveriam ser católicos de bom viver e bons costumes e não poderiam sair da confraria depois de assentados, a não ser em situação de algum vício ou situação torpe³⁸. Os confrades deveriam obedecer às ordens dos oficiais maiores, componentes da Mesa, nas dependências do templo, caso contrário seriam obrigados a pagar uma libra de cera. (SILVA, 2019, p. 22).

Esse requisito de “bom viver” estava diretamente relacionado à ideia de urbanidade, algo essencial para quem desejava ocupar cargos dentro da irmandade ou na administração pública. A diferença de tratamento entre brancos e negros era uma realidade nas irmandades, mas o termo de compromisso deixava claro os cargos disponíveis para ambos os grupos, com a ênfase no caráter moral e religioso dos candidatos, e na observância de valores como a ortodoxia religiosa, sem espaço para práticas sincréticas ou heréticas.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá e Vila Bela, não apenas serviram como instituições religiosas, mas também como espaços de transformação social e cultural. Elas funcionaram como redes de apoio para a população negra que, através delas, buscava, não apenas a salvação espiritual, mas, também, a conquista de uma maior liberdade e cidadania, apesar das limitações impostas pela sociedade colonial.

A construção de novas capelas fora da Igreja Matriz pode ser entendida como uma tentativa, das comunidades locais, de criar espaços próprios de religiosidade, um fenômeno que reflete a tensão entre a vontade da Igreja e do Estado de centralizar o culto e as necessidades dos grupos de se expressarem de maneira mais local e personalizada. Para a Igreja, representada pela autoridade política e pela Câmara, essa dispersão das devoções representava uma ameaça ao seu poder centralizador, o que é uma exemplificação clara de como Bakhtin descreve a luta de diferentes vozes no interior de um mesmo espaço discursivo. A Igreja Matriz é vista como o centro de poder e a construção de novas capelas por grupos locais é percebida como uma fragmentação dessa autoridade central.

O uso da expressão “esfriando a devoção” reflete o processo de deslocamento das práticas religiosas populares da Igreja Matriz para outras capelas, o que pode ser interpretado como um distanciamento da autoridade da Igreja. Ao mesmo tempo, essa expressão indica o esforço da Igreja em regularizar essas práticas religiosas populares, tentando garantir sua conformidade com a ortodoxia e o controle social. Esse movimento

de adaptação e resistência das práticas populares, com suas diferentes vozes e formas de devoção, é uma demonstração de como os discursos podem se deslocar e contestar as normas impostas, conforme Bakhtin observa em suas reflexões sobre o movimento dos discursos dentro das estruturas de poder.

A questão dos sepultamentos, especialmente os realizados na “Praça Principal”, expõe as profundas tensões sociais e raciais no Império Colonial Português. A segregação entre as classes sociais, com os corpos das classes altas sendo sepultados dentro da Igreja Matriz e os das classes mais baixas, como negros e índios, em áreas periféricas – reafirma como a Igreja é um forte mecanismo de controle social e racial. No espaço ao redor da Igreja Matriz, o “Adro”, ocorre uma disputa simbólica entre a hierarquia religiosa e as camadas sociais subalternas, como os “pretos livres e mulatos”, cujos rituais e sepultamentos desafiam as normas hierárquicas estabelecidas. Este discurso reflete o conflito e, visto pela lente bakhtiniana, torna-se resultado da interação entre as múltiplas vozes que se interagem.

O controle sobre os sepultamentos reflete a tentativa da Igreja e das autoridades coloniais de reforçar uma hierarquia social visível, onde as classes mais altas são enterradas em um espaço sagrado e central, enquanto os grupos marginalizados são relegados a áreas afastadas, menos visíveis. Esse processo não se limita à espiritualidade, mas envolve uma construção simbólica e cultural que mantém a segregação social, tanto na vida, quanto na morte. A Igreja, portanto, se transforma em um campo de disputa ideológica, onde a ordem religiosa também reflete e reafirma as divisões sociais e raciais da época.

*Parágrafo 6º. Para a festa da Santíssima Trindade: Acordam que a Câmara nomearia um ano antes em a véspera do dito Dia e por mais votos, três festeiros dos homens bons** e de mais posses destas Minas, cuja eleição mandaria o Reverendo Vigário assinada pela câmara pra no dia da Festa fazê-la publicar pelo pregador, evitando-se por este modo as incivildades de Irmandades e Eleições por cotas feitas; e por conta destes três festeiros correria o gasto, a saber: pelo mais velho a cera, pelo segundo a música e sacerdotes, e pelo terceiro o pregador, ao qual desde logo se recomendava em geral que fosse o seu estudo em explicar o Mistério da Santíssima Trindade porque entre o gentio do Brasil e Costa da Guiné que nele vive, há muito pouco conhecimento deste sumo Mistério, que perguntando-se-lhe quem é Deus respondem que é Jesus Cristo, cuja*

proposição sendo certíssima no que dizem, é falsa no que oculta, e talvez supõem que não mais pessoas em Deus que a de Cristo.

*** Expressão utilizada no Antigo Regime para designar o indivíduo que possuía sangue, linhagem, ocupação e privilégio que o faziam pertencer a um estrato social distinto o bastante, para autorizá-lo a exercer determinados cargos na governança municipal.*

As festas e outras manifestações culturais são construções sociais que expõem um campo de disputas, onde várias formas de apropriação dos códigos sociais estão em jogo. Esses códigos não são neutros, pois estão profundamente conectados às práticas sociais e à criação de significados e, “compreender como, em distintos contextos e momentos, uma realidade social específica é elaborada, interpretada e divulgada.” (CHARTIER, 1988, p. 89).

As festas de padroeiros, que foram adaptadas das práticas religiosas locais, refletem o hibridismo religioso no contexto colonial. A Igreja tentou estabelecer um calendário eclesiástico com festas oficiais, mas, ao mesmo tempo, as práticas religiosas das comunidades colonizadas, muitas vezes de origem africana ou indígena, continuaram a se manifestar nas festas populares. Esse hibridismo, portanto, é um exemplo claro de como, mesmo diante da imposição de uma religião oficial, surgem outras vozes que criam espaços alternativos de resistência e reinvenção cultural. Para Bakhtin, esse fenômeno reflete um movimento contínuo de adaptação e contestação dos discursos sociais, onde as tradições populares se entrelaçam com as estruturas oficiais, criando formas de expressão, resistência e, por que não, leveza. A festa torna a vida mais leve e agradável, fortalecendo a confiança da comunidade em sua capacidade de organização e realização de projetos, refletindo, também, a estrutura do cotidiano das pessoas.

Ao analisar as festas em honra a Santo Antônio, realizadas na Vila Bela da Santíssima Trindade (Mato Grosso), entre 1772 e 1789, Gilian Evaristo França Silva (2008) observa que essas celebrações, promovidas pela Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, foram fundamentais para a construção das identidades sociais e das sociabilidades dos militares. Fundada na década de 1780, pelo Governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a irmandade reflete. Sob a ótica de Bakhtin, observamos como as vozes sociais e culturais se entrelaçam e se confrontam no contexto religioso. A procissão era o principal símbolo de diferenciação entre os grupos sociais, sendo organizada de acordo com a posição socioeconômica de cada indivíduo na sociedade colonial. Durante o trajeto, até a capela de Santo Antônio, os cargos político-administrativos e o governador, que ajudava a carregar o andor do santo, seguiam à frente.

Em seguida, vinham as irmandades religiosas e as famílias mais abastadas, enquanto os livres pobres, alforriados, escravizados e indígenas ocupavam as últimas posições. Esse esquema era comum nas outras festas religiosas dedicadas aos santos católicos. (SILVA, 2008 p. 45).

Na fonte desta pesquisa, importante atenção é dada à figura do pregador, festeiro responsável por “explicar o Mistério da Santíssima Trindade porque entre o gentio do Brasil e Costa da Guiné que nele vive, há muito pouco conhecimento”. Essa nítida união entre o Estado e a Igreja impondo a religião católica aos indígenas e escravizados é uma imposição do colonizador, porém, foi constantemente ressignificada de forma a reconstruir suas identidades. Em vez de seguir o catolicismo idealizado pela hierarquia da Igreja, adotavam um “catolicismo popular”, que era uma reinterpretação baseada nas diversas influências culturais do período colonial. (OLIVEIRA, 2010, p. 28).

A análise dialógica de Bakhtin oferece uma compreensão profunda do papel da Igreja no Império Colonial Português. Ela não se configura apenas como um aparato ideológico do Império, mas como um campo de disputa entre diferentes vozes sociais, políticas e religiosas. A Igreja é, simultaneamente, um instrumento de controle e uma arena de resistência, onde as práticas religiosas populares e as expressões culturais locais, muitas vezes sincréticas, convivem e, frequentemente, entram em conflito com a ordem imposta pelo poder colonial. A história das capelas, das festas de padroeiros e das regulamentações sobre sepultamentos revela as tensões entre essas vozes e as maneiras como o poder busca consolidar a ordem por meio da religião, destacando a complexidade e a dinâmica das interações sociais e culturais no contexto colonial.

Segundo Trecho

III – Dos subsídios, contratos e rendas da Câmara

Parágrafo 3º. O contrato das águas ardentes da Terra, consiste em estancá-las, coisa muito necessária à República por evitar a laxidão com que se vende aos negros barateando-se, e ocasionando com a barateza mais bebedices, que passa aos brancos; e o contratador que quiser ter o estanque dela pagará por subsídio para a Câmara o prêmio de ser ele só, que é o preço porque rematar o contrato e este meio acharam ser mais conveniente para este subsídio, do que cobrá-lo dos Senhores de Engenho que a fazem (um tanto por frasqueiras) como se usa na Vila do Cuiabá, e o contratador deste subsídio não terá mais estanques que um na Vila, e outro na Estrada pública que vem a ela, e outro em cada um dos dois Arraiais; e quando só haja quem queira o estanque da

Vila, se arrematarão os de fora aos outros contratadores. Por este contrato ficam inibidas as tavernas e vendas de ter e vender este gênero, porém não se proíbe que possam haver na vila as vendas que quiserem para os mais gênero de comestíveis e bebidas, e os que fabricam a dita aguardente a poderão vender no seu Engenho aos frascos, e não por outra alguma medida miúda; e assim também na vila, ou Arraiais, em casa de sua vivenda, ou na que costumam dispor dos mais frutos de suas lavouras; e vendendo-a assim por frascos, não será por menor preço do que o estaqueiro, pelo não prejudicar, que será ocasião de faltar quem arremate este contrato, e só vendendo-a por frisqueiras inteiras, ou havendo de vendê-la ao estaqueiro, poderá baratear o preço.

A aplicação do conceito de dialogismo de Bakhtin à análise da regulamentação do comércio de aguardente na vila e nos arraiais, revela um cenário multifacetado de interações e tensões entre diferentes vozes e interesses sociais. O sistema de estanco, estabelecido como um monopólio estatal ou local, representa a tentativa da Câmara Municipal, enquanto instância do poder centralizador, de regular o comércio de aguardente. Esse monopólio visava, não apenas arrecadar recursos para a Vila e controlar a produção e a venda de uma bebida de enorme importância social e econômica, mas, também, inserir essa prática no controle rígido da economia colonial.

No contexto do Império Colonial Português, a aguardente não era apenas uma mercadoria, ela ocupava um lugar central nas práticas cotidianas e nas relações de poder, sendo envolvida em disputas e negociações entre autoridades, produtores e consumidores.

Vale lembrar que os engenhos de aguardente incomodaram as autoridades e produtores envolvidos em outras atividades econômicas, pois durante todo o século XVIII foi discutida a sua proibição na capitania. Incômodo, este, que poderia estar relacionado também aos interesses de comerciantes estabelecidos em Itu e em Goiás que desejavam tirar da concorrência do mercado os senhores de engenhos da fronteira. (JESUS, 2014, p. 65).

Podemos perceber um complexo diálogo entre diferentes vozes e interesses sociais, onde o poder se manifesta por meio da influência que distintos grupos exercem sobre as decisões e regulamentações. Os vereadores, o governador, os senhores de engenho, os moradores da vila e até comerciantes de outras regiões tentam levantar suas vozes para influenciar a política local, sempre sob a justificativa do “melhor” para a vila e sua economia. Nessa busca pelo “melhor”, interagem diferentes discursos. O discurso econômico, representado pelas discussões sobre subsídios, lucros e a arrecadação dos

vereadores; o discurso político, refletido nas ações do governador e sua intervenção nas posturas municipais, com o objetivo de alinhar a solução à centralização do controle; e o discurso social e moral, visível nas preocupações das autoridades com a “laxidão” da venda e as “bebedeiras” associadas à comercialização descontrolada da aguardente.

O controle imposto pela Câmara reflete uma voz autoritária que busca normatizar a produção e o consumo da aguardente, especialmente após o reconhecimento dos problemas de gestão que desestabilizavam o comércio e geravam descontrole social e econômico. Esse movimento de regulamentação se insere no campo de forças das interações sociais que Bakhtin descreve, onde as vozes se confrontam, negociam e se reorganizam.

É interessante observar que, a partir da segunda metade do século XVIII, conforme aponta Maria Alexandre Lousada (2004, p. 1), as práticas de sociabilidade nas principais cidades europeias passaram por uma transformação profunda. Embora as origens dessa mudança possam ser rastreadas em períodos anteriores, foi entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX que se consolidaram as características mais marcantes dessa evolução: a laicização das interações sociais, a diversificação das atividades, a especialização dos espaços e a comercialização do lazer. Durante esse período, surgiram novos espaços de sociabilidade, especialmente criados pelos grupos sociais intermediários, enquanto as sociabilidades da elite também se renovaram. Nesse contexto, o espaço urbano passou a refletir novas concepções de público e privado. Foi nesse cenário de mudanças que as tavernas, as ruas e os salões começaram a se transformar em locais de convergência de diferentes vozes sociais, marcando o início de uma nova dinâmica nas interações.

Nas regiões mineradoras e as zonas de plantation, esses estabelecimentos, construídos para a ocupação do sertão, eram contraditórios: ora abrigando momentos de autonomia, ora reproduzindo as imposições do cativo. As vendas e tavernas foram palco de ordem e desordem, de caminhos e descaminhos, do lícito e do ilícito.

As vendas e tavernas foram muitas coisas para muitas pessoas. Para a Igreja elas foram lugares pecaminosos, indecentes e devassos, e para a Coroa elas obrigavam o contrabando, a desordem e o desvio. Aos olhos do Estado Imperial elas foram redutos de confusões, tumultos e ajuntamentos ilícitos, e para os fazendeiros elas foram esconderijos de ladrões e motivadoras de roubos. (AVELAR, 2022, p. 559).

Sob a perspectiva de Bakhtin, esses espaços podem ser vistos como espaços da mobilidade dos discursos, onde o enunciado, seja ele oral ou escrito, é expresso de maneira concreta e única. Nos diversos ambientes urbanos, indivíduos de diferentes esferas da atividade humana passaram a se comunicar, mantendo suas singularidades e, ao mesmo tempo, participando ativamente na cadeia da comunicação discursiva que caracteriza a vida em sociedade.

Em Vila Bela, de um lado, temos a Câmara Municipal, que busca regulamentar e controlar a produção e a comercialização da aguardente, representando a voz do poder central. Do outro lado, os produtores locais, como senhores de engenho e "estanqueiros", que desempenham papel significativo na economia local e têm suas práticas ameaçadas pela imposição dessa regulamentação. Esses produtores, ao serem subordinados às normas impostas pela autoridade central, precisam negociar suas práticas dentro dos limites impostos. Como Bakhtin sugere, esse conflito entre vozes cria um espaço dinâmico de coexistência, onde discursos distintos se entrelaçam, se confrontam e se adaptam. As tensões entre autoridades e agentes econômicos locais não são apenas disputas de interesses, mas também revelam estratégias de adaptação e resistência dos grupos locais à imposição de uma ordem externa.

Além de controlar a produção e venda da aguardente, o sistema de estanco visava regulamentar seu consumo, especialmente entre as classes sociais mais baixas, incluindo a população escravizada. Ao tentar conter o consumo excessivo, a Câmara Municipal, não apenas controlava a circulação econômica da bebida, mas, também, impunha limites à liberdade de comportamento social, tentando normalizar as práticas sociais de acordo com sua visão de ordem e moralidade. Este controle não se restringe ao aspecto econômico, mas se estende ao valor simbólico da aguardente.

O consumo da cachaça sempre esteve ligado às camadas sociais mais baixas, especialmente entre os africanos e indígenas. Para a população de origem africana e seus descendentes, a aguardente tinha um significado cultural profundo, não só como alimento e complemento nutricional, mas também como elemento central em práticas religiosas e rituais. Com o tempo, a bebida se popularizou e passou a fazer parte do dia a dia das pessoas na América Portuguesa, sendo encontrada em muitos locais, embora ainda distante dos costumes da elite imperial. Além disso, a cachaça tinha um papel importante em rituais das religiões afro-brasileiras, sendo usada por escravizados em oferendas a Exu, entidade do candomblé que faz a ligação entre os orixás e os seres humanos. Em Minas Gerais, devido ao trabalho pesado na mineração, em ambientes frios e dentro de

rios, a bebida era usada para dar energia e aliviar o esforço físico. (SANTOS, 2024, p. 47-60).

Essa dimensão simbólica é emblemática do dialogismo bakhtiniano, pois ilustra como uma substância pode carregar múltiplos significados e ser apropriadamente usada de formas distintas por diferentes grupos sociais.

Bakhtin também ressalta o conceito de interdiscursividade – a sobreposição de discursos distintos no mesmo espaço – algo evidente nas tavernas, que se transformaram em locais multifacetados. Esses espaços, não apenas serviam para o consumo de álcool, mas também funcionavam como locais de sociabilidade, comunicação e resistência. Para os escravizados, as tavernas se tornaram centros de resistência cultural, onde o consumo coletivo de aguardente transcendia a mera ingestão, tornando-se um ato simbólico de subversão não violenta. As tavernas, nesse contexto, passaram a funcionar como microcosmos de tensões sociais, políticas e culturais. A apropriação desses espaços pelos escravizados gerava uma contranarrativa às imposições da ordem colonial, configurando-se como um campo de contestação simbólica.

Esses espaços de sociabilidade, como as tavernas, tornaram-se essenciais na formação de uma identidade marcada pela resistência ao controle colonial. Essa resistência, longe de ser violenta, se manifestava na apropriação desses espaços e na criação de uma cultura própria, muitas vezes dentro do contexto de opressão. A regulação do consumo de aguardente, ao tentar controlar os excessos e preservar a ordem social, pode ser vista como uma tentativa de normalizar as práticas sociais. Contudo, a presença das vozes dissonantes – como a dos produtores de aguardente e dos escravizados – contestava e desafiava essa imposição de controle.

As tavernas, como espaços de resistência, e o consumo da aguardente entre negros e mulatos, frequentemente rotulada de imoralidade “que passa aos brancos”, revelam como as vozes subalternas se inserem no campo de disputa, resistindo e adaptando-se à norma colonial. (AVELAR, 2022, p. 345).

A análise dialógica proposta por Bakhtin permite compreender a regulação do comércio de aguardente, não apenas como uma tentativa de controle econômico, mas como parte de um processo mais amplo de disputas sociais e culturais. A Câmara Municipal, ao buscar regular a produção e o consumo da aguardente, impõe uma voz autoritária sobre as práticas locais. No entanto, essa tentativa esbarra na resistência das comunidades locais, especialmente dos escravizados, que transformam os espaços de consumo em centros de resistência cultural e de afirmação da identidade. As tensões entre

as vozes da autoridade colonial e das populações subalternas criam um campo dinâmico e em constante negociação, onde o controle social é contestado, adaptado e reconfigurado, refletindo um processo contínuo de negociação de poder e identidade.

Parágrafo 7º. O contrato do rendeiro do ver consiste nas condenações dos que se acham ocultamente vendendo sem licença, sem pesos e sem medidas aferidas, o que regularmente sucede em Minas, nas Baiucas metidas pelos matos e desertos; e pelas lavras à pilhagem dos jornais dos negros com o engodo de que lhes vendem pelo referido modo.

No parágrafo 7º, observamos que os olhos do poder estavam na fiscalização econômica desempenhada por diversos agentes, com destaque para os almotacés e os rendeiros.

Na colônia, segundo Nuno Camarinhas e Reinaldo Forte Carvalho (2024), esses funcionários se inseriam em sociedades complexas, com a presença de múltiplos centros de poder – político, econômico, militar e religioso. Essa inserção nem sempre era pacífica, devido às limitações logísticas da Coroa e aos altos custos de manutenção da estrutura administrativa. As relações entre os representantes régios e os poderes locais oscilavam entre conflitos e alianças, com os primeiros frequentemente envolvidos em redes clientelistas. Compreender o funcionamento político-administrativo da colônia exige, portanto, atenção aos espaços de negociação e às disputas de autoridade.

No contexto do Império, governo e justiça se entrelaçavam. O conceito de “governo da justiça” revela a fluidez entre essas esferas, onde agentes como vice-reis e governadores também atuavam como operadores da justiça, frequentemente em cooperação com magistrados. A jurisdição, nesse sentido, era central para lidar com a multiplicidade normativa do território colonial e o poder de “dizer o direito” podia ser delegado a diferentes autoridades, como governadores e capitães-mores, especialmente em matérias de guerra e paz.

A aplicação da teoria do dialogismo de Bakhtin no contexto da fiscalização econômica, realizada pelos almotacés e rendeiros, permite compreender melhor as múltiplas interações e tensões que ocorriam entre as diversas vozes sociais e as instituições. Conforme estabelecido nas Ordenações, os almotacés tinham a responsabilidade de garantir o cumprimento das normas econômicas, fiscalizando o comércio, verificando o peso e a medida dos produtos e assegurando que as transações

comerciais estivessem em conformidade com as regulamentações. Esse processo, ao ser examinado sob a ótica do dialogismo, revela um campo de conflito e negociação de poder entre os agentes da fiscalização e os comerciantes. O papel dos almotacés visava a justiça nas transações e o bem-estar da população, mas, ao mesmo tempo, refletia o exercício do poder da autoridade central sobre as práticas locais, impondo um discurso normativo sobre o que seria considerado justo e correto nas transações comerciais.

Os rendeiros, por sua vez, também eram agentes-chave dessa dinâmica de fiscalização e controle. Atuando como intermediários entre comerciantes e autoridades, eles gerenciavam e fiscalizavam a produção e comercialização de produtos, como a aguardente. O trabalho dos rendeiros exemplifica como o dialogismo se manifesta nas práticas cotidianas: ao denunciarem irregularidades, garantiam que as normas da Câmara fossem seguidas, mas também estavam inseridos em um contexto de tensões entre os discursos da autoridade central e os interesses locais. Esses conflitos, em que diferentes vozes sociais se entrelaçam, são centrais no conceito bakhtiniano de hibridação discursiva, no qual as práticas locais e os discursos da autoridade se misturam, se confrontam e se adaptam, criando um campo dinâmico de negociações sociais. A hibridação é uma forma sutil de dialogismo em que duas consciências sociais se fundem em um único enunciado, gerando ambivalência e tensão interna. Esse conceito é essencial para a análise crítica de textos, pois permite revelar conflitos ideológicos ocultos, rastrear vozes marginalizadas mesmo em discursos dominantes e compreender a linguagem como espaço de disputa social e simbólica.

Assim, a fiscalização realizada pelos almotacés e rendeiros não era uma simples imposição de regras, mas um processo complexo de interação de discursos. O poder da autoridade central, expresso nas regulamentações da Câmara, se confrontava com as práticas comerciais locais, criando um espaço de negociação e resistência. As multas aplicadas, que representavam uma importante fonte de receita para a Câmara, eram mais do que punições: eram manifestações de controle social e econômico, mas também de adaptação às realidades locais, onde os agentes da fiscalização precisavam lidar com a resistência e as estratégias dos comerciantes para contornar ou adaptar as regras. Dessa forma, a aplicação das normas econômicas exemplifica um processo dialogicamente estruturado, no qual diferentes vozes e interesses sociais se confrontam e coexistem, moldando as práticas sociais e a dinâmica do comércio na época.

Terceiro Trecho

IV – De outras proibições a todos os súditos desta república e correspondem claramente à categoria de “proibições” o que torna mais claro o seu conteúdo

Parágrafo 3º Sendo queixa e universal escândalo de todas as minas, e principalmente destas, que desde o seu princípio até o presente, com a falta de inteira administração de justiça, se têm desaforados as negras, assim forras, como cativas, a trazerem vendas pelas lavras à pilhagem dos jornais dos negros, e a maior parte usurpados a seus senhores; e como hajam homens brancos que deste modo de vida se calem, mandando negras com ridicularias comestíveis a vender pelas lavras, e outros ainda sem isso as mandam buscar jornal, e que de um modo quer de outro, além do dano comum e infalível, regularmente é por meio pecaminoso, e escandaloso; para se por cobro em todas as forças neste absurdo. Acordaram que todas as negras, cativa ou forra, mulata, índia que se acharem em lavras ou faisqueiras gerais, sem estarem ocupadas o exercício de minerar, ainda que senão achem com instrumentos de tavernas e comestíveis, porque regularmente se escondem no mato, seja presa e condenada a 30 dias de cadeia e 6 oitavas de condenação para as despesas da Câmara e demais no prêmio que se taxar ao rendeiro do ver; cuja obrigação e contrato incube esta inspeção e correição [danificado] da venda, ou baiuca [danificado] rendeiro do ver, pela segunda vez, terá as penas acima referidas em dobro, e assim nas mais.

[...]

Este parágrafo descreve uma situação de conflito social e cultural no contexto colonial português, onde diferentes grupos sociais se enfrentam e interagem em um campo de disputas, conforme a teoria do dialogismo de Bakhtin. A crítica ao comércio ilegal de mercadorias, especialmente realizado por mulheres negras, tanto cativas quanto forras, revela tensões entre discursos de controle e resistência. A Câmara Municipal, como representante da autoridade colonial, busca criminalizar e regulamentar essas práticas informais de comércio, impondo um discurso moralizador e repressivo. Em contrapartida, as mulheres negras e seus aliados, incluindo alguns homens brancos que apoiam essas atividades, representam uma voz que, embora marginalizada e criminalizada, reflete uma forma de resistência e sobrevivência no interior do sistema escravista. Nesse contexto, o dialogismo bakhtiniano é crucial para entender como as diferentes vozes sociais se entrelaçam e se confrontam, criando uma complexa rede de significados e interesses.

No ambiente colonial, a heteroglossia surge claramente na disputa entre a voz autoritária da Câmara Municipal e as vozes das mulheres negras e dos homens brancos coniventes, ambos marginalizados. O discurso da Câmara tenta reprimir e regulamentar o comércio informal das mulheres negras, condenando suas ações como imorais e escandalosas. Contudo, as vozes dessas mulheres, embora não diretamente expressas no texto, se fazem ouvir por meio de suas ações e práticas que desafiam a autoridade colonial. Como Bakhtin defende, o discurso não é uma expressão unilateral de poder, mas um campo interativo de vozes e significados, muitas vezes em conflito. As mulheres negras, ao se envolverem no comércio ilegal, expressam uma tentativa de subverter as normas e afirmar formas alternativas de autonomia dentro das limitações impostas pelo sistema colonial.

As punições severas impostas pela Câmara Municipal, como prisão e multa, visam silenciar ou subordinar essas vozes que desafiam a ordem estabelecida. A autoridade utiliza o poder de forma simbólica, tentando, não apenas reprimir comportamentos indesejados, mas, também, reforçar a subordinação da população negra, reafirmando o domínio colonial e a estrutura escravista. Nesse sentido, a violência simbólica, visível nas punições corporais e no controle sobre o comportamento das mulheres negras, busca normalizar e manter a ordem social, essencial para a estabilidade do sistema colonial. Bakhtin descreve como a normatização do discurso serve para consolidar um único ponto de vista dominante, desta forma, podemos observar no documento o silenciar e marginalizar das outras formas de expressão e resistência.

O espaço urbano colonial, em especial as áreas onde convivem escravizados e senhores, se torna um terreno fértil para a manifestação de tensões sociais e culturais. A proximidade física entre essas classes sociais não impede que as distâncias sociais, econômicas e culturais sejam delimitadas pela cor da pele, pelo status social e pelas normas de convivência. Nesse cenário, as tensões entre os escravizados e os senhores se refletem nas práticas cotidianas, como o comércio informal e as interações sociais, sempre vigiadas e regulamentadas pela autoridade. A Câmara Municipal, ao tentar regular essas práticas e distâncias, visa preservar o controle sobre as dinâmicas de poder que sustentam o sistema escravista, enquanto enfrenta a resistência dos escravizados, que buscam formas de contestação dentro das limitações impostas.

Michel Foucault (2005) sugere que, o controle do poder, não ocorre apenas pela imposição direta de regras, mas por meio de mecanismos sociais que regulam o comportamento diário, seja por meio da vigilância, da normatização das práticas culturais

ou da repressão. No contexto colonial, o controle sobre os corpos e as ações dos escravizados serve para garantir a estabilidade da ordem social, mas isso não impede que surjam choques e desequilíbrios nas relações de poder. A prática do batuque, por exemplo, é um ato cultural que, simultaneamente, serve como uma forma de resistência simbólica. Embora a Câmara Municipal permita o batuque em horários restritos, essa autorização não significa um simples reconhecimento da identidade cultural dos escravizados. Ao regulamentar essa prática, a autoridade tenta domesticar essa forma de resistência, mantendo os escravizados sob controle, mas também reconhecendo, paradoxalmente, a importância do batuque para a sociabilidade e identidade dos negros e mulatos.

Parágrafo 5º Por evitar inquietações que fazem aos ouvidos dos moradores da Vila, em que regularmente há doentes aos quais se fazem insuportáveis os batuques dos negros de noite, e não querendo, todavia que eles deixem de ter uma diversão por pequeno alívio de seu trabalho e cativo: Acordaram que os senhores dos escravos lhes não consintam batuque, por mais horas que até as de recolher, que são às nove da noite, porque também não é conveniente que eles nesse folgado levem toda a noite estafando-se e sucedendo como se tem visto nesta vila amanhecerem neste vício, ou fadário, e o senhor que o consentir por mais horas taxadas, será condenado em 6 oitavas para a Câmara pela primeira vez e pela segunda em dobro, e sendo caso o senhor não presencie por estar ausente, sejam logo presos os que constarem armarem o batuque e na falta de averiguação destes, alguns dos que assistiram a ele, e com três dias de cadeia levarão quarenta açoites no pelourinho.

O batuque, frequentemente visto como uma manifestação cultural de resistência, torna-se, no contexto colonial, um espaço de subversão simbólica. A permissão do batuque pela Câmara Municipal, embora limitada, revela a tentativa de regular as formas de expressão dos escravizados, mas também destaca a fragilidade do controle colonial sobre essas expressões. Ao regulamentar e reprimir essas práticas, a Câmara busca evitar que a cultura escravizada se torne uma ameaça ao sistema de dominação colonial. No entanto, o dialogismo bakhtiniano nos permite perceber que, mesmo dentro dessa repressão, as práticas de resistência continuam a se expressar e a contestar a autoridade. O batuque, assim, não é apenas uma diversão ou uma forma de lazer, mas um ato político

e cultural, uma afirmação da identidade escravizada e uma subversão das normas sociais impostas pelos colonizadores.

As punições severas associadas ao batuque, como as penas corporais, refletem a microfísica do poder que, segundo Foucault (2005), não se restringe ao controle explícito, mas permeia as esferas da vida cotidiana, regulando, até mesmo, os momentos de lazer e as formas de resistência. Ao reprimir o batuque, a Câmara Municipal tenta impor uma única forma de organização social, negando outras vozes que, por meio de suas práticas culturais, constroem e afirmam suas próprias formas de resistência e identidade.

As tensões entre as vozes sociais, representadas pelas autoridades coloniais e pela população escravizada, revelam a complexidade do sistema de controle, repressão e resistência no Império Colonial Português. De um lado, a Câmara Municipal exerce o poder de regulamentação e repressão, impondo uma ordem moral e social que visa garantir a subordinação dos escravizados e manter o controle colonial. De outro lado, as vozes marginalizadas, representadas pelos escravizados e seus aliados, buscam formas de resistir e afirmar sua autonomia, seja por meio do comércio informal, das práticas culturais ou das manifestações de identidade. A análise de Bakhtin nos permite entender que o dialogismo entre essas diferentes vozes não apenas revela os conflitos e contradições do sistema colonial, mas, também, as estratégias de resistência e subversão que surgem, muitas vezes de forma implícita, dentro desse contexto de opressão.

Em última instância, as práticas de resistência, como o comércio de mercadorias e o batuque, são formas de contestação ao poder colonial que se expressam, não apenas na violência explícita, mas, também, nas formas de apropriação dos espaços sociais, nas práticas culturais e nas interações cotidianas. O campo de heteroglossia, conforme proposto por Bakhtin, nos permite ver o diálogo entre essas diferentes vozes, que se confrontam e interagem, criando um cenário de resistência que não pode ser facilmente silenciado pela autoridade colonial.

Parágrafo 6º Pondo os homens escravos seus na vila ou nos arraiais em casa separada, a viverem sobre si a título de lhe venderem os frutos das suas lavouras, mas como se tem visto que estes, e as suas casas, são valhacoutos de negros fugidos, e de alcouce e outras malfeitorias: Acordam que o negro que assim viverem em sua casa consentir malfeitoria alguma, além das penas que declara a Ordenação do Livro 5º parágrafo 7 consentindo jogos, danças ou outra coisa que sirva de escândalo pagará 6 oitavas de condenação

para a Câmara com 30 dias de cadeia e levará quarenta açoites no Pelourinho e será proibido para não viver mais sobre si.

Neste parágrafo é abordado a regulação das casas dos escravizados nos arraiais, com foco na tentativa de evitar que esses espaços se tornem refúgios para fugitivos ou locais de atividades ilícitas. A Câmara Municipal responsabiliza os senhores de escravizados por não controlar as ações de seus cativos, refletindo o desejo da autoridade colonial de manter uma vigilância constante sobre a vida privada dos escravizados. Essa regulação surge como uma tentativa de ampliar o controle social, impondo punições severas aos infratores.

Fica evidenciado o confronto entre o discurso e prática: o discurso autoritário da Câmara Municipal, que busca impor restrições e responsabilizar os senhores por qualquer transgressão; e as práticas de resistência dos escravizados, frequentemente refletidas na fuga e no esconderijo como formas de subversão ao sistema escravocrata. Embora as vozes dos escravizados não sejam diretamente expressas, suas ações falam por si, criando um campo de tensão entre a tentativa de controle e as respostas informais à opressão.

A heteroglossia, conceito central na teoria de Bakhtin, está presente na coexistência dessas vozes conflitantes. De um lado, o discurso das autoridades coloniais, que tenta regular até os espaços de vida dos escravizados e, de outro, as práticas de resistência implícitas nos comportamentos dos cativos. Essas vozes, embora em aparente oposição, refletem uma sociedade marcada por uma pluralidade de discursos, onde as autoridades tentam silenciar qualquer forma de subversão, enquanto os escravizados buscam estratégias para garantir sua autonomia, mesmo que de forma clandestina.

As punições severas, como prisão e açoites, não são apenas medidas punitivas, mas uma manifestação da violência simbólica utilizada pelas autoridades para garantir a ordem e a submissão. A tentativa de controlar as casas dos escravizados vai além de uma simples regulação de espaços: é uma estratégia para impor um domínio total sobre os corpos e a vida cotidiana dos negros, sublinhando a violência estrutural que permeia o sistema escravocrata.

Em sua tese de doutoramento, a historiadora Silvia Hunold Lara, versa sobre a violência aplicada aos escravizados. Segundo a autora, foi publicado, em 1705, baseado nos sermões do padre italiano Jorge Benci, que vivia na Bahia, o tratado *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, que tinha como propósito orientar os senhores de escravos quanto ao comportamento adequado diante de seus cativos. A obra

estabelecia normas, regras e modelos de conduta, apoiando-se na ideia de uma relação de obrigações mútuas. A síntese proposta por Benci era “pão, disciplina e trabalho”, onde o castigo era visto como elemento indispensável – caso o escravo desobedecesse, mereceria ser punido. Mesmo com a intenção de suavizar o sofrimento dos cativos, dentro do espírito reformista dos séculos XVII e XVIII, o autor não questionava a centralidade do castigo no funcionamento da escravidão. Ainda que esse castigo fosse regulamentado, dosado ou suavizado, sua presença era tida como fundamental para manter a ordem.

Ainda que as intenções desse autor fossem, conforme o reformismo do final do século XVII e do século XVIII, minorar os sofrimentos dos escravos e mesmo reformar a instituição, não se pode negar a importância que tinha o castigo no funcionamento efetivo da escravidão. Mesmo que atenuado, parcelado e regulamentado, o castigo não podia deixar de existir. (LARA, 1986, p. 28).

A punição, no entanto, deveria ser eficaz – não qualquer tipo de violência –, mas uma que garantisse a submissão e a produtividade do escravizado. Antonil, por exemplo, tinha uma visão mais direta do que a de Benci: para ele, os escravos existiam exclusivamente para produzir. Alimentá-los servia apenas para que continuassem úteis ao trabalho. O castigo era prioridade, embora Antonil recomendasse certa moderação – tanto no esforço exigido quanto na punição aplicada –, pois punições constantes poderiam levar à fuga ou ao suicídio. Para funcionar, o uso da força deveria ser racional.

Esse tipo de violência não se confundia com impulsos emocionais, era um instrumento frio, calculado, destinado a educar, controlar e preservar o escravo como ferramenta produtiva. A economia senhorial dependia de um equilíbrio entre sobrevivência, submissão e produtividade, orientada por uma lógica supostamente humanitária que, na prática, servia à manutenção da dominação senhorial.

Uma violência que não fazia parte das paixões humanas, mas que deveria ser medida e controlada a fim de domesticar, ensinar, preservar o escravo. Uma economia que equilibrava sobrevivência, submissão e produção, garantindo a dominação senhorial e a continuidade da exploração escravista. Uma racionalidade que orientava o governo econômico dos senhores e que, ao colocar-se em termos de humanitarismo cristão cuidava essencialmente da continuidade do domínio senhorial. (LARA, 1986, p. 32).

Manoel Ribeiro Rocha, outro pensador da época, defendia que o castigo deveria ser aplicado com critério, respeitando tempo, causa, intensidade e método. Segundo ele, a punição não deveria ser imediata ao erro, pois a raiva do senhor poderia comprometer

a justiça. Para Ribeiro Rocha, castigo não era vingança, mas uma forma de correção e instrução. Ele indicava instrumentos considerados eficazes, como a palmatória, o cipó e a prisão, descrevendo, inclusive, como deveriam ser usados. (LARA, 1986, p. 33). De acordo com a historiadora, essa forma de controle representa uma ciência refinada da dominação, ainda que alguns de seus propositores buscassem reformar a escravidão. No entanto, esses questionamentos raramente rompiam com os pilares essenciais da relação entre senhores e escravizados. O elo entre trabalho forçado e castigo estava sempre presente, sendo necessário encontrar maneiras mais eficientes de controlar para produzir com disciplina e lucro.

Legalmente, não havia um código específico para escravizados africanos, mas a escravidão era tratada de várias formas na legislação portuguesa. As Ordenações Filipinas, por exemplo, reconheciam o direito dos senhores de prender seus escravos para corrigi-los. Embora não houvesse menção direta aos açoites, essa prática era amplamente tolerada e considerada parte do costume.

Quando o escravo cometia violência contra seu senhor, o Livro V das Ordenações Filipinas previa punições severas. Mesmo quando havia preocupação com os abusos cometidos pelos senhores, essa crítica causava tensões, pois colocava em xeque a autoridade senhorial e abria espaço para queixas dos escravizados – o que podia desestabilizar a ordem. A Coroa, nesse contexto, defendia a moderação, buscando limitar os excessos para manter seu próprio controle. A documentação da época revela que nenhuma das partes – Coroa, Igreja, senhores ou escravos – questionava o castigo em si. Cada um, no entanto, o interpretava de modo diferente. Para a Coroa, era necessário controlar abusos para preservar o poder; para a Igreja, tratava-se de aplicar os ideais cristãos sem romper com a estrutura escravista; para os senhores, era uma forma de proteger seus interesses; e para os próprios escravizados, o castigo era aceito como parte da lógica de ensino e obediência. Essa naturalização do castigo físico foi essencial para sustentar e perpetuar o sistema escravista. (CAMPOS, 2009, p. 10-11).

Nesse contexto, o discurso da autoridade utiliza práticas coercitivas para minimizar as formas de resistência das classes subalternas. O uso da violência física e simbólica para assegurar o cumprimento das normas sociais é uma manifestação clara do controle sobre as populações negras e suas expressões culturais, constantemente silenciadas ou criminalizadas. O texto, portanto, não só expõe as tensões entre diferentes vozes e perspectivas, mas, também reflete as complexas interações sociais e a luta pela autonomia das populações negras, desafiadas constantemente pelo poder colonial.

Os trechos selecionados evidenciam a dinâmica das relações de poder na sociedade colonial. A Câmara Municipal, enquanto instância de autoridade e autora do documento analisado, atua como voz dominante, buscando impor normas e regulamentos sobre as práticas dos escravizados e das camadas populares. Em contrapartida, as vozes dos cativos – ainda que não expressas diretamente – manifestam-se de forma implícita por meio de atos de resistência e transgressão à ordem estabelecida. Esses registros revelam um contexto de subordinação marcado pela utilização da violência simbólica e de punições severas como instrumentos de controle social, destinados à manutenção da hierarquia vigente no sistema colonial.

Em outro parágrafo, o texto aborda a regulação das aguadas na Vila, especificamente sobre o uso do timbó, uma substância empregada para envenenar a água e matar os peixes. Os Almotacés, responsáveis pela vigilância do comércio e dos recursos naturais, impõem restrições severas para garantir que as fontes de água da Vila não sejam contaminadas. As punições para quem violasse essas normas, como prisão e açoites, tinha um caráter punitivo claro, buscando, não apenas reprimir o uso do timbó, mas também reforçar o controle sobre os recursos vitais da comunidade.

Esse parágrafo reflete, mais uma vez, o diálogo entre o discurso da autoridade, representado pelos Almotacés e pela Câmara Municipal, e as práticas informais e marginais da comunidade, especialmente dos escravizados. O uso do timbó nas aguadas pode ser interpretado como uma tentativa de resistência ou subversão por parte dos negros, que encontram maneiras de resistir ao controle imposto. A regulação das águas não é apenas uma questão de controle dos recursos naturais, mas, também, uma estratégia para manter a subordinação dos escravizados, assegurando que, qualquer prática que desafie a ordem seja severamente punida.

O conceito de dialogismo, conforme Bakhtin, é evidente neste contexto, pois há uma constante interação entre as ações dos escravizados e as respostas punitivas da autoridade. O discurso regulador da Câmara Municipal e dos Almotacés reflete uma tentativa de silenciar as formas de resistência, enquanto os escravizados, por sua vez, buscam formas de contestar e subverter a ordem estabelecida, mesmo que de maneira clandestina e arriscada.

Quarto Trecho

V – Sobre as Estradas Gerais e Particulares e Logradouros da Vila

*Parágrafo 3º. Aos mesmos Almotacés incumbe a vigilância das aguadas que as se não viciem e como esta Vila não carece deste cuidado, por beber do Largo e caudaloso Rio Guaporé e rios dessa qualidade não apanham vício; contudo como há queixa de que os negros que vem e saem desta Vila costumam viciar com timbó*** as aguadas das Lagoas do Campo e as dos Palmeirais do Mato para turbarem e matarem os peixes delas: Acordaram que o Almotacel do Termo tenha cuidado de se informar amiúdo, e constando que se bota timbó nas ditas aguadas, e sabendo quais são os negros ou pessoas compreendidas neste comisso, dará parte à Câmara para os castigar, cujo castigo será de trinta dias de cadeia e quarenta açoites no Pelourinho; e havendo queixa disto, o Almotacel que o deixar passar sem averiguação dos culpados será condenado logo que acabar o seu tempo em seis oitavas para as despesas da Câmara.*

**** Designação a plantas que induzem efeitos narcóticos em peixes. Fragmentadas e esmagadas são lançadas na água, facilitando a pesca.*

Como bem destaca Magnus Pereira (2012, p. 379): a pólis, entendida como a identidade política da cidade, representa a esfera que delimita os direitos e deveres, tanto com o rei, quanto entre os diversos grupos que a compõem. Já a urbes se refere ao espaço onde se pratica a harmonização interna entre as partes constituintes da cidade e a administração ativa do *oikos* urbano, que é a gestão cotidiana da cidade. Esse processo não competia ao rei nem aos corpos menores da sociedade, sendo considerado um direito exclusivo da cidade, o direito de almotaçaria.

Os reis viam esse direito como algo adquirido por meio de doação régia, enquanto as cidades o postulavam como um direito fundamental e imemorial, de posse legítima. A almotaçaria, portanto, é a prática desse direito, sendo a administração da cidade em si. A diferença entre a administração do rei e a da cidade está no caráter das duas. A administração do rei era passiva, centrada no poder mediador e judiciário, enquanto a administração da cidade era tanto passiva quanto ativa, já que os concelhos, além de mediar, também administravam a economia local.

O regimento de almotaçaria mais antigo em Portugal, encontrado em posturas municipais de Lisboa dos séculos XIII e XIV, define as atribuições dos almotacés, que já refletiam funções do período islâmico. (PEREIRA, 2012, p. 374).

A figura dos almotacés nas vilas coloniais demonstra a presença do caráter ibérico nas nossas vilas, pois a exigência deste agente já estava assinalada na legislação das cidades medievais portuguesas. Foram agentes essenciais na regulamentação e fiscalização de uma vasta gama de atividades que visavam o bem-estar das comunidades.

Oficial cujas características principais remontam de forma direta ao al muthasib da ocupação muçulmana que, por sua vez, as terá recebido do edil curul do império romano, o magistrado que tinha por missão aprovisionar a urbe de cereais e fixar os seus preços de venda, bem como regular o tráfico urbano, zelar pelo abastecimento de água, superintender na conservação e limpeza das ruas, além de organizar os jogos públicos, assegurando o seu financiamento. Agaranome era a designação para o seu homólogo bizantino. (FERREIRA, 2012, p. 5).

Suas funções eram eminentemente fiscais e abrangiam diversas esferas de atuação. Responsáveis por assegurar o abastecimento e regular as atividades comerciais, os almotacés realizavam inspeções em feiras, lojas e mercados, verificando pesos e medidas, além de cobrar os devidos impostos e controlar a qualidade das mercadorias oferecidas ao público. Sua atuação também se estendia à fiscalização do ordenamento urbano e das condições de construção, sendo encarregados de garantir a limpeza das vias públicas e a correta disposição dos edifícios nas cidades, aplicando multas ou até mesmo encaminhando os infratores para a cadeia municipal, em casos de descumprimento. Muitas dessas atribuições perduraram até o século XIX, mostrando uma notável continuidade na função e no nome, apesar das variações na forma de indicação, duração do mandato e importância no contexto administrativo das cidades.

Foram nas Ordenações Manuelinas no século XVI que a jurisdição dos almotacés passou a se basear nos textos das posturas municipais e, mesmo diante das transformações ocorridas a partir do final do século XVII, que buscavam restringir a autonomia das câmaras municipais, a importância dos almotacés era tamanha que eles permaneceram atuantes até as primeiras décadas do século XIX, refletindo a relevância contínua dessas funções fiscais e administrativas nas cidades do império. (ENES, 2010, p. 19).

Acordaram conforme o estilo geral da maior parte das vilas, que só duas correições fizesse a Câmara no ano, a primeira dentro dos primeiros seis meses, e a segunda dentro dos outros seis, pois as correições de cada mês são próprias dos Almotacés, dos quais é essa a obrigação. (ROSA; JESUS, 2003, p. 198).

Utilizando da teoria bakhtiniana, entendemos que a posição desses homens no cotidiano da Vila é essencial, pois, enquanto ser “responsável” por seus atos, se ele se cala, fala, faça ou não faça, seu lugar, naquele momento, é determinante na narrativa. A visão de Bakhtin sobre o sujeito, responsável pelos seus atos e enunciados, difere da ideia de um sujeito assujeitado ou submisso. A noção de sujeito submisso, que apenas reproduz o que é permitido por determinadas condições sociais e históricas, foi defendida por teóricos da chamada Análise do Discurso Francesa.

No trecho, de um lado, é observado o discurso autoritário e forte presença de um elemento regulador de práticas e, de outro, as práticas informais dos negros, que estão sendo criminalizadas por ações que, para eles, representam uma forma de resistência ou de sobrevivência. O uso do timbó, embora não expreso diretamente como uma forma de resistência, reflete a subversão das normas impostas pela autoridade colonial, criando um espaço de contestação, ainda que invisível. Aqui observamos a coexistência de várias vozes sociais, cada uma com suas próprias intenções e valores.

Mesmo que o texto seja dominado pela voz da monológica da autoridade, as práticas subversivas dos escravizados se fazem sentir através das punições e do controle rigoroso. O dialogismo se manifesta, aqui, pela presença da pluralidade de interesses e na tensão entre as vozes do poder e o comportamento dos sujeitos marginalizados pelas estruturas coloniais, onde a autoridade tenta silenciar as formas de resistência e de autonomia dos negros, mantendo o domínio sobre seus corpos e suas ações.

O controle sobre os recursos naturais, como a água, torna-se um mecanismo adicional de poder e subordinação, refletindo a violência simbólica do sistema colonial. Ao regular as práticas dos escravizados e impô-las de forma coercitiva, as autoridades, não apenas disciplinam, mas reafirmam sua autoridade, usando a punição como um meio de garantir a submissão e a manutenção da ordem colonial.

Assim, o texto expõe as complexas relações de poder e resistência que caracterizavam a sociedade colonial, onde as práticas de resistência, embora muitas vezes silenciosas e informais, se configuram como uma resposta direta à opressão e ao controle imposto pelas autoridades coloniais. Tanto que, ao “Almotacel que o deixar passar sem averiguação dos culpados será condenado logo que acabar o seu tempo em seis oitavas para as despesas da Câmara.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou os *Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade* (1753), não apenas como normas administrativas, mas como expressões das dinâmicas sociais, políticas e simbólicas da vila colonial. A partir de uma abordagem interdisciplinar, com ênfase na teoria bakhtiniana, trechos dos estatutos são interpretados como textos plurais, atravessados por múltiplas vozes – especialmente as de sujeitos historicamente silenciados, como homens e mulheres escravizados. O estudo revelou que, mesmo no interior do discurso do poder, emergem rastros de resistência e contranarrativas. Assim, os estatutos são compreendidos como espaços de negociação simbólica, onde a linguagem jurídica reflete, tanto mecanismos de dominação, quanto sinais de ruptura e contestação social.

Considerando o que diz a pesquisadora Michèle Sato, em seu texto *Cartografia do Imaginário no Mundo da Pesquisa* (2011, p. 539-569) há uma profunda e intrínseca relação entre o processo de pesquisa e um compromisso ético e coletivo onde a pesquisa, nesse contexto, não é apenas um método técnico, mas uma travessia que articula descobertas individuais e responsabilidade social. Neste sentido, a perspectiva dialógica de Mikhail Bakhtin ganhou destaque neste trabalho. A análise de documentos históricos à luz do dialogismo revela que, mesmo em textos aparentemente impessoais, é possível ouvir as vozes dos sujeitos – em especial dos escravizados e libertos. Essas vozes não surgem como fim em si mesmas, mas como força política e social, ampliando as possibilidades de resistência e interpretação. A linguagem, nesse sentido, deixa de ser um sistema fechado e passa a ser compreendida como um campo de disputa e negociação de sentidos. O gesto de “dar voz aos silenciados” revela o compromisso da pesquisa com a justiça social e com a desconstrução de narrativas dominantes.

As reflexões sobre a subalternidade e os espaços coloniais ajudam a entender que os sujeitos marginalizados não são apenas vítimas, mas agentes de transformação. Ao ocupar um “espaço estratégico e produtivo”, esses sujeitos desafiam e reconfiguram o discurso hegemônico, tornando-se protagonistas na construção de outras formas de existência. Assim, reafirmamos o “direito à narrativa” – uma chamada ética e estética

para resistir à homogeneização imposta pela modernidade. Valorizar diferentes linguagens e identidades é, assim, uma exigência ética da pesquisa comprometida com a pluralidade.

Este trabalho não possui um fim em si, trata-se de uma jornada transformadora. As descobertas, longe de serem apenas resultados intelectuais, tornam-se catalisadoras de um compromisso ativo com o mundo. O percurso investigativo é, portanto, o entrelaçamento do *direito da janela* – com sua dimensão subjetiva e poética – com o *dever da árvore* – que convoca à ética, à coletividade e à ação política. É nesse entrelaçamento que se constrói um novo sentido para o fazer científico: um movimento que dá voz aos silenciados, rompe com lógicas opressoras e abre caminho para novas possibilidades de existência. (SATO, 2011, p. 541).

O espaço urbano e suas complexas redes de relações sociais, particularmente as que envolvem os escravizados e escravizadas, sempre foi um tema que despertou minha curiosidade e, por essa razão, orientou minha trajetória acadêmica desde a graduação. Porém, para legitimar este trabalho no campo da história e da linguagem, foi necessária a adoção de uma teoria que pudesse, em uma perspectiva interdisciplinar, transformar um documento em objeto histórico, vivo e fruto das ações e do lugar social dos indivíduos.

Portanto, para o desenvolvimento desta tese, que tem como objetivo demonstrar que, mesmo em documentos que aparentemente organizam o espaço de maneira impessoal, as vozes de homens e mulheres podem se tornar claramente perceptíveis, optei pela perspectiva bakhtiniana. Bakhtin concebe a linguagem como um espaço dinâmico e dialógico, no qual diferentes vozes e perspectivas interagem, influenciam-se mutuamente e geram significados dentro da sociedade. Esse entendimento se aplica a qualquer tipo de documento, seja um diário, no qual a palavra parece única, ou a um documento como os Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade, datados de 1753, em que predomina a imposição de uma única voz dominante.

Para Bakhtin, a linguagem não é um sistema fechado, como propõem teorias monológicas, como a de Saussure, que a vê como um conjunto fixo e imutável de signos. Pelo contrário, ele a entende como um processo social e interativo, no qual a comunicação envolve uma troca constante entre diversas vozes, cada uma com seus próprios contextos, intenções e perspectivas. Nesse sentido, o conceito de dialogismo se torna central: Bakhtin argumenta que qualquer ato comunicativo, seja oral ou escrito, não é um monólogo isolado, mas um intercâmbio contínuo entre vozes diversas. Cada palavra, para ele é, tanto uma resposta a uma voz anterior, quanto uma antecipação de uma resposta

futura, tornando o diálogo um processo aberto, em que o significado é sempre negociado e ajustado a partir da interação entre diferentes pontos de vista.

Nos Estatutos e Posturas da Vila Bela, essa análise revela um espaço onde diversas perspectivas – provenientes de diferentes classes sociais, etnias e ideologias – se encontram e se confrontam, gerando uma dinâmica rica em significados. Esse confronto, entre diferentes pontos de vista, evidencia as contradições e as diversidades presentes na sociedade da época. O trabalho procura contribuir para o aprofundamento dos estudos dialógicos, ressaltando sua indiscutível dimensão interdisciplinar. Nesse contexto, o “olhar bakhtiniano” sobre o documento histórico proporciona, aos historiadores e demais estudiosos do período, uma melhor compreensão da estrutura social e ideológica que organizou o espaço colonial brasileiro.

O diálogo estabelecido entre o documento e as relações dialógicas nos permite entender as práticas de composição dos enunciados, o lugar social de seus autores e suas tramas discursivas, ou melhor, a “palavra de outros”. A partir dos trechos selecionados, foi possível refletir sobre como o discurso do poder instituído moldava e delimitava o lugar social dos escravizados e libertos que habitavam o espaço colonial da Vila Bela da Santíssima Trindade. Por meio das diversas vozes sociais presentes nos enunciados, direta ou indiretamente, conseguiu-se ouvir parte da história desses homens e mulheres que, subvertendo ou acomodando-se à ordem colonial imposta, participaram ativamente da vida pública. Essa participação se deu no campo das narrativas, memórias e registros de suas heranças culturais africanas e da diáspora forçada pelo tráfico negreiro.

Embora o controle social e político e a ausência de letramento no século XVIII tenham silenciado muitas vozes dissidentes, criando a falsa impressão de uma linguagem única e legítima, Bakhtin nos desafia a adotar uma visão mais sensível e reveladora. Ele nos convida a identificar as múltiplas vozes que emergem, abrindo um campo de possibilidades discursivas que contestam a imposição de uma visão de mundo dominante. Nos trechos analisados, em vez de uma visão de mundo unificada, uma leitura mais atenta revela um espaço onde escravizados e escravizadas interagiam, impunham suas formas de resistência e, apesar das limitações impostas pelo regime escravocrata, conseguiam se afirmar.

Reconhecer as dificuldades de criar espaços genuinamente dialógicos em uma sociedade marcada pelo monologismo e pela homogeneização é fundamental. No entanto, perceber a presença do dialogismo na linguagem representa uma luta social e política que se desenrola entre as tentativas de controle e o esforço por dar voz aos silenciados. Ao

seguir essa direção, buscamos, não apenas compreender o passado, mas também ampliar as possibilidades de interpretação e resistência diante das formas de poder e controle que ainda persistem em nossa sociedade.

A governança no Brasil colonial também envolvia a integração das populações indígenas e escravizadas às estruturas jurídicas e administrativas. A administração colonial era uma adaptação do modelo português, caracterizada pela circulação de agentes, pela centralidade da justiça letrada, pela sobreposição de poderes e pela constante negociação entre metrópole e interesses locais. Fazer adaptações era parte essencial do ato de governar, em um território marcado por diversidade social e dinâmicas fluidas de poder.

Neste cenário, os homens e mulheres escravizados ocupavam um espaço estratégico e produtivo dentro da cultura. Eles habitavam o que Homi Bhabha denomina de “entre-lugar” (*in-between space*), onde as identidades e significados culturais são constantemente negociados, traduzidos e hibridizados. Esses sujeitos não são passivos, mas atuam como agentes que desafiam, desestabilizam e reconfiguram o discurso dominante a partir das margens. Vivendo em uma condição liminar e ambígua, simultaneamente reproduzem e resistem às estruturas de poder. Assim, tornam-se fundamentais para a criação chamado de “terceiro espaço”, um território onde novas formas de identidade e pertencimento emergem.

Portanto, a subalternidade não representa apenas exclusão, mas é, sobretudo, um potencial de transformação – um lugar onde as falhas e contradições do centro se evidenciam e onde se desenham alternativas às formas dominantes de poder e identidade. Neste cenário, é preciso reconhecer as vozes silenciadas e, é nesse espaço do *eu e o outro com o mundo*, que o conhecimento se torna instrumento que alicerça essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- AMADO, Janaina; ANZAI, Leny (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Universidade do Estado da Bahia. Os múltiplos significados da alforria em uma área mineradora periférica da América Portuguesa: Rio de Contas, Bahia – século XVIII. *Revista de História*. São Paulo, n. 171, p. 111-140, jul./dez. 2014.
- ANKERSMIT, Frank. Historical experience beyond the Linguistic Turn. In: PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah (Org.). *The Sage Handbook of Historical Theory*. Los Angeles: SAGE, 2013, p. 424-438.
- ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. especial, p. 4-25, jan./jul. 2014.
- ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 20, n. 1, jan./jun. 2012.
- AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi. *História das tavernas do ouro ao café (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- BAKHTIN, Mikail. *Art and Answerability*. University of Texas Press. Edição do Kindle. Michael Holquist, General Editor, 2010.
- _____. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Ed. 34, 2016.
- _____. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. São Paulo: Ed. 34, 2017.
- _____. O discurso no Romance. In: BAKHTIN, Mikail. *Questões de literatura e de*

estética. A teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Hucitec, 2002, p. 71-84.

_____. *Problemas da poética em Dostoiévski*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BARROS, Edval de Souza. Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no Império Português (séculos XVI-XVIII). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 127-146, nov. 2001.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

_____. As fronteiras da negociação: as Câmaras Municipais na América Portuguesa e o Poder Central. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (História: Fronteira)*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; ANPUH, 1999.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAIT, Beth. *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

BRÊTAS, Márcia Maria Miranda. Ler, escrever e contar: considerações sobre as práticas de ensino na Capitania de Mato Grosso. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *Terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 127-136.

CAMARINHAS, Nuno; CARVALHO, Reinaldo Forte. Governos, administração e justiça no Império português (séculos XVII-XVIII). *Tempo*, Niterói, v. 30, n. 3, p. 1-8, 2024.

CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: limites e possibilidades (1778-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

CARVALHO, Bruno. *Cidade porosa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Edição do Kindle, 2019.

CARVALHO, Nuno Camarinhas Reinaldo Forte. Governos, administração e justiça no Império português (séculos XVII-XVIII). Apresentação. *Tempo*, Niterói, v. 30, n. 3, 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Claudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (Org.). *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e da transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Junia Ferreira (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 153-175.

DEL PRIORI, Mary. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello; NOVAIS, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-257.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva; Ciord, 1997.

ENES, Thiago. *De como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

EVANGELISTA, Suelme. *O Forte Príncipe da Beira e a fronteira noroeste da América (1776-1796)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Paraná: Criar Edições, 2003.

FERREIRA, Paulo Jorge da Costa Pereira. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Portugal), ProQuest Dissertations & Theses, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIOE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*, 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 141-188.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1972.

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1817. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativos e liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 331-366.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. São Paulo: SciELO – Ed. UFMG. Edição do Kindle (locais 579-586).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48. ed. Rio de Janeiro: Global, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere – Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

HANSEN, João Adolfo. *Bakhtin – notas* [ensaio]. São Paulo, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. Os estatutos municipais ou posturas de Vila Bela da Santíssima Trindade: notas sobre os contratos da Câmara no século XVIII. *Revista Ultramares*, Maceió, v. 1, n. 6, p. 56-72, ago./dez. 2014.

_____. Fronteiras: a “Cabeça da República” e a saúde/higiene em Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1808). *Revista de História*, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 89-107, jan./jun. 2003.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de*

Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Novas dimensões da experiência escrava no Brasil. *ComCiência* (revista digital), Campinas, SBPC/Labjor, 2003.

_____. O racismo tem uma história – entrevista com Silvia Hunold Lara. *Estudos Ibero-Americanos: Cores, Classificações e Categorias sociais*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 518-524, set./dez. 2018.

_____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Silvia Hunold. (Org.). *Ordenações Filipinas: Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013, p. 485-499.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 133-161.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistências (1750-1850)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOUSADA, Maria Alexandre. A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In: VENTURA, Maria da Graça A. (Org.). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 95-120.

MARQUESE, Rafael Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.

MORAES, Adriano Knippelberg de; CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. Fronteira Oeste do Brasil: uma análise econômica dos séculos XVIII e XIX. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Morrinhos, v. 5, n. 1, p. 76-94, jan./jul. 2014.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 493-504, set./dez. 2007.

NOGUEIRA, Ana Cristina da Silva; HESPANHA, Antônio Manuel. O quadro espacial. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*, v. 4: o Antigo Regime (1620-1870). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 38-47.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. “Devoção negra”: os santos e a catequese da Igreja colonial voltada aos negros. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, edição 335, 28 jun. 2010.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista da História*, São Paulo, n. 133, p. 49-57, 1995.

_____. De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África das mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia F. (Org.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 113-129.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França; LIBBY, Douglas Cole. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib: considerações sobre o direito de almotacaria nas cidades de Portugal e suas colônias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 365-395, 2001.

PRESTES, Anita Leocadia. O historiador perante a história oficial. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 91-96, jan. 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: escritores negros, racismo e cidadania no Brasil do século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-118.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

RAMOS, Ana Flavia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Confidências mineiras na parte mais central da América do Sul. Territórios e Fronteiras. Cuiabá, v. 1, n. 1, p. 46-47, jul./dez. 2000.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (Org.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SANTOS, Georgina Silva dos. Devoções Atlânticas: a construção da identidade social e religiosa de cativos e libertos na Bahia colonial. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 303-310, 2012.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, Francisco (Org.) *Educação ambiental para o semiárido*. João Pessoa: Ed UFPB, 2011, p. 539-569.

SANTOS. Rosana Maria (Org.). *História política: estado, nação e constitucionalidade*. Ponta Grossa: Atena, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SENNETT, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Edição do Kindle. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de Fé, Irmãos no Poder: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá: EdUFMT, 2021.

SILVA, Gilian Evaristo Silva. Festejos a Santo Antônio em Vila Bela da Santíssima Trindade (1772-1789). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 17, n. 29, p. 34-47, jan./jun. 2015.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores (política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – séc. XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Qual o lugar da história oficial na história da historiografia? Resenha de: KAGAN, Richard L. *Clio and the crown: the politics of history in Medieval and Early-Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009, p. 338-344.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Dos excessos tropicais à moderação dos costumes: um

debate sobre a ideia de processo civilizador na obra de Gilberto Freyre. *História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 4, p. 1-16, jul./dez. 2008.

TOMIC, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. Moralidades brasílicas. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-274.

VALÉRIO, Mairon Escorsi; RIBEIRO, Renilson Rosa. Era uma vez... a história contida e contada nos livros didáticos. In: FRACCARO, Glaucia Cristina C.; RIBEIRO, Renilson Rosa; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Org.). *O negro em folhas brancas: ensaios sobre as imagens do negro nos livros didáticos de história do Brasil (últimas décadas do século XX)*. Curitiba: Appris, 2019, p 23-42.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos, forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 4, p. 103-122, jul./dez. 2002.